

# DILEMAS

REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL

ISSN 1983-5922

NECVU  
Núcleo de Estudos em  
Conflito e Controle Social



4  
volume 4  
2011  
OUT/NOV/DEZ

# DILEMAS

REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL

**DILEMAS** é uma publicação trimestral do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Está registrada junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia sob o ISSN 1983-5922, e sua versão on-line está registrada sob o ISSN 2178-2792.

## LINHA EDITORIAL:

**DILEMAS** é dedicada a promover o desenvolvimento científico e o debate de ideias nos temas da área de estudos dos conflitos e do controle social em ciências sociais (sobretudo sociologia e antropologia), tais como:

- Comportamentos desviantes
  - Violências
  - Criminalidade
  - Moralidade
- Movimentos sociais e ação coletiva
  - Conflitos urbanos
  - Justiça Criminal
  - Segurança pública
- Instituições públicas e privadas de controle social

**DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** não se responsabiliza por opiniões, informações e/ou conceitos apresentados nos textos que publica. Estes são de total responsabilidade de seus autores.

## REDAÇÃO E ASSINATURAS

**DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**

www.dilemas.ifcs.ufrj.br

Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana

Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Sala 109, Centro

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/fax: 55-21-3852-1754

e-mail: editor@revistadilemas.com

Esta publicação conta com o apoio do



Por meio do Edital MCT/ CNPq/MEC/CAPES Nº 68/2010

## APOIO TÉCNICO

Antônio Luz Costa

Danielli Oliveira

Jeferson Scabio

Marcella Carvalho de Araújo Silva

## PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Ana Beatriz Duarte

Thais Sena Schettino

## REVISÃO

Kathia Ferreira

## DIAGRAMAÇÃO

Anderson Barboza de Oliveira

Alexandre Barboza de Oliveira

## SECRETARIA

Heloísa Duarte

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

## DIRETORES

Marco Aurelio Santana

Marco Antonio Teixeira Gonçalves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

## COORDENADORAS

Gláucia Kruse Villa Bôas

Elina Gonçalves da Fonte Pessanha

NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADANIA,  
CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA

## DIRETOR

Michel Misse

**DILEMAS – REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL**

## EDITORES

Michel Misse

Alexandre Werneck

editor@revistadilemas.com

## COMITÊ EDITORIAL

Luiz Antônio Machado da Silva (Iesp/Uerj)

Roberto Kant de Lima (UFF/UGF)

Sergio Adorno (USP)

## CONSELHO EDITORIAL:

Alba ZALUAR (Uerj, Rio de Janeiro, Brasil), Angelina PERALVA (Université de Toulouse, Toulouse, França),

Ana Claudia MARQUES (USP, São Paulo, Brasil), Arthur TRINDADE (UnB, Brasília, Brasil),

Bila SORJ (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), César BARREIRA (UFC, Fortaleza, Brasil),

Cláudio BEATO (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Daniel CEFÁI (EHSS, Paris, França),

Daniel DOS SANTOS (University of Ottawa, Ottawa, Canadá), Dominique DUPREZ (Université Lille 1, Lille, França),

Dominique VIDAL (Université Paris Diderot, Paris, França), Don KULICK (University of Chicago, Chicago, EUA),

Eduardo Paes MACHADO (UFBA, Salvador, Brasil), Elina PESSANHA (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

Fernando ACOSTA (University of Ottawa, Ottawa, Canadá), Gilberto VELHO (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

Gláucio SOARES (Iesp/Uerj, Rio de Janeiro, Brasil), Glauciria Mota BRASIL (Uece, Fortaleza, Brasil),

Glória DIÓGENES (UFC, Fortaleza, Brasil), Howard S. BECKER (aposentado, São Francisco, EUA),

Jacqueline MUNIZ (Ucam, Rio de Janeiro, Brasil), Joana Domingues VARGAS (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

João Trajano SENTO-SÉ (Uerj, Rio de Janeiro, Brasil), Jorge ZAVERUCHA (UFPE, Recife, Brasil),

José Luiz RATTON (UFPE, Recife, Brasil), José Ricardo RAMALHO (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

José Vicente TAVARES DOS SANTOS (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Licia do Prado VALLADARES (Université Lille 1, Lille, França),

Lourdes BANDEIRA (UnB, Brasília, Brasil), Luciano OLIVEIRA (UFPE, Recife, Brasil),

Luiz Antônio MACHADO DA SILVA (Iesp/Uerj, Rio de Janeiro, Brasil), Luiz Eduardo SOARES (Uerj, Rio de Janeiro, Brasil),

Luis Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA (UnB, Brasília, Brasil), Marco Antônio da Silva MELLO (UFF, Niterói, e UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

Marcos BRETAS (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Stella GROSSI PORTO (UnB, Brasília, Brasil),

Paola CAPPELLIN (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Pedro BODÉ (UFPR, Curitiba, Brasil),

Pedro Paulo de Oliveira (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Regina Lúcia de Moraes MOREL (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

Renato Sérgio de LIMA (Seade, São Paulo, Brasil), Roberto KANT DE LIMA (UFF, Rio de Janeiro, Brasil),

Rodrigo Ghiringhelli de AZEVEDO (PUC-RS, Porto Alegre, Brasil), Rosilene ALVIM (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil),

Sérgio ADORNO (USP, São Paulo, Brasil), Sofia TISCORNIA (Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina),

Theophilos RIFIOTIS (UFSC, Florianópolis, Brasil), Vera da Silva TELLES (USP, São Paulo, Brasil)

# Sumário

Apresentação | 549

Editores

## Hierarquização e segregação em um bairro popular | 551

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

O artigo procura compreender como os processos de construção da semelhança e da dessemelhança, das bases de afirmação e de superação do estranhamento, e das estratégias projetivas em que se baseiam as conformações discursivas se formam entre os habitantes de um bairro popular em João Pessoa, Paraíba. Busca-se entender como tais processos são conformados e informados, continuamente, entre os indivíduos e os grupos sociais do bairro. Intenta-se também analisar os processos sentidos e vivenciados como polares, opostos e complementares, no estabelecimento de ações socialmente dispostas e em permanente ressignificação.

**Palavras-chave:** sociabilidade, medos corriqueiros, hierarquização, segregação, bairro popular

**Hierarchization and Segregation in a Low-Income Neighbourhood** investigates constructive processes among the inhabitants of a low-income neighborhood in João Pessoa, Paraíba, Brazil; processes that form notions of similarity and dissimilarity, assertion and overcoming of estrangement, and the projective strategies underlying the development of discourse among those people. The text attempts to explain how such processes are continuously formed and informed among the individuals and social groups in the neighbourhood. It also aims to review the processes felt and experienced as complementary and opposite extremes, wherein socially arranged actions that are constantly redefined are established.

**Keywords:** sociability, everyday fears, hierarchization, segregation, low-income neighbourhood

## Aplicação da Lei Maria da Penha nas delegacias de mulheres: O caso do Rio de Janeiro | 571

Cláudia Abdala, Kátia Silveira, Maria Cecília de Souza Minayo

O artigo analisa a trajetória das queixas de violência conjugal prestadas por mulheres em cinco DEAMs do estado do Rio de Janeiro. São discutidos: o número de queixas realizadas e efetivamente transformadas em registros de ocorrência no período de 2005-2008; os diversos obstáculos encontrados pelas mulheres para tornar públicos os maus-tratos que sofrem e o impacto da sanção da Lei Maria da Penha no número de registros de ocorrência nessas delegacias. O estudo mostrou o risco que ainda hoje uma mulher corre quando decide denunciar a violência. Buscou-se também destacar o quanto a violência psicológica contra a mulher é naturalizada nas delegacias.

**Palavras-chave:** violência conjugal, queixas, Lei Maria da Penha, Rio de Janeiro, delegacias de mulheres

**Application of the Maria da Penha Law at Police Stations for Women in Rio de Janeiro** reviews the history of complaints of domestic violence reported by women in five DEAMs (special police stations for women) in Rio de Janeiro state, Brazil. The study investigates the number of complaints made and effectively transformed into reports in the period 2005-2008, the various obstacles faced by women to make known the abuse they suffer and the impact of the sanctioning of the Maria da Penha Act on the number of those reports. The study demonstrates the risk that women still run when they decide to report violence and the extent to which psychological abuse against women is naturalized in the police stations.

**Keywords:** domestic violence, complaints, Maria da Penha Act, Rio de Janeiro, police stations for women

## Formação da Guarda Municipal: Uma aventura | 601

Rosemary de Oliveira Almeida e Glaucíria Mota Brasil

O artigo objetiva compreender o processo de formação e identificação e o papel das guardas municipais, mediante discussões sobre o Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza, realizado em 2008. A análise é feita com base nos diálogos e discursos de sala de aula sobre temas como cidade e cidadania, violência e seus enfrentamentos, municipalização da segurança pública e seu papel, conflitos e desafios dos guardas, além de depoimentos sobre experiências, dúvidas, perspectivas e incertezas. A formação é um processo complexo, voltado não apenas para os aspectos formais e legais (estatutos, técnicas, regras e convenções proporcionalmente ordenados e seguros) como também trata com a informalidade, o inusitado de representações e práticas existentes no cotidiano complexo e inseguro da cidade-metrópole.

**Palavras-chave:** formação, Guarda Municipal, segurança pública, cidade, violência

The article **Training of City Guards: An Adventure** aims to understand the training, identification and role of city guards by means of discussions regarding the Fortaleza City Guard Training Course, held in 2008. The investigation is based on conversations and arguments presented in the classroom on themes such as the city and citizenship, violence and tackling it, the municipalization of public security and its role, conflicts and challenges for the guards, as well as accounts about experiences, doubts, prospects and uncertainties. The training process is complex and addresses not only formal and legal aspects (relatively orderly and secure statutes, techniques, rules and conventions), but also informality, the unusual aspects of representations and practices in the complex and the unsafe everyday life of the metropolis.

**Keywords:** training, City Guards, public security, city, violence

## Análise de redes de mercados ilegais sob uma perspectiva sistêmica: Estudo de um depoimento da CPI do Narcotráfico | 629

Antônio Luz Costa

Este texto apresenta uma alternativa para estudo das redes de relações entre mercados ilegais e o sistema jurídico brasileiro: a análise dos dados com base em algumas concepções da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. A alternativa é estudar essa relação mediante análise de trocas simbólicas de permissões entre essas duas esferas. Para isso, analisa-se o “caso dos irmãos Santiago”, recorte do relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, em seu capítulo sobre o Rio de Janeiro. O objeto específico da análise é o depoimento do comerciante e informante (da polícia) Laércio.

**Palavras-chave:** mercados ilegais, teoria dos sistemas, Niklas Luhmann, CPI do Narcotráfico, alopoiesis

**Analysis of Illegal Market Networks from a Systemic Perspective: Review of a Statement from the Parliamentary Inquiry into Drugs Trafficking** offers an alternative approach to studying relations networks between illegal markets and the Brazilian legal system: data analysis based on Niklas Luhmann's systems theory. The alternative is studying this relation through analysis of symbolic exchanges of permission between the two spheres. This entails analysis of the “case of the Santiago brothers”, part of the final report of the Parliamentary Inquiry into drugs trafficking by the House of Deputies, in the section about Rio de Janeiro. The specific subject of analysis is the statement by the shopkeeper and (police) informant, Laércio.

**Keywords:** illegal markets, systems theory, Niklas Luhmann, Parliamentary Inquiry into Drugs Trafficking, allopoiesis

## Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais

Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva | 663

Michel Misse, Alexandre Werneck, Alba Zaluar, Márcia Pereira Leite, Neiva Vieira e Gabriel Feltran

## A política na favela

Artigo originalmente publicado na revista ‘Cadernos Brasileiros’, em 1967 | 699

Luiz Antônio Machado da Silva

## Colaboradores neste número

**Mauro Guilherme Pinheiro Koury** é professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dos programas de pós-graduação em Antropologia e Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, além de coordenador do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem (Grei) e do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (Grem). É ainda editor da *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE)*. Tem doutorado em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestrado em sociologia e bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**Cláudia Abdala** é supervisora de RH do Programa Delegacia Legal, consultora em violência doméstica e professora do Centro Universitário Geraldo de Biase. É doutora pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mestre em história pela Universidade Severino Sombra e graduada em psicologia pela Universidade Santa Úrsula.

**Kátia Silveira** é tecnologista senior da Fiocruz e professora do curso de pós-graduação em saúde da criança, da mulher e do adolescente do IFF/Fiocruz. Tem doutorado em saúde coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), mestrado em saúde pública pelo IFF/Fiocruz e graduação em medicina pela Uerj.

**Maria Cecília de Souza Minayo** é pesquisadora titular da Fiocruz e professora do IFF/Fiocruz, além de editora da revista *Ciência & Saúde Coletiva*. É doutora em saúde pública pelo IFF/Fiocruz, tem mestrado em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduação em sociologia pela UFRJ e em ciências sociais pela State University of New York.

**Rosemary de Oliveira Almeida** é professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e do mestrado acadêmico Políticas Públicas e Sociedade da Uece, além de coordenadora do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (Covio) e pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labcvida), ambos da Uece, e do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem doutorado e mestrado em sociologia e graduação em ciências sociais pela UFC.

**Glauécia Mota Brasil** é professora efetiva do Departamento de Serviço Social da Uece e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Uece, coordena o Labvida/Uece e é pesquisadora associada do LEV/UFC. Tem doutorado em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestrado em sociologia pela UFC e graduação em serviço social pela Uece.

**Antônio Luz Costa** é doutorando em sociologia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, e pesquisador do Necvu, além de tradutor de alemão especializado em ciências sociais. Tem mestrado em sociologia e graduação em sociologia (como complementação em etnologia e ciência política) pela Universidade de Hamburgo.

**Michel Misse** é professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, diretor do Necvu e editor de **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. É doutor e mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e bacharel em ciências sociais pelo IFCS/UFRJ.

**Alexandre Werneck** é professor adjunto do Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ, coordenador de pesquisas do Necvu e editor de **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Fez pós-doutorado no IFCS/UFRJ e tem doutorado em sociologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ, mestrado em comunicação e cultura e graduação em comunicação social (jornalismo) pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ.

**Alba Zaluar** é professora titular de antropologia do Instituto de Medicina Social da Uerj e tem o título de livre docente da Universidade de Campinas (Unicamp), além de ser coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Violências (Nupevi) da Uerj. É doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em antropologia social pelo PPGAS/MN/UFRJ e bacharêu em ciências sociais pelo IFCS/UFRJ.

**Marcia Pereira Leite** é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Uerj. Fez pós-doutorado no IUPERJ e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), é doutora em antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ, mestre em ciência política pelo IUPERJ e graduada em ciências políticas e sociais pela PUC-Rio.

**Neiva Vieira da Cunha** é professora adjunta do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (FEBF) da Uerj e pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do IFCS/UFRJ. É doutora em antropologia e mestre em sociologia e antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ e tem graduação em ciências sociais pelo IFCS/UFRJ.

**Gabriel de Santis Feltran** é professor do Departamento de Sociologia da UFSCar e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Fez pós-doutorado em sociologia pelo Cebap, e tem doutorado em ciências sociais e mestrado em ciência política pela Unicamp.

## Apresentação

Este número de **Dilemas**, o último deste Volume 4 – mais um volume, mais um ano completado –, tem o orgulho e a honra de celebrar os 70 anos de um dos mais importantes pesquisadores da área temática dos conflitos e do controle social no Brasil. Em uma entrevista com ex-alunos e colegas, Luiz Antônio Machado da Silva, que este ano se aposenta compulsoriamente de seu posto na UFRJ, fala sobre sua larga experiência de pesquisa em vários temas, sobretudo de sua preocupação com a questão das favelas, assunto sobre o qual se debruça desde a década de 1960, sendo um dos pioneiros dentre seus pioneiros. Ele também discute seu seminal (e, por que não, polêmico) conceito de “sociabilidade violenta” e o próprio estatuto das pesquisas em ciências sociais.

E além da conversa, gravada nas dependências do então ainda IUPERJ, a revista republica um dos textos mais clássicos de Machado da Silva, “A política na favela”, lançado originalmente em 1967, no qual o autor discute a até então invisível divisão social das classes nas comunidades carentes, apresentando uma distinção de posições de poder (entre outros, gerando uma “burguesia favelada” a desfrutar de posição privilegiada por meio e em sua interface com o mundo externo), desenho insuspeitado naquele momento.

Além dessa homenagem, a revista traz quatro estudos sobre diferentes aspectos da conflitualidade social: por um lado, o professor Mauro Koury, da UFPB, analisa o cotidiano de um bairro popular de João Pessoa, capital paraibana, buscando compreender o papel desempenhado pelo medo nos “embates de configuração e [n]os processos de sociabilidade” e na “formação dos instrumentos da ordem e da desordem” em uma vizinhança clivada por questões de classe e outras formas de distinção social. Por outro, o pesquisador Antônio Luz Costa, doutorando da Universidade de Hamburgo, demonstra as possibilidades de observação de um objeto empírico por meio da teoria geral dos sistemas, proposta pelo alemão Niklas Luhmann, e o faz por meio da discussão sobre a definição de objetos no interior de um “sistema jurídico” representado pelo relatório final da CPI do Narcotráfico, documento resultante de uma apuração promovida pela Câmara dos Deputados, e do qual é analisado um depoimento específico.

Enquanto isso, de um lado as pesquisadoras Cláudia Abdala, Kátia Silveira e Maria Cecília de Souza Minayo, da Fiocruz, se debruçam sobre queixas e ocorrências registradas entre 2005 e 2008 em cinco Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) para discutir o impacto do advento da Lei Maria da Penha sobre o processamento dessas acusações de violência contra a mulher. E, por outro, as pesquisadoras Rosemary Almeida e Glaucíria Mota Brasil, ambas professoras da Uece, tratam dos desafios de implantação de guardas municipais no Brasil, por meio de uma pesquisa feita em um curso de formação da Guarda Municipal de Fortaleza em 2008, na qual analisam os próprios alunos, por meio de seus discursos sobre a própria formação

Até os próximos Dilemas.

Os editores.



# Hierarquização e segregação em um bairro popular

**Mauro Guilherme Pinheiro Koury**

Professor da UFPB

Este artigo procura compreender como os processos de construção da semelhança e da dessemelhança, das bases de afirmação e de superação do estranhamento, e das estratégias projetivas em que se baseiam as conformações discursivas se formam entre os habitantes de um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Neste texto, busca-se entender como tais processos são conformados e informados, continuamente, entre os indivíduos e os grupos sociais que no bairro habitam. Intenta-se também analisar os processos sentidos e vivenciados como polares e vistos como opostos e complementares, no estabelecimento de ações socialmente dispostas e em permanente resignificação.

**Palavras-chaves:** sociabilidade, medos corriqueiros, hierarquização, segregação, bairro popular

The article **Hierarchization and Segregation in a Low-Income Neighbourhood** investigates constructive processes among the inhabitants of a low-income neighbourhood in João Pessoa, Paraíba, Brazil; processes that form notions of similarity and dissimilarity, assertion and overcoming of estrangement, and the projective strategies underlying the development of discourse among those people. The text attempts to explain how such processes are continuously formed and informed among the individuals and social groups in the neighbourhood. It also aims to review the processes felt and experienced as complementary and opposite extremes, wherein socially arranged actions that are constantly redefined are established.

**Keywords:** sociability, everyday fears, hierarchization, segregation, low-income neighbourhood

**A** análise proposta neste artigo parte da hipótese central de que o medo é uma construção social significativa e um instrumento analítico fundamental para se pensar os embates de configuração e os processos de sociabilidade (KOURY, 2002) e de formação dos instrumentos da ordem e da desordem que desenham dialeticamente a ação dos sujeitos e grupos em contato. A análise social do medo, assim, compreende um jogo permanente de manutenção, conformação e transformação de projetos sociais e individuais realizados sempre enquanto redes de conflito que informam e formulam um social em um tempo e em um espaço determinado (THÉVENOT, 1990). É a partir de tais considerações que falaremos de um projeto em andamento que busca relacionar a questão do medo com a construção imaginária das cidades por seus habitantes, no caso a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba (KOURY, 2008).

Recebido em: 23/07/2011

Aprovado em: 07/08/2011

Com tal pesquisa, tem-se a preocupação de compreender como se formam e se informam continuamente os processos de construção de semelhança e de dessemelhança entre indivíduos e grupos sociais, as bases de afirmação e superação do estranhamento, e as estratégias projetivas em que se assentam as conformações discursivas dos habitantes dos bairros da cidade de João Pessoa. São processos aparentemente sentidos pelos que os vivenciam como polares, e vistos aqui como opostos e complementares no estabelecimento de ações a afirmações socialmente dispostas e em permanente resignificação.

A pesquisa tem a preocupação, também, de compreender como se constroem as bases para o estabelecimento dos códigos de conhecimento e confiança e dos de desconhecimento e falsidade, bem como entender em que termos práticos e simbólicos se assentam esses códigos nas configurações expressadas socialmente em uma comunidade determinada (KOURY, 2010), especificamente para este artigo, os moradores do bairro da Ilha do Bispo, na capital do estado. Busca-se analisar como se configuram e se estabelecem os polos antagônicos e relacionais da mentira e da verdade em um social dado, que levam os membros de uma determinada organização a serem aceitos, rejeitados, estigmatizados e sempre hierarquizados como sinais de reconhecimento de si próprios e imposição de semelhança ou de distância aos demais, sendo o medo na condição de conjunto informativo (GOFFMAN, 1988, LOTMAN, 1981, ELIAS, 1990 e 1993), compreensivo e organizativo fundamental.

Além do proposto, almeja-se compreender ainda as bases da construção social possível em que se assentam os códigos do silêncio e da discrição, códigos que fundamentam as práticas simbólicas do segredo como mecanismo estruturador de ordenamentos sociais que unem indivíduos e grupos e fundam comunidades, e os elementos de proteção, de confiança e de confissão que alimentam e reforçam uma rede simbólica efetiva, ao mesmo tempo que constroem seus membros a um controle acima deles mesmos e sempre renovado na condição de prova de sua lealdade.

Este artigo visa não apenas compreender o medo por meio da ótica de habitantes vistos como excluídos sociais da cidade, com todo o processo de sujeição, risco e disciplinamento a que estão expostos, mas também como comunidades estruturadas e que detêm um conhecimento de si e dos outros singulares e,

até certo ponto, mais conformes com elementos de tradição e de solidariedade. Procura, também, identificar os elementos que informam as representações sociais dos habitantes do lugar, os anseios e as ações cotidianas pessoais, de onde estão inseridos e da cidade como um todo, bem como sua relação com os demais habitantes e com o território de João Pessoa em geral.

Não se procura, aqui, um medo específico, mas a compreensão das representações sociais sobre esse sentimento, como algo assentado em formulações banais e corriqueiras da ação social, que informa e fundamenta as possibilidades de conformação de um conjunto societário específico. O medo não é visto apenas como ameaça, mas também como possibilidade de uma nova articulação reativa.

A análise sobre o medo é vista, enfim, como um dos fatores estruturadores fundamentais, entre outros, da construção imaginária e social da cidade, tendo as noções de estranhamento e de conflito social uma dimensão primordial organizadora de sociabilidade e de criação societária do bairro analisado e da cidade de João Pessoa em sua totalidade.

### **Sobre o processo de formação do bairro da Ilha do Bispo**

Nas representações de seus moradores, o bairro da Ilha do Bispo é um dos bairros mais antigos da capital. Sua instauração e ocupação, nas narrativas de vários informantes, se dão junto à fundação da própria cidade de João Pessoa. O cenário de seu aparecimento foram as lutas travadas entre os índios potiguaras e tabajaras, que guerreavam entre si e contra os europeus no período da colonização. O bairro da Ilha do Bispo, então, teria a sua origem no tratado de paz entre as tribos indígenas e os portugueses.

O acordo de pacificação que marca a fundação da cidade teria sido celebrado onde hoje é o bairro da Ilha do Bispo, local em que residia o cacique piragibe. É comum nas falas dos entrevistados a atribuição de antiguidade ao lugar pelo fato de ter abrigado índios: “Olhe, seu moço, isso aqui é tão antigo, que o senhor *num* sabe! Aqui foi o local de morada do índio piragibe. Bem aqui, ó, onde tem aquela placa, que é uma homenagem a ele.” (dona Maria Quitéria). Também neste outro comentário: “Aqui só tinha índio. Tá vendo aquela placa ali? É uma homenagem pra ele.” (seu Edmilson).



O bairro da Ilha do Bispo nasceu como uma consequência do povoamento em torno do Cruzeiro da Graça, chamado, posteriormente Cruzeiro das Almas ou Cruz das Almas. Esse povoamento deu origem aos atuais bairros de Cruz das Armas e da Ilha do Bispo, que surgiram associados. A origem da Ilha do Bispo remonta aos antigos sítios que circundavam o centro da cidade e que pouco a pouco foram se urbanizando, por vezes, precariamente (RODRIGUEZ, 1981). O lugar era até então desabitado, com poucas moradias e composto por sítios e pelo Engenho da Graça, pertencente ao clero católico.

O processo sistemático de ocupação e urbanização do bairro, contudo, acontecerá, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1930, e se realiza *pari passu* à inauguração e ao funcionamento da fábrica de cimento e da usina de óleo Matarazzo. Seu Aluísio, antigo morador do bairro, que chegou a construir sua moradia no local um pouco antes da chegada da fábrica de cimento, logo após chegar do interior com a mulher, recém-casados, conta:

Quando cheguei por aqui, não tinha quase casa. Era uma casa ali, outra aqui, outra mais pra cima, e tinha uns sítios, e umas poucas ruas, menos do que ruas, umas trilhas, por onde o povo passava e ia seguindo o caminho das casas e as beiradas dos sítios. Depois que a fábrica se montou aí começou a ajuntar mais o negócio, foi construída umas casas pros trabalhadores de lá e aí as ruas foram aprumando, foram traçando depois avenida, separando o bairro e destruindo umas ruas, até que deu o que senhor tá vendo hoje (*sic*).

Segundo seu Genival, outro antigo morador do bairro, “a habitação (...) era pouca, e foi aumentando depois de 1935... A população foi aumentando... A tendência de crescer do bairro tava aumentando”.

O bairro conta hoje, segundo o IBGE (2010), com uma população aproximada de 6.139 habitantes. Possui 1.347 domicílios, dos quais mais de 794 residências se localizam em *aglomerados subnormais*<sup>1</sup>. Mais da metade das habitações do bairro – 58,95% das moradias – encontra-se, desse modo, abaixo da linha da pobreza.

A Ilha do Bispo é uma área insular situada entre o Rio Sanhauá e um de seus afluentes. Sua vegetação característica é o mangue, berçário natural da vida marinha e fonte de alimentos, como peixes e caranguejos. A paisagem natural tem sido constantemente modificada, como consequência de aterros desordenados.

O aterro do mangue para a construção de casas, ou simplesmente para se livrar da lama, alterou a característica insular do bairro. Do estabelecimento da fábrica até hoje, o local sofreu alterações significativas na estrutura espacial; várias casas foram destruídas para ordenamento e disciplinamento das ruas; outras deixaram de existir e surgiram várias novas ou com denominações diferentes que interferem ainda hoje na memória dos seus moradores mais antigos.

Na década de 1990 foram, enfim, construídas duas vias expressas. A primeira foi a Avenida Liberdade, ligando a cidade de João Pessoa à cidade de Bayeux. A sua construção aterrou uma grande área de mangue e motivou a ocupação desenfreada pela população pobre da cidade da área aterrada, conhecida como Mangue Seco. A segunda foi a Via Oeste, que serve de acesso entre o terminal rodoviário e a BR-101, passando pelo bairro do Alto do Mateus.

O afluente do Rio Sanhauá foi praticamente extinto pelos aterros. Atualmente, a impressão que se tem da Ilha do Bispo é a de que seus limites naturais foram substituídos pelas estradas de asfalto. As duas vias modificaram a feição espacial do bairro para a que se tem hoje ampliando, de um lado, as moradias de baixa renda na ocupação do Mangue Seco sobre a área aterrada para a construção da Avenida Liberdade e, de outro lado, destruindo completa ou parcialmente ou modificando áreas e edificações antigas do bairro, “destruindo, seu moço, inclusive, a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim”, como se observa no lamento de seu Pedro Flores.

Do ponto de vista de vários entrevistados, com a construção das duas vias e, principalmente a Via Oeste, houve uma divisão nítida no bairro, de um lado a área industrial e, do outro, a área residencial. Isso ocasionou uma ação de reapropriação de terreno por parte da fábrica sobre os antigos moradores do bairro que ficaram na área industrial.

1 A partir de 2010, houve uma intervenção do governo do estado e da prefeitura, com a construção de vários blocos habitacionais no entorno do bairro. Até o presente momento, nenhum dos blocos foi terminado. Há um forte receio dos moradores sobre se eles serão beneficiados com as novas moradias ou se, quando entregues, elas serão destinadas a outros indivíduos de outros bairros, e o que acontecerá com as áreas por eles habitadas e com eles próprios.

A indústria alegou necessidade do terreno em que estavam construídas moradias. Houve resistências, tentativas de acordo, propostas de compra das benfeitorias nas terras aforadas, até que houve a expulsão de quase todos os antigos moradores para fora da área da fábrica. A maior parte dos moradores desalojados montou novas casas no lado residencial da Ilha do Bispo, na área conhecida por Mangue Seco, cujo terreno pertence à União. Outros seguiram para vários outros bairros ou espaços livres da cidade de João Pessoa para fixar residência, compondo o mapa básico atual do bairro.

A Ilha do Bispo sofreu desse modo vários processos conflituais em sua constituição, causando sentimentos de perdas e de medos (TEIXEIRA, 2007). A marca de quase todas as narrativas dos informantes é o relato das carências e a reconstrução dos mapas cognitivos (BOURDIEU, 1990) que asseguram os elementos essenciais da memória dos diversos traçados que o bairro possuiu. Relatos construídos através da narrativa de muitas lutas e tensões, e do medo de novas investidas sobre o bairro, modificando espaços e de novo expulsando os moradores do lugar.

O mapa principal do bairro da Ilha do Bispo é formado hoje por um conjunto de três ruas principais: a Rua Lopo Garro, a Avenida Redenção e a Rua Carneiro de Campos. Estas duas últimas são cortadas pelas ruas Alfredo Portela, Cícero Moura e pela Rua Senhor do Bonfim. As travessas Lopo Garro e Redenção, por sua vez, cortam a Rua Lopo Garro. Compõe o bairro, ainda, a Via Oeste, que separa a área residencial da industrial, a fábrica de cimento, a Praça Índio Piragibe, a Mata da Graça e o Cemitério da Boa Sentença.

Nos arredores da Avenida Redenção tem lugar a maior circulação de pessoas do bairro. Lá se concentram os bares, no total de 14, uma das plataformas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que liga Bayeux a Cabedelo e que cruza a Avenida ao meio, e a rota de ônibus coletivo da empresa Mandacaruenense, que faz a linha Ilha do Bispo-Shopping Manaíra. Na Avenida Redenção se localizam ainda quatro igrejas protestantes, a Capela de Santo Antônio, um centro de umbanda e várias unidades residenciais. Dada a extensão da avenida, esses espaços se distribuem de forma equilibrada.

Na Rua Carneiro Campos estão localizados dois dos três colégios do bairro, além do posto de saúde, da creche municipal, da Igreja Senhor do Bonfim e do Centro Maguary de Lazer. O outro colégio do bairro se localiza na Rua Lopo Garro.

A circulação das pessoas se restringe à entrada e à saída dos alunos nas escolas, a visita ao posto de saúde, às igrejas, às idas para o Centro ou outros bairros, para casas de vizinhos ou bares. Os moradores ainda costumam conversar nas calçadas, em pé nos muros ou em cadeiras colocadas na rua. A visão dos moradores sentados na frente das casas, em pé nos portões, a conversar, a *papear*, a colocar as notícias em dia, a informar ou se inteirar das fofocas, a jogar dominó, é permanente e cotidiana. Parece que nunca saem de lá, a não ser nos intervalos de um deslocamento ou outro do bairro ou nas lidas diárias do cuidar da casa ou do trabalho. Mas sempre estão presentes, como uma grande comunidade.

A circulação e o movimento de pessoas pelas ruas do bairro são feitos, geralmente, pelos próprios moradores do lugar. De manhã cedo, as crianças se dirigem para as escolas e as pessoas que trabalham no Centro ou em outros bairros saem para mais um dia de trabalho. Cena repetida no final da manhã e no final do dia, com o retorno para casa.

O movimento de ir e vir às casas dos vizinhos é permanente. Também é frequente a ida aos dois armazéns do bairro, a visita ao centro da cidade e a outros bairros para lazer, fazer compras ou resolver algum *negócio*.

A gente vive nesse vai e vem no bairro e vez ou outra perambula, por negócio ou pra visitar parentes, pela cidade. Mas, no mais das vezes, a gente fica mesmo é por aqui, ou fazendo os serviços da casa, cuidando dos meninos, ou papeando com as amigas e vizinhas (dona Josefa, moradora local).

Durante a tarde, veem-se grupos de pessoas reunidas, conversando, bebendo, namorando ou fazendo negócios. Os mais velhos se reúnem na praça, os mais jovens ficam nos bares ou no centro comunitário, que também se localiza na Avenida Redenção.

A ida de pessoas de fora do bairro às casas dos moradores não é muito frequente, a não ser no caso de parentes ou amigos que chegam para conversar alguma coisa especial ou em ocasiões também especiais como aniversários e outras datas significativas. São os bares, em geral, que recebem pessoas vindas de outros bairros, na maioria das vezes algum amigo, parente ou colega de algum dos moradores do local. Dessa forma, quase todos são conhecidos entre si, de maneira direta ou indireta, por saber que aquele fulano ou fulana é ligado(a) a um determinado morador.

O movimento de caminhões no horário comercial, carregados com matéria-prima e a produção da fábrica de cimento, localizada do lado direito da Ilha no sentido bairro-Centro, também é constante, bem como os motoristas, cobradores e fiscais das linhas de ônibus que circulam pela Praça Índio Piragibe entre uma parada e outra.

Perguntados sobre os espaços de maior movimento no bairro, os moradores afirmam quase unanimemente ser a Avenida Redenção. Apontada como a principal do bairro, é o local onde todo mundo se encontra. A Praça Índio Piragibe, o ponto final de ônibus, e o Mangue Seco, passagem obrigatória para quem se dirige aos municípios de Bayeux e Santa Rita, também são apontados como pontos importantes de circulação e encontro do bairro. São locais de troca, de informação, de lazer e espaços de solidariedade. O nível de entrosamento e o conhecimento comum criam uma espécie de sociabilidade básica, entre os espaços da casa e da rua, mais ampla e mais densa que a fundada nos laços familiares, porém significativa e estável. São pontos de referência comuns, que ampliam e sedimentam os laços de vizinhança, onde todos se conhecem e se sentem entre iguais.

Esses pontos referenciais também se ampliam por meio do convívio cotidiano entre os moradores. Os bares, por exemplo, são pontos de apoio e de localização. Mesmo que um morador específico não frequente sabe que aquele outro está lá, senão em quase toda hora de folga, “no horário tal e qual”, como disse dona Pequena, moradora da Travessa Redenção. As escolas, as igrejas, o centro comunitário, o Maguary Esporte Clube, são também locais de reunião e contato de jovens e adultos, que se encontram para a organização das comemorações de rua, de festinhas nos finais de semana, de apresentações de bandas, de rezas e orações, para discutirem os problemas do bairro, entre outras possibilidades.

## Espaços que inspiram perigos

Alguns espaços do bairro são tidos como perigosos e são malvistas pelos moradores. Quase todos apontam os locais conhecidos por Cangote do Urubu, Condomínio Índio Piragibe, popularmente chamado de Titanic, e o Conjunto Frei Marcelino como áreas perigosas, e outros pontos considerados favelas pelos habitantes, como as de Aratu, Tanque, Buraco da Jia, Mangue Seco, Redenção e Santa Emilia de Rodat.

O primeiro, Cangote do Urubu, é uma zona considerada de ocupação mais recente, datada dos últimos 20 anos. A área é chamada de favela pelos demais habitantes do bairro. Situada por trás do Cemitério do Senhor da Boa Sentença, é considerado um lugar perigoso, onde “se cafufa<sup>2</sup> tudo o que não presta de gente”, como falou o seu Adailton, complementado por dona Terezinha, que diz que “lá tem todo tipo de gente, tudo ruim, as mulheres são tudo da vida, os meninos maloqueiros, os homens bandidos, lá tem briga o tempo todo, tudo que é gente mal-encarada baixa por ali”.

O segundo e o terceiro locais citados pelos moradores do bairro são conhecidos por Condomínio Índio Piragibe e por Conjunto Frei Marcelino. Este último foi construído em 1988, em um terreno doado pela fábrica de cimento para acomodar famílias de sem-teto, algumas do próprio bairro, desalojadas pelas intervenções urbanas que modificaram a feição do bairro, e outras, para desgosto dos moradores, de fora da área.

O condomínio, por sua vez, tem relação com a luta dos sem-teto que, no início da década de 1990, ocuparam a Escola Peregrino de Carvalho, então em construção, que terminou como abrigo para 40 famílias. Depois de muita negociação, com a interferência da Igreja Católica, foi construído um conjunto habitacional que ganhou o nome de Condomínio Índio Piragibe. No fim daquela década, por fim, as famílias abrigadas na escola foram transferidas pela prefeitura para lá. Depois de realocadas, a obra da escola foi concluída e começou a funcionar no ano 2000.

Muitas das famílias transferidas para o condomínio sublocaram ou venderam seus apartamentos, deslocando-se para outros bairros ou áreas de ocupação. Hoje a habitação é uma área em decadência e malvista pelos moradores da Ilha.

2 O termo cafufa significa esconde ou abriga.

## Hierarquização e segregação

Ao conversar com alguns moradores do Cangote do Urubu, do Condomínio Índio Piragibe e do Conjunto Frei Marcelino muitos deles concordam com a opinião dos demais moradores da Ilha do Bispo de que lá moram muitos “ladrões, maconheiros, gente ruim”, mas também “tem muita gente de bem, trabalhador pobre, mas honesto”, como afirmou seu Galunga, morador do Condomínio Índio Piragibe.

Dona Chiquita, residente no Cangote do Urubu, por sua vez, em seu depoimento, complementa que

os lá de baixo [referindo-se aos moradores da Ilha do Bispo] são cheios de nhem-nhem-nhem, acham que têm o rei na barriga porque são remediados e olham a gente com medo ou como gente ruim, mas aqui não é tudo assim, não; tem mulher de respeito, tem gente direita e temente a Deus, tem pais de família batalhadores, só que pobres e desempregados e vivendo do que se pode e como pode.

Os moradores da Ilha do Bispo falam mal e segregam os moradores do Cangote do Urubu, do Conjunto Frei Marcelino e do Condomínio Índio Piragibe, estabelecendo uma hierarquização entre os habitantes do bairro. Os *de lá*, referindo-se tanto ao Cangote quanto ao condomínio e ao conjunto, são mais pobres, são bandidos, são perigosos, são drogados, são sujos e “não se dão ao respeito”. Essa separação é vivida pelos habitantes da Ilha do Bispo como uma espécie de superioridade em relação aos das outras áreas, os quais, por sua vez, introjetam essa imagem de mais pobres, de lugar perigoso, mas buscam escapar do estigma pela generalização da Ilha do Bispo sobre todos os moradores do Cangote, do conjunto ou do condomínio: “aqui também tem gente de bem”. É interessante verificar, de forma comparativa, o trabalho de Elias (2000) sobre a comunidade inglesa de Winston Parva, ficando atento para a construção de hierarquias e oposições em comunidades aparentemente de iguais.

A discussão é moral e está inscrita no interior de uma argumentação onde o pobre e o trabalhador se diferenciam pela disposição ao trabalho. A pobreza em si é vista como um elemento depreciativo se não acompanhada pela adjetivação

“trabalhador”: “sou pobre, mas trabalhador”, por exemplo. A pobreza não adjetivada pelas categorias de trabalho, honestidade, temor a Deus, é vista pelos próprios moradores também em situação econômica precária como algo perigoso.

Os *surveys* realizados pelo Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (Grem) no Bairro da Ilha do Bispo em 2002, 2006 e 2010, indicam que a vida dos moradores locais vem se deteriorando: o número dos habitantes que em 2006 ganhavam até dois salários mínimos se reduziu bastante. Muitos se encontram desempregados e vivem em condição de vida precária, abaixo da linha da pobreza. Nesse sentido, pouco se diferenciam dos que moram nas áreas chamadas de Cangote do Urubu, Conjunto Frei Marcelino ou Condomínio Índio Piragibe, embora continuem sendo discriminados por elas.

A diferenciação se dá mais por ordem de antiguidade, daqueles que vivem no núcleo central do bairro, e moram lá há mais tempo, alguns vindos de gerações anteriores. As condições das casas também pouco se diferenciam. Nos últimos 20 anos de ocupação do Cangote do Urubu, muitas das residências construídas como barracos de ocupação ganharam paredes de tijolos e os corredores por onde se transita ganharam um pouco mais de disciplinamento, pela renovação dos moradores em várias fases de ocupação, embora ainda haja várias casas de madeira, algumas com paredes internas de papelão. Nos últimos seis anos de ocupação do Condomínio Índio Piragibe, é bem verdade, houve uma degradação do conjunto residencial, mas as condições de moradia também pouco se diferenciam das do bairro em sua totalidade. A existência de sublocações, de mais de uma família morar em um mesmo espaço, não é estranha aos moradores da Ilha. Muitas famílias fazem isso, residindo mais de um casal com filhos e outros agregados em um mesmo espaço residencial.

No Conjunto Frei Marcelino, por seu turno, nenhuma diferença significativa existe entre os demais moradores da Ilha, a não ser de muitos dos seus habitantes terem sido trazidos de fora do bairro, durante a entrega das residências. O local foi ficando, deste modo, sob suspeita, e a suspeição aumentando quando muitos sublocaram as residências ou as transferiram para mãos de terceiros.

Muitos dos moradores do Cangote, do conjunto ou do condomínio, por seu turno, como os demais do bairro, em sua maioria, têm emprego fixo ou uma profissão, como as de pedreiro, encanador, ajudante de pedreiro, marceneiro, vigia noturno, empregada doméstica, manicura, entre outras, mas a maioria vive no mercado informal como ambulante, ou em bicos. No geral, a renda mensal por residência não chega a dois salários mínimos, como no restante do bairro.

A área em que residem, porém, é sentida pelos próprios moradores do lugar como estigmatizante. Eles se sentem inferiorizados por nela habitar<sup>3</sup>. Daí a necessidade de adjetivações de si próprios como “pobres, porém trabalhadores”, “tementes a Deus”, “honestos” e outras tantas que restauram ou minoram, perante eles mesmos e os outros do bairro ou da cidade, a dignidade e a autoestima (SENNETT, 2004).

Os moradores do restante da Ilha do Bispo, apesar de também se encontrarem em situação econômica e em condição de vida tão precária quanto a dos do Cangote do Urubu ou do Condomínio Índio Piragibe, veem a si próprios como possuidores de tradição no lugar, o que os distingue dos demais, considerados invasores, mais pobres, mais perigosos e que desonram o bairro. O conceito de *honra* (PITT-RIVERS, 1988), assim, se junta ao de *tradição e tempo de moradia* no bairro, parecendo atribuir o direito ao orgulho de si como moradores antigos, diferenciando-os e os dignificando em relação aos moradores que lá residem há pouco tempo. São os outros, qualificados como invasores, que deterioram a imagem do bairro na cidade, comprometendo a todos.

### Tenso convívio

Outro local evitado pelos moradores é à beira da linha férrea. É uma tensão permanente entre os moradores, principalmente nos locais onde falta uma parede de proteção. Muitas histórias são contadas de pessoas, principalmente crianças, atropeladas por trens. Ainda referente à linha férrea, indicam a estação, à noite, como um lugar a ser evitado. É lá que se encontram os marginais, “é uma boca de fumo que só o senhor vendo. Tudo o que num presta acontece por ali à noite”, disse dona Bia, moradora da travessa Carneiro Campos.

A ponte que separa a Ilha do Bispo do bairro do Alto do Mateus e do Conjunto Brasília é outro local considerado perigoso, porque “os bandidos ficam por ali e pegam os descuidados para assaltar e matar”, como revela o depoimento de dona Bia. Os lugares apontados pelos moradores como perigosos são espaços que fazem parte do bairro, se confundem com ele, se misturam. São lugares vistos sob a ótica do medo e da tensão entre os moradores e, por isso, possibilitam uma demarcação moral entre os bons e os maus habitantes. Ao mesmo tempo, permitem certa troca de favores e alianças entre os residentes.

Por se situarem no próprio bairro, por estarem sempre se interconectando como presenças contínuas naquele espaço, e pelo fato de todos serem conhecidos de todos, os moradores informam também que, sendo um pai ou uma mãe de família, uma moça de respeito ou um rapaz ajuizado, e tendo que passar pelas áreas perigosas à noite ou em horários mais desertos,

os bandidos *num* atacam, não. Respeitam! Conto para o senhor um caso de um pai de família que mora logo ali adiante, *que* o filho pequeno ficou doente e ele saiu a pé desesperado com a criança nos braços. Uns mal-encarados queriam atacar ele, mas a turma que tavam com eles *num* deixaram, não, e até deram cobertura para o homem com a criança atingir um ponto com uma Kombi para levar a criança para o hospital (*sic*).

O depoimento de seu Flores deixa claro duas questões sempre abordadas pelos moradores do bairro quando falam dos lugares tidos como perigosos. A primeira diz respeito a uma troca de favores entre os moradores tidos como perigosos e os tidos como não perigosos. Graças ao conhecimento de um sobre o outro, há um código de confiança e proteção. Isso ocorre a não ser que haja traição de uma das partes, o que obriga a outra a se vingar, matando ou deixando o outro ser roubado, ou ainda indicando para a polícia, no anonimato, alguém procurado. A outra questão é que, para o conjunto dos moradores da Ilha do Bispo, independentemente do local hierarquizado em que moram, são os de fora que dão medo e oferecem maior perigo.

<sup>3</sup> Ver, em termos comparativos, Elias e Scotson (2000).

## Fronteira, perigo e estranhamento

De uma forma ou de outra, quem mora no Condomínio Índio Piragibe, no Cangote do Urubu, no Conjunto Frei Marcelino, ou nas demais áreas consideradas de favela vieram de fora do bairro, mais pelo tempo que residem permitem uma convivência tensa mais no interior de alianças possíveis que comemoram ou dão sentido a uma coexistência comum. “O grande problema é o pessoal que vem de fora”, diz dona Bia. A violência vem de fora para dentro, e o que acontece no bairro é acobertado pelos que lá residem, principalmente, nas representações locais, pelas pessoas que habitam as áreas de má fama. Vem pelas áreas de fronteira, seja através da linha férrea ou pela ponte, locais que sempre são vistos como perigosos e contaminadores dos jovens locais, já que são frequentados por marginais, vindos de outros bairros ou cidades limítrofes, e são todos locais perigosos na percepção dos habitantes da Ilha do Bispo: como Bayeux, Alto do Mateus ou pelos lados do Oitizeiro, Trincheiras ou Cruz das Armas<sup>4</sup>. Seu Antonio afirma, “Eles vêm *praqui* e se junta com os que não presta do bairro e, muitas vez, seduzindo meninos e meninas legais do bairro”<sup>5</sup>. No que é acrescentado por seu Armando:

A bandidagem puxa fumo a noite inteira, bebe e faz algazarra, além de roubarem pais de família e os desavisados que passam por ali. Muitas vezes os pais de família que têm que atravessar a pé o bairro vindo de Bayeux pra cidade são vítimas desse povo que vem de fora e se acumula nas frestas e nas porteiras do bairro.

Seu José, em seu depoimento, faz uma ligação entre o perigo de fora e os indivíduos que moram nos espaços considerados perigosos do bairro, também considerados sujeitos não confiáveis, que estimulam e provocam medo e desgastam a imagem da região na cidade. Ele informa que

esses caras de fora do bairro muitas vezes são elementos acobertados pelos indivíduos que moram nesses redutos de bandidagem que são o Cangote do Urubu e esses condomínios mal-afamados. São locados pelos que veio também de fora e hoje se assentam como um posto armado nas áreas de favela do bairro e, principalmente, no Titanic e no Cangote.

Dona Esmerenciana, por sua vez, põe o dedo no estigma presente no bairro que diferencia as áreas em que circulam os sujeitos de bem, moradores considerados tradicionais, e as dos mal-afamados. Sua observação indica o medo do contágio que os habitantes das áreas mal-afamadas e os sujeitos vindos de fora que as frequentam e ocupam o espaço de suas fronteiras podem exercer sobre os habitantes tradicionais, sobretudo os mais jovens. Segundo ela,

esses dão má fama ao bairro e pioram a situação dos nossos meninos. Tenho o maior medo de os meus filhos se juntarem a eles. Tem dona Maria, que mora ali na Travessa Redenção, que teve um filho morto recentemente pela polícia. Era um menino muito bom, até que se envolveu com uma moleca lá do Cangote e deu para o que *num* presta. Começou a beber, a puxar uns rolos, a se envolver com assalto, e aí, *num* pega com a polícia, mataram ele.

O depoimento de dona Zefinha, que mora na Rua Frei Herculano, adverte, também, que são os outros, os de fora do bairro, sob a permissão de moradores de áreas tidas como perigosas da Ilha, que trazem medo e tensão para o bairro. Tensão porque, entre outros elementos que elevam o conflito entre os moradores, como o perigo eminente de virem a sofrer estupros, roubos e mesmo morte, ou de indicarem a má fama do bairro para a cidade de João Pessoa, se encontra o perigo de terem os filhos arrastados para “o que *num* presta”.

Desse modo, as formas de sociabilidade expostas nas situações experienciadas e ou relatadas pelos moradores demonstraram ambivalências que permeiam as relações de vizinhança e que determinado grupo assume diante de situações de medo e instabilidade no grupo no que diz respeito às hierarquizações estabelecidas na comunidade. De um lado, as áreas tidas como perigosas são consideradas áreas de ocupação recente, de grupos não de todo codificados pelos demais moradores. Por outro lado, são compostas por sujeitos que frequentam os mesmos locais, que trafegam pelas ruas, que são conhecidos de todos. O que empurra a narrativa dos moradores para os que vêm de fora do bairro para “fazer o que *num* presta por aqui”.

4 Conforme a Lei Municipal nº 1.574, de 4 de setembro de 1998, os bairros limítrofes à Ilha do Bispo são: ao norte: Bayeux; sul: Oitizeiro; leste: Cruz das Armas e Trincheiras e, a oeste: Bayeux e Alto do Mateus.

5 Ver, em termos comparativos, os trabalhos de Zaluar e Ribeiro (2009) e Tirelli (1996).

Esse segundo discurso organiza a narrativa proposta pelos moradores. Pois os que vêm de fora são acobertados pelos outros das áreas consideradas perigosas,

porque lá abriga toda sorte de gente, como maconheiros, bandidos... Essas pessoas de fora, acobertadas pelos que se locam nas favelas é que trazem a violência pro bairro e as situações de medo, de insegurança, discórdias, desarmonia, desavenças e, principalmente, de maus exemplos pras nossas crianças. É claro que muitas vezes eles tratam de segurar os safados de fora que querem perturbar com os cidadãos daqui, mas são tudo igual, farinha do mesmo saco.

O depoimento do seu Arnaldo coloca a ordem no discurso do outro na comunidade. Ao afirmar que “são tudo igual, farinha do mesmo saco”, segmenta mais uma vez os moradores da Ilha entre os de fora e os de dentro. Os de fora se estendendo para os moradores das áreas consideradas perigosas. Por outro lado, porém, os de fora também sofrem uma segmentação entre os que moram na comunidade e os que moram em outros bairros, que vem para a Ilha para “fazer o que *num* presta”.

Nessa segunda segmentação, afirma de um lado, que os que moram na comunidade “muitas vezes tratam de segurar os safados de fora que querem perturbar com os cidadãos daqui”, conotando uma imagem de pertença aos moradores da comunidade e uma troca de solidariedade e certa reciprocidade afirmativa em alianças ao conjunto do lugar. São os outros, os que vêm de fora e são acobertados pelos que moram no bairro que são a fonte do perigo. E pior, os que acobertam podem ser, também e talvez, seus próprios filhos. Uma vez que muitos são “meninos e meninas legais do bairro”, seduzidos pelos outros.

Na representação local, a imagem de um bairro violento, onde vivem marginais, só começa com o surgimento da nova geração de moradores, como informa seu Edmilson,

até os anos 1950, nunca foi visto um crime na Ilha; dos anos 1950 pra cá, 1960, aí foi se desesperando as coisas e aí apareceram muitos crimes; e dos anos 1960 pra cá, aí começou mesmo, a nova geração, a geração hoje é muito brava. O mais comportado foi esse povo de trás. Aqui na Ilha, nos anos 1930, 1940, a gente não via um crime, era a maioria de um povo trabalhador.

Ou, como reforça Israel, “a perturbação que tem aqui são dos que vêm de fora, não são do povo da Ilha”. Ele expõe a grande revolta dos moradores, presente nos depoimentos, ao apontar o que denigre a imagem do bairro junto à cidade, ser um local violento.

### Notas finais: pobreza e abandono

A revolta dos moradores, porém, embora tenha a imagem do bairro como violento como principal ponto de inflexão aponta para outra direção específica, que engloba todos os moradores do bairro em um e mesmo discurso. Para os habitantes da Ilha, em seu conjunto, o motivo dos problemas sociais existentes no lugar vem do abandono do poder público.

Em quase todos os depoimentos, alegam o esquecimento “por parte dos governantes” como o problema central da Ilha do Bispo. “Pois, se houvesse interesse, os poderosos davam força pro lugar e nós vivia de novo uma perspectiva de melhora, e não esse abandono que o senhor vê por aqui”, afirma dona Josefa.

O que pesa, afinal, na representação local é o desprezo que sentem da administração municipal e dos governantes no geral em relação a políticas públicas para a pobreza e a falta de expectativa que deixam os jovens sem futuro, arriscando ações imediatistas como forma de minorar a miséria e o sentimento de frustração de se sentirem excluídos do processo de participação cidadã, na cidade, no estado e no país. Seu Armando dá continuidade ao argumento de dona Josefa. Em seu depoimento, ele afirma que

se houvesse interesse dos governantes, mais iluminação, mais guardas, mais emprego e investimento no bairro, a meninada não se envolvia com nada mais que o futuro dela. Isso só acontece porque nossa meninada não tem mais esperança, vive o dia a dia se atirando em qualquer coisa que vem pela frente, se perdendo e, muitas vezes, nesses impulsos, morrendo. Isso é triste, porque a gente mais velha sabe que isso é coisa de quem não tem mais no que apostar.

O tom conclusivo do seu Armando é aqui usado, também, para finalizar o artigo.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. (1990), O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand.
- ELIAS, Norbert. (1990), O processo civilizador – Vol. 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1993), O processo civilizador Vol. – 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. [e] SCOTSON, John L. (2000), Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- GOFFMAN, Erving. (1988), Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Guanabara.
- IBGE. (2010), O Brasil em números. Rio de Janeiro, IBGE.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2002), “Medos corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica”. Cronos, Vol. 3, nº 1, pp. 94-101.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade”. Sociologias. Vol. 12, nº 25, pp. 286-311.
- \_\_\_\_\_. (2008), De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções. João Pessoa, Grem/Editora Universitária UFPB.
- LOTMAN, Iuri. (1981), “Semiótica dos conceitos de vergonha e medo”. Em: Ensaios de semiótica soviética. Lisboa, Horizonte.
- PITT-RIVERS, Julian. (1988), “Honra e posição social”. Em: PERISTIANY, John G. (org). Honra e vergonha: Valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Calouste Gulbenkian, pp. 11-59.
- RODRIGUEZ, Janete Lins [e] DROULERS, Martine. (1981), João Pessoa: Crescimento de uma capital. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo.
- SENNETT, Richard. (2004), Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro, Record.
- TEIXEIRA, Rafael Henrique. (2007), A perda e o medo: História e imaginário em um universo social em transformação. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo.
- THÉVENOT, Laurent. (1990), “L’action qui convient”. Em: PHARO, Patrick [e] QUÉRÉ, Louis. Les forms de l’action. Paris, Éditions de l’EHESS, pp. 39-69.
- TIRELLI, Cláudia. (1996), Cartografia social da violência: Estudo sobre a criminalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre (1988-1995). Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ZALUAR, Alba [e] RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. (2009), “O paradoxo do subúrbio carioca”. Novos Estudos, Vol. 84, pp. 174-197.





# Aplicação da Lei Maria da Penha nas delegacias de mulheres: O caso do Rio de Janeiro

**Cláudia Abdala**

*Supervisora de RH do Programa Delegacia Legal*

**Kátia Silveira**

*Pesquisadora do IFF/Fiocruz*

**Maria Cecília de Souza Minayo**

*Coordenadora científica do Claves/Fiocruz*

O artigo analisa a trajetória das queixas de violência conjugal prestadas por mulheres em cinco DEAMs do estado do Rio de Janeiro. São discutidos: o número de queixas realizadas e efetivamente transformadas em registros de ocorrência no período de 2005-2008; os diversos obstáculos encontrados pelas mulheres para tornar públicos os maus-tratos que sofrem e o impacto da sanção da Lei Maria da Penha no número de registros de ocorrência nessas delegacias. O estudo mostrou o risco que ainda hoje uma mulher corre quando decide denunciar a violência. Buscou-se também destacar o quanto à violência psicológica contra a mulher é naturalizada nas delegacias.

**Palavras-chave:** violência conjugal, queixas, Lei Maria da Penha, Rio de Janeiro, delegacias de mulheres

The article **Application of the Maria da Penha Law at Police Stations for Women in Rio de Janeiro** reviews the history of complaints of domestic violence reported by women in five DEAMs (special police stations for women) in Rio de Janeiro state, Brazil. The study investigates the number of complaints made and effectively transformed into reports in the period 2005-2008, the various obstacles faced by women to make known the abuse they suffer and the impact of the sanctioning of the Maria da Penha Act on the number those reports. The study demonstrates the risk that women still run when they decide to report violence and the extent to which psychological abuse against women is naturalized in the police stations.

**Keywords:** domestic violence, complaints, Maria da Penha Act, Rio de Janeiro, police stations for women

## Introdução

Recebido em: 30/08/2010

Aprovado em: 16/05/2011

Muitos e longos têm sido os caminhos que conduziram a sociedade ao debate contemporâneo sobre a violência conjugal. Os tempos e a agenda atuais não são os mesmos de quando foram desenvolvidos os projetos iniciais do Movimento Feminista. O estado atual do conhecimento sugere que, na relação conjugal, quase sempre ninguém é inocente. O ponto de vista aqui defendido é o de que a violência cometida contra a mulher é produto das relações de gênero nas quais são enfatizados os valores culturais que as desprestigiam e as submetem ao machismo. Porém, isso ocorre sempre em uma dimensão relacional. Segundo Gomes (2003),

as relações de gênero podem servir de base para uma consistente explicação sobre as relações de violência entre homem e mulher. No entanto, para que esse modelo explicativo avance é preciso, antes de tudo, que a palavra "gênero" seja compreendida a partir de uma perspectiva relacional.

Essa perspectiva ajuda a compreender a dinâmica das relações conjugais, sem que se incorra no erro de vitimização da mulher ou de culpabilização do homem. É na relação de conjugalidade que os modelos sociais do que se espera dos homens e o que se espera das mulheres se atualizam. A análise relacional evidencia que o fenômeno da violência entre casais é muito mais complexo do que simplesmente a busca de vítimas e algozes.

Os homens são prisioneiros da perspectiva dominante de machos viris, agressivos e provedores assim como se espera socialmente que as mulheres sejam cuidadoras, submissas e passivas. Ambos estão submetidos a expectativas construídas no meio em que se inserem e ambos as reproduzem “com naturalidade” no cotidiano das relações e das práticas sociais. Para Bourdieu, o “privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e na contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõem a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIEU, 1999, p. 64).

A dissertação realizada por Kátia Lenz César de Oliveira, em Ribeirão Preto (SP), *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro* (OLIVEIRA, 2004), fala sobre violências conjugais contemporâneas. Tratando de mulheres que realizaram registros em delegacias contra seus maridos, a autora preocupou-se em escutar a díade conjugal. Por isso e por explorar as relações e não a vitimização apenas, seu trabalho trouxe uma importante contribuição para os estudos sobre a violência conjugal. A pesquisa mostra que esse problema não pode ser explicado apenas pela psicopatologia individual, nem tampouco pelo posicionamento político-feminista de que apenas os homens são violentos. A autora propõe que, além de existirem diferentes modos de significar a violência e diferentes padrões de relações violentas, como sugere também Soares (1999, pp. 170-179), há uma distribuição diferenciada desses abusos dependendo da forma como cada um se posiciona diante do parceiro: “teríamos então, relações majoritariamente simétricas, onde a violência pode mais facilmente ser perpetrada em todas as direções. E outras basicamente assimétricas e complementares, onde existe predominantemente a violência masculina” (OLIVEIRA, *op. cit.*).

Essa trama social torna o problema da violência conjugal um difícil jogo de forças que, na maioria das vezes, traz prejuízos graves particularmente para as mulheres. Esse jogo transcende o privado e chega ao espaço público, no caso exposto, as delegacias de mulheres (DEAM).

A *Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*, realizada pela Coordenação de Igualdade de Gênero da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (2000/2001) – agora denominada Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, iniciou o processo de diagnóstico das condições de funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Essa pesquisa apontou as DEAMs como a principal política pública de prevenção à violência contra a mulher. No Brasil, tais delegacias, somadas às casas abrigo e aos centros de referência, são os mais importantes instrumentos de atendimento às mulheres envolvidas em situação de violência conjugal.

Desde os anos 1980, a reivindicação do movimento feminista era de que fossem incluídas nas atribuições das DEAMs as funções de apoio psicológico e social e acompanhamento das vítimas e seu encaminhamento para uma rede de apoio. Nos anos 1990, as atividades anteriores foram acrescidas pela proposta de encaminhamento psicológico dos agressores, tendo em vista o reconhecimento de que esse cuidado é importante para um melhor equilíbrio nas relações conjugais. Também no elenco de funções das delegacias especializadas estão previstas ações de prevenção da violência.

As DEAMs foram frutos da reivindicação de grupos de defesa dos direitos da mulher, visando a garantir às mulheres reconhecidas como vítimas de violência um atendimento humanizado e específico para suas necessidades. Segundo Rifiotis (2003, p. 8),

a ‘judicialização’ é apresentada como o conjunto de práticas e valores, pressupostos em instituições como a Delegacia da Mulher, e que consiste fundamentalmente em interpretar a ‘violência conjugal’ a partir de uma leitura criminalizante e estigmatizada contida na polaridade vítima-agressor, ou na figura jurídica do ‘réu’.

Para a autora, a leitura criminalizadora apresenta vários obstáculos para a compreensão e a intervenção nesses casos, pois não corresponde nem às expectativas das mulheres atendidas, nem às dos policiais que trabalham nas DEAMs. As primeiras não querem necessariamente criminalizar seus maridos e os profissionais entendem que não faz parte de suas atribuições nada que não possa ser tipificado como crime.

O projeto inicial das DEAMs previa apenas policiais e delegadas mulheres, o que, no decorrer do processo, não aconteceu. Vários policiais homens atuam nessas delegacias. Alguns, talvez a maioria, consideram o fato de estarem lotados em uma DEAM como punição e não como exercício de atividade típica da profissão de policial. A partir do discurso desses homens, a representação de “policial de verdade” é a do homem “macho” que enfrenta bandido, sobe morros e atua nos conflitos públicos das grandes cidades. Entretanto, o fato de se incluir mulheres técnicas ou policiais no quadro de funcionários das DEAM não garante um atendimento humanizado. Trabalhando como técnica de atendimento social numa delegacia pertencente ao Programa Delegacia Legal, observei, em muitas situações, técnicas e policiais mulheres fazendo julgamentos machistas ou tratando usuárias de forma grosseira, e em outras situações, policiais homens bastante compreensivos e acolhedores.

## A violência conjugal

Na discussão sobre violência conjugal considera-se que haja três tendências para compreensão desse fenômeno. A primeira destaca-se por definir o papel dos homens como algozes e das mulheres como vítimas. Essa abordagem foi importante para romper a invisibilidade do problema. Na segunda, considera-se a dimensão de cumplicidade que existe nas relações de gênero. Na terceira, prevalece a ideia de que alguém só pode ser cúmplice se está em relação de igualdade, o que exige um aprofundamento na análise de relações concretas (MORGADO, 2004).

As duas últimas tendências são as mais atuais. A visão da relação hierárquica, defendida por Saffiotti e Almeida (1995), implicaria uma desigualdade de forças entre os parceiros, sen-

do a mulher sempre considerada a parte vitimizada. Por outro lado, na relação conjugal violenta há uma situação de parceria e não de hierarquia, o que não significa que um não possa ser mais agressivo e cruel que o outro. Nessa concepção, a violência conjugal é vista como um abuso nas relações de força entre os dois cônjuges (GREGORI, 1993; GROSSI, 2001).

A visão das relações conjugais agressivas como produto de uma dinâmica específica entre os cônjuges incita à retomada da discussão sobre a distribuição da violência entre homens e mulheres: haveria diferentes padrões de relações violentas? Dever-se-ia pensar na “produção de violências”? Segundo Soares (1999, p. 177), cabe ao primeiro modelo proveniente do movimento feminista deixar sua pretensão universalizante que coloca a mulher no lugar de vítima e não de sujeito atuante; e ao segundo, delimitar o contexto em que o primeiro modelo produziu sua teoria. Assim, de acordo com a autora, existem diferentes padrões de relações violentas e é preciso entender essa problemática de forma complexa, fugindo às explicações totalizantes, dogmáticas ou unívocas.

Segundo o artigo “Violência doméstica durante a gravidez no Rio de Janeiro”, publicado no *Internacional Journal of Gynecology and Obstetrics* (MORAES e REICHENHEIM, 2002), a partir de uma pesquisa com jovens adolescentes grávidas que eram estudantes de escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro, 15% dos homens e das mulheres entrevistados responderam que em suas relações existe violência física por parte de ambos. No entanto, ficou claro na investigação que mulheres até praticam mais atos de violência física, agridem mais, porém, os homens ferem as mulheres com mais crueldade.

Oliveira (2004) relata que a violência contra a mulher no espaço doméstico não é três vezes mais elevada do que a perpetrada contra os homens, como defende o movimento feminista. E o levantamento nacional sobre violência doméstica realizado nos Estados Unidos no final da década de 1970 (STRAUS, GELLES e STEINMETZ, 1980) indicou que 3,4% dos homens agridem as esposas e 4,8% delas batem em seus maridos. A justificativa que os autores encontram para essa diferença é o hábito cultural masculino de não relatar agressões por parte das mulheres, enquanto que elas relatam que batem em seus maridos, até como uma forma de demonstrar sua força. Eles sentem vergonha e omitem a situação.

Há ainda uma discussão importante acerca do que seria agressão e do que se pode chamar de violência. A agressão permite o revide enquanto que a violência implica uma diferença de força, em que uma das partes não teria como reagir devidamente, caracterizando uma desigualdade de condições. Assim, não se pode perder de vista que, apesar de as mulheres agredirem mais (MORAES e REICHENHEIM, 2002), os homens são mais violentos e a mulher acaba levando a pior, já que é fisicamente mais frágil. No entanto, ficou claro na investigação que mulheres até enunciam que praticam mais atos de violência física e que agridem com maior frequência.

Grande parte dos autores analisa o problema em mão única, ou seja, na direção da violência do homem contra a mulher (GOMES, 2003). Já Schraiber e D'Oliveira (1999) são críticos a esses autores, dizendo que eles não conseguem se deslocar da abordagem do feminino como vítima e, por isso, não são capazes de pensar estratégias que superem as relações conjugais a favor dos homens e das mulheres.

A promulgação da Lei Maria da Penha busca criminalizar a violência contra a mulher, já que a lei nº 9.099, que trata de crimes “de menor potencial ofensivo”, antes aplicada às ocorrências de violência conjugal, não estava correspondendo aos anseios de fazer justiça às mulheres. A postura criminalizadora adotada pela nova lei, por um lado, oferece a essas mulheres um instrumento contra a banalização da violência vivida e uma possibilidade de se tornarem sujeitos da ação. Mas, por outro lado, introduz uma série de obstáculos para aqueles que pretendem trabalhar com relações interpessoais. Alguns desses entraves serão discutidos mais adiante.

Neste estudo, buscamos lançar luz sobre as dificuldades que as mulheres ainda encontram quando, tentando sair da situação de violência conjugal, procuram as delegacias especializadas. Procuramos elucidar as contradições com que elas se deparam quando ocorrem diferentes interpretações dos grupos profissionais sobre suas queixas. Essas contradições revelam a presença da desigualdade de gênero nas relações da cena pública, como observa no estudo de Bandeira (2004, p. 41):

As relações entre homens e mulheres são vistas com olhares assimétricos, e, por isso, têm-se atitudes e sentimentos femininos e masculinos diferenciados quanto à percepção da violência exercida contra as mulheres, por parte da maioria das/dos agentes policiais. Essa percepção permanece presente no andamento dos processos, assim como regula o tratamento dispensado às partes.

Segundo Brandão (1996), a figura do policial na recepção de mulheres agredidas é de suma importância, uma vez que suas percepções e impressões sobre papéis de gênero e a violência contra a mulher interferem nos registros das ocorrências e nas instaurações dos inquéritos. Segundo Rifiotis (2003), os olhares viciados e preconceituosos da sociedade em relação às pessoas envolvidas em situação de violência conjugal se apresentam também nas delegacias especializadas.

As agentes policiais da Delegacia da Mulher sabem muito bem qual combinação estará na base dos casos atendidos às segundas-feiras depois do final de semana: álcool, pobreza e agressão. Uma equação crua, simplista e, sobretudo, preconceituosa, mas que é, em graus variados, plenamente verificada no cotidiano das delegacias da mulher. Assim, o problema não está na existência ou não desses casos, mas na sua interpretação, que pode ser limitada e preconceituosa, confundindo as características dos casos considerados como suas causas.

A lei nº 11.340/06 possui um capítulo específico sobre o atendimento da autoridade policial. O presente estudo traz contribuições para a investigação e a avaliação sobre o efetivo cumprimento do que foi determinado na lei, discutindo algumas das novas práticas sociais decorrentes de suas orientações. Para tanto, são apresentados os seguintes aspectos: número de queixas realizadas e efetivamente transformadas em registros de ocorrência entre 2005 e 2008; diversos obstáculos encontrados pelas mulheres para tornar públicos os maus-tratos que sofrem; e alguns indícios do impacto da sanção da Lei Maria da Penha (em agosto de 2006) no número de registros de ocorrência nessas delegacias. Sobre esse último aspecto, este artigo ajuda a esclarecer as controvérsias que a prática da lei tem provocado em vários meios, inclusive no âmbito da segurança e da justiça.

## A lei nº 11.340, Lei Maria da Penha

No dia 22 de setembro de 2010, a lei nº 11.340/06, a Lei Maria da Penha, completou quatro anos de vigência. Ela confere às situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres, até então tratadas como de menor potencial ofensivo, o status de crime. A lei trouxe inovações importantes, pois definiu o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher e suas diversas expressões: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, independentemente de orientação sexual.

É importante que se tenha a dimensão do que é abrangido no art. 5º da lei nº 11.340/06.

Para os efeitos desta lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único: as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

O art. 6º da mesma lei trata a violência doméstica e familiar contra a mulher como uma das formas de violação dos direitos humanos.

A Lei Maria da Penha, portanto, contempla o sofrimento psicológico e o dano moral das mulheres, trazendo reconhecimento do impacto da violência física e sexual na saúde mental das vítimas. Essa compreensão da violência psicológica é fundamental para o aprofundamento das questões relativas à violência nas relações conjugais.

A lei inclui um capítulo específico sobre o atendimento da autoridade policial (capítulo III, arts. 10, 11 e 120). No que concerne às questões policiais, a Lei Maria da Penha inova

ao determinar que a vítima não poderá retirar a queixa. Caso queira interromper o processo iniciado, só poderá fazê-lo na presença do juiz, em audiência.

Das principais contribuições da nova legislação, em termos de assistência e proteção às vítimas, estão as “medidas protetivas de urgência” que têm por diretrizes:

Art. 23: Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas: I– encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II– determinar a recondução da ofendida e de seus dependentes ao respectivo domicílio após afastamento do agressor (BARSTED, 2010, p. 89).

E no art. 22: “I– suspensão da posse ou restrição do porte de armas; II– o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, entre outras medidas” (Idem, *Ibidem*).

A mesma lei também criou três juizados voltados apenas para o atendimento às mulheres, retirando dos Juizados Especiais Criminais (Jecrim) a competência para julgar os crimes de violência doméstica que, portanto, deixam de ser enquadrados na lei nº 9.099 (de menor potencial ofensivo).

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) realizou um levantamento, de outubro de 2006 a maio de 2007, sobre o modo como as autoridades policiais e judiciais lidaram com as determinações da nova legislação desde que a Lei Maria da Penha foi promulgada (SPM, 2007). Os dados foram coletados por meio de diferentes mecanismos como a ouvidoria da SPM, o Ligue 180 e junto aos serviços da Rede de Atendimento à Mulher. Os dados mostram que a referida lei estimulou a inserção do tema violência contra as mulheres no cotidiano da vida política. Os veículos de comunicação deram ampla cobertura ao assunto, de forma mais sistemática e qualificada. Em um ano de vigência da lei, 74 matérias sobre o tema foram publicadas. A implementação da legislação provocou o crescimento do número de serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

No âmbito da Justiça, foram criados 15 juizados, 32 varas adaptadas, oito DEAMs, oito centros de referência e uma casa abrigo. O número de instâncias para lidar com a demanda das mulheres é, entretanto, ainda insuficiente.

No período estudado, foram autorizadas 5.247 medidas protetivas solicitadas pelas DEAMs, destacando-se as de afastamento do agressor do lar e a proibição de sua aproximação da mulher. Foram decretadas 864 prisões em flagrante e 77 em caráter preventivo, sendo os juizados e as varas do Centro-Oeste as instâncias que mais concederam prisões. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha. Alguns obstáculos serão abordados adiante.

## Método

Foi realizado um levantamento das informações existentes sobre as queixas relativas a violência conjugal no período entre 2005 e 2008 da amostra de conveniência em cinco DEAMs legais do estado do Rio de Janeiro: a do Centro (CE), a de Campo Grande (CG), a de Jacarepaguá (JA), a de Volta Redonda (VR) e a de Belford Roxo (BR). Essas unidades foram escolhidas por serem, até a data de realização da pesquisa, pertencentes ao Programa Delegacia Legal. Implementado há 10 anos e desenvolvido em 116 delegacias no estado do Rio de Janeiro, o programa trouxe uma proposta inovadora aos usuários, que era a de prestar um atendimento humanizado, realizado principalmente por profissionais da saúde e da assistência social<sup>1</sup> e contar, no quadro de funcionários das DEAMs e de outras delegacias não especializadas, com a presença de técnicas mulheres.

O período de 2005-2008 abrange um momento anterior e outro posterior ao advento da Lei Maria da Penha (agosto de 2006), o que permite analisar se houve algum indício de impacto no número de atendimentos e no perfil das queixas nos anos após a lei.

O estudo analisou os dados relativos: 1) ao total de atendimentos realizados pelas técnicas por ano; 2) à relação entre o número de atendimentos caracterizados como possível fato ilícito pelas técnicas e os registros de ocorrência (RO) realizados pelos policiais; 3) à diferença entre o número de atendimentos caracterizados como possível fato ilícito e os ROs e o total de atendimentos.

Essas informações foram obtidas através dos sistemas de informação implantados nas Delegacias Legais para policiais e técnicas, respectivamente denominados Sistema de Controle Operacional (SCO) e Sistema de Atendimento (SAT). O SCO é utilizado pelos policiais para a informação e a elaboração dos RO, sendo gerenciado pelo Serviço de Inteligência Policial (SIP). As informações policiais que constam neste artigo foram fornecidas pelos próprios policiais que trabalham no SIP, autorizados à época pelo chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e pelo delegado de polícia diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI). Quanto à pesquisa efetuada no SAT do balcão de atendimento das Delegacias Legais, foi autorizada pela coordenadora de recursos humanos do Programa Delegacia Legal. O levantamento do SAT foi realizado pela autora Cláudia Abdala, técnica de atendimento social e posteriormente supervisora de recursos humanos do Programa Delegacia Legal em 14 delegacias da região centro-sul fluminense, entre 2006 e 2009.

O SAT se constitui em um sistema alimentado pelas técnicas no momento de chegada das mulheres aos balcões de atendimento das delegacias legais. Além de conter o cadastro da usuária da DEAM, registra o motivo da procura e o encaminhamento dado ao caso. As mulheres que buscam ajuda nessas delegacias são atendidas pelas técnicas, que escutam a demanda ou queixa, colhem dados sociodemográficos (nome, idade, telefone, profissão e escolaridade) para traçar o perfil das usuárias e descrevem um resumo da queixa.

Depois de realizado o cadastro da usuária, quando necessário, a mulher é levada para a Rede de Atendimento Especializado à Mulher do município. Ainda, quando caracterizado no entendimento da técnica como um possível fato ilícito, a usuária é encaminhada para o policial para realização do registro de ocorrência. Então, é gerado um documento pelo sistema que, além de todas as informações dadas pelas mulheres, caracteriza o “motivo da procura”.

Os motivos da procura do SAT podem ser:

1) Acesso ao delegado ou ao detetive: quando a usuária foi encaminhada ao delegado ou policial para entregar petições para serem apreciadas ou para conversar com essas autoridades.

<sup>1</sup> No interior do Estado pedagogos são aceitos como técnicos de atendimento social.

2) Atendimento social: são as ações realizadas pelas técnicas e encaminhadas para a rede de serviços oferecidos na localidade, após terem escutado e interpretado as queixas das mulheres. Um exemplo: a mulher que sofreu violência física por parte do marido e deseja se separar dele. Além de ser encaminhada ao policial para realizar o registro de ocorrência, poderá ocorrer um procedimento à defensoria pública para dar início ao processo de separação ou para um psicólogo, fórum, Alcoólicos Anônimos, Centro de Cidadania, entre outros. Nos municípios onde há um núcleo especializado, ela poderá ser encaminhada ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM (RJ) – ou ao Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher – NIAM–, um braço do CIAM no interior do estado para assistência na área psicológica, jurídica e social.

3) Balcão de atendimento: acolhe informações simples que não impliquem uma escuta técnica aprofundada e especializada.

4) Comparecimento ao ato vinculado ao registro de ocorrência: termo usado para descrever a apresentação das partes (mulher, marido, testemunha) para depor ao policial sobre o caso de desavença e tudo o que diz respeito a um determinado registro de ocorrência.

5) Possível fato ilícito: termo utilizado para designar a situação em que a queixa da mulher passa a configurar um possível crime que se encontra disponível apenas no sistema utilizado pelas técnicas. Nesses casos, a técnica que faz o primeiro atendimento coloca os motivos no SAT e isso gera um número de serviço vinculado ao registro de ocorrência que o policial fará. Assim, quando alguém quer informação sobre o atendimento, tem acesso também ao número do registro de ocorrência correspondente. Se, depois de encaminhada ao policial, a queixa não gerar registro de ocorrência, esse policial deverá justificar o motivo pelo qual ele não foi efetivado em seu sistema, o SCO. A técnica também deverá escrever nas observações finais do SAT o destino daquele atendimento.

Cabe um parêntese aqui: quem tipifica a queixa como crime é o policial, as técnicas devem apenas caracterizar o atendimento como um possível fato ilícito. Inclusive,

técnicas e estagiárias não podem ter formação na área jurídica, é uma exigência na seleção feita pelos recursos humanos. Elas devem interpretar as queixas das mulheres quando entenderem tratar-se de um possível crime, e principalmente aterem-se em suas demandas sociais encaminhando-as à rede de referência local.

6) Busca de desaparecido: é um descritor para os casos em que a usuária quer que se faça uma pesquisa no SAT para localizar um parente desaparecido. A busca pode ser realizada pela técnica e independe do registro de ocorrência. Esse acesso serve para localizar um desaparecido, caso tenha dado entrada em alguma delegacia do estado do Rio de Janeiro. Em muitos casos, a mulher não quer que seja feito o registro. Por exemplo: quando ela procura um foragido da polícia e quer saber se ele foi encontrado morto ou se foi encaminhado para algum hospital.

7) Registro de extravio de documentos: termo utilizado para registrar o extravio de documentos para se evitar que sejam usados de forma ilícita. No caso, os usuários têm como provar que deram queixa à polícia.

8) Outros descritores: “conflitos e problemas civis”, “elogios e agradecimentos”, “reclamações e críticas” e “sugestões”, termos que dispensam explicação.

Para uma análise estatística, foi realizada a comparação da média de atendimento anual nos períodos anterior e posterior à lei por meio do teste não paramétrico de Wilcoxon para amostras dependentes. O nível de significância foi de 0,05<sup>2</sup>. Foram descritos os percentuais anuais referentes ao atendimento caracterizado como “possível fato ilícito” (PFI) e o registro de ocorrência (RO) em relação ao total de atendimentos realizados pelas técnicas. Foi também calculada a diferença percentual anual entre o PFI e o RO a partir da seguinte fórmula:  $[(PFI-RO) \times 100]/PFI$ .

Também foi realizada uma observação de campo durante todo período da pesquisa. Os dados quantitativos foram cruzados com entrevistas qualitativas realizadas com 10 mulheres usuárias dos serviços, sendo destacadas cinco delas na tese de doutorado *Escalada da dor, ciclo evolutivo da violência conjugal*.

2. O teste de Wilcoxon é um tipo de teste de hipóteses utilizado para identificar se existe diferença entre as médias estimadas em duas medidas de uma mesma amostra com pequeno número de observados. Quando o valor obtido é maior que 0,05, a diferença entre as médias não é estatisticamente significativa. (DAWSON-SAUNDERS e TRAPP).

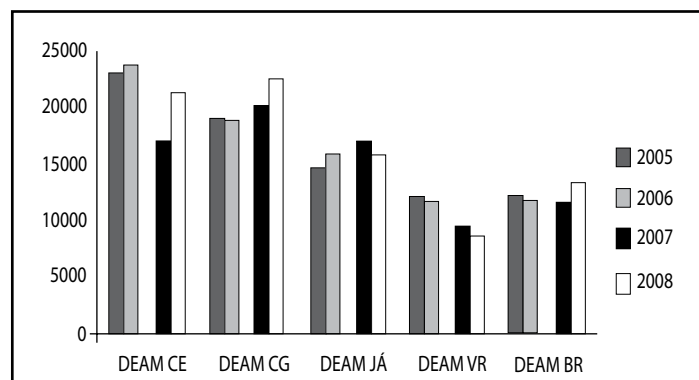


## Resultados e discussão

### Indícios do impacto da Lei Maria da Penha na procura por atendimento nas DEAMs do estado do Rio de Janeiro

A análise do total anual de atendimentos nas DEAMs no período estudado demonstra que não é possível identificar um padrão único que indique acréscimo ou decréscimo na quantidade de denúncias nos anos posteriores à promulgação da Lei Maria da Penha. Havia dúvida entre várias instâncias públicas e os movimentos de mulheres sobre qual seria o impacto da lei nas denúncias de violência conjugal, sobre se haveria aumento no número de registros e se o fato de os maridos agressores serem presos em flagrante levaria as esposas a denunciarem menos. Constata-se que a DEAM de Campo Grande (CG) foi a única com um pequeno impacto positivo. O aumento pode indicar apenas uma elevação no número de ocorrências ou uma maior confiança ou convicção por parte das vítimas em denunciar. Das demais DEAMs da capital, a do Centro (CE) apresentou uma redução nos dois anos posteriores à lei. Na de Jacarepaguá (JÁ), houve aumento em 2007, mas, no ano seguinte, o número voltou ao patamar de 2005. A de Belford Roxo (BR) teve uma instabilidade semelhante à de Jacarepaguá. Em Volta Redonda (VR), houve diminuição gradativa. A média anual nas cinco no período anterior à lei foi de 16.185 atendimentos; no período posterior, de 15.562. Essa diferença, porém, não foi estatisticamente significativa ( $p = 0,72$ ), o que pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Atendimentos em DEAMs do Rio de Janeiro (2005-2008)



A Tabela 1 permite analisar o percentual de atendimentos classificados como “possíveis fatos ilícitos” e o de registros de ocorrência nas DEAMs do Rio de Janeiro no período de 2005 a 2008, com o advento da lei. Os percentuais dessa motivação variaram de 23% a 51,6%, o que demonstra uma heterogeneidade na interpretação das queixas entre as técnicas e os policiais ou uma demanda diferenciada das mulheres.

Tabela 1 - Percentual de possíveis fatos ilícitos registrados pelos técnicos em relação ao total de atendimentos das cinco DEAMs do Rio de Janeiro 2005 a 2008

	2005		2006		2007		2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>DEAM CE</b>								
PFI*	7.625	33,3	7.458	31,6	6.502	38,3	6.099	28,7
RO**	6.392	27,9	5.650	24,0	4.260	25,1	4.078	19,2
Total de atendimento	22.932		23.569		16.974		21.220	
<b>DEAM CG</b>								
PFI	8.598	45,3	9.607	51,2	10.333	51,6	10.975	49,0
RO	7.102	37,4	7.729	41,2	8.472	42,3	8.974	40,1
Total de atendimento	18.964		18.771		20.040		22.388	
<b>DEAM JÁ</b>								
PFI	3.751	25,6	4.854	31,1	4.255	25,3	4.224	26,9
RO	3.252	22,2	3.454	22,1	2.657	15,8	2.635	16,8
Total de atendimento	14.674		15.609		16.826		15.703	
<b>DEAM VR</b>								
PFI	2.826	23,5	2.912	25,1	2.578	27,1	2.859	33,8
RO	2.559	21,3	2.615	22,5	2.766	29,1	3.012	35,6
Total de atendimento	12.025		11.623		9.516		8.451	
<b>DEAM BR</b>								
PFI	4.774	43,2	5.750	45,5	4.529	40,1	4.378	33,2
RO	1.876	17,0	2.024	16,0	22,42	19,8	2.065	15,2
Total de atendimento	11.062		12.625		11.299		13.199	

\*PFI = Possível fato ilícito

\*\*RO = Registro de ocorrência

A DEAM de Campo Grande apresentou os maiores percentuais de possíveis fatos ilícitos, correspondendo à metade dos atendimentos realizados. Em relação ao período posterior à lei nº 11.340, a delegacia de Volta Redonda teve uma tendência de crescimento desse percentual, enquanto na de Belford a indicação foi inversa.

Em relação aos registros de ocorrência, chama atenção o pequeno percentual de registros em Belford Roxo, sem demonstrar uma tendência explícita após a entrada em vigência da lei. Apenas na DEAM de Volta Redonda há um aumento dos ROs nos dois anos seguintes à nova legislação (Tabela 1).

De modo geral, não houve grande impacto quanto à interpretação por parte das técnicas sobre o motivo da procura para queixas sobre possíveis fatos ilícitos. Esse resultado nos mostra que tais interpretações, realizadas pelas técnicas, mantiveram-se em um padrão que denota um acolhimento das queixas das usuárias. Tal fato sugere não haver indícios de um grande impacto da Lei Maria da Penha no número de registros de ocorrência de violência conjugal realizados pelas DEAMs do estado.

#### *Concordâncias e discordâncias na interpretação das queixas*

A trajetória das queixas é fundamental para se compreender o jogo de forças existente nas delegacias e nos auxiliar a avaliar os efeitos da Lei Maria da Penha nas DEAMs, na cidade e no interior do Rio de Janeiro. As informações anotadas como possível fato ilícito são consideradas queixas-crime, devendo ser encaminhadas ao policial para serem tipificadas e então integrarem a elaboração do registro de ocorrência.

Assim, a profissional que promove o primeiro atendimento faz concomitantemente o encaminhamento para o policial e os direcionamentos sociais que julgar necessários. Como já foi mencionado, não cabe às técnicas tipificar crimes. Essa é uma atribuição do policial. Daí o quesito ser chamado de “possível” fato ilícito, pois ele só será confirmado como crime pelo policial quando ele o transformar em registro de ocorrência e realizar as investigações pertinentes.

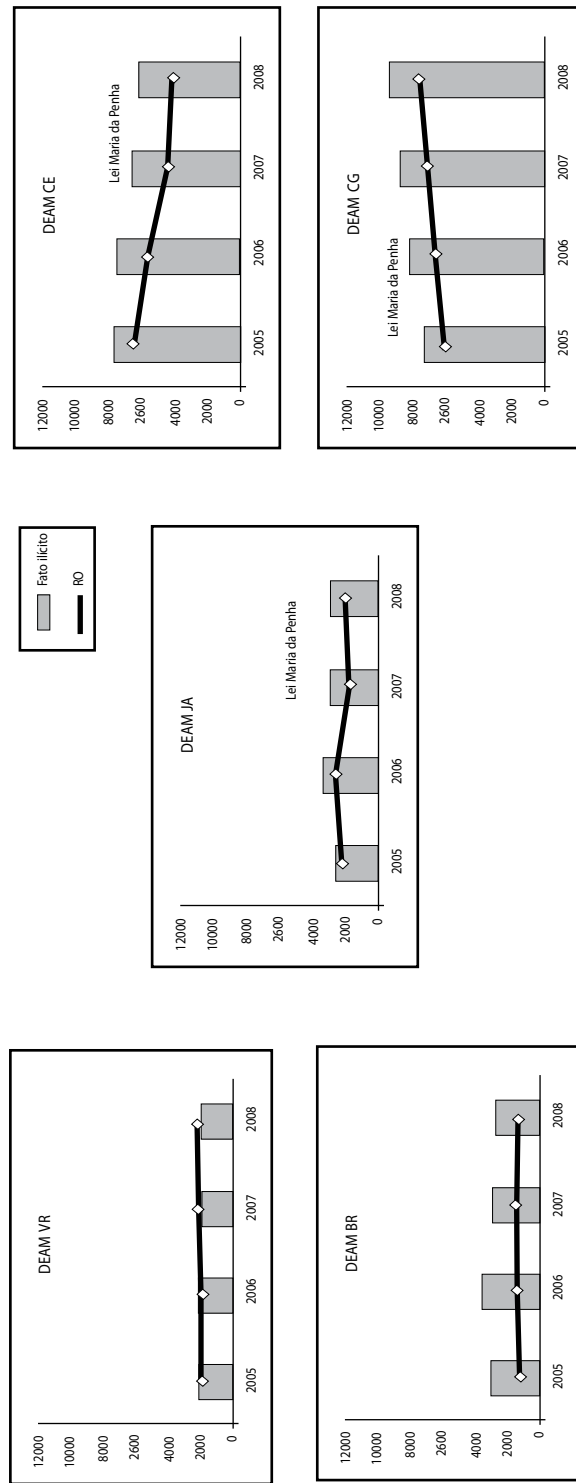
De acordo com a Tabela 2, verifica-se que na DEAM do Centro, de 2005 a 2007, houve aumento ano a ano na diferença percentual entre “possível fato ilícito” e “registro de ocorrência”. Isso significa que, nessa delegacia, a interpretação das queixas realizadas pela parte técnica está sendo cada vez menos reconhecida pelos policiais.

Tabela 2 – Diferença percentual entre número de possíveis fatos ilícitos e os registros de ocorrência nas cinco DEAMs do estado do Rio de Janeiro (2005-2008)

	2005	2006	2007	2008
<b>DEAM CE</b>				
PFI	7.625	7.458	6.502	6.099
RO	6.392	5.650	4.260	4.078
Diferença %	16,2	24,2	34,5	33,1
<b>DEAM CG</b>				
PFI	8.598	9.607	10.333	10.975
RO	7.102	7.729	8.472	8.974
Diferença %	17,4	19,5	18,0	33,1
<b>DEAM JÁ</b>				
PFI	3.751	4.854	4.255	4.224
RO	3.252	3.454	2.657	2.635
Diferença %	13,3	28,8	37,6	37,6
<b>DEAM VR</b>				
PFI	2.826	2.912	2.578	2.859
RO	2.559	2.615	2.766	3.012
Diferença %	9,4	10,2	-7,3	-5,4
<b>DEAM BR</b>				
PFI	4.774	5.750	4.529	4.378
RO	1.876	2.024	2.242	2.065
Diferença %	60,7	64,8	50,5	52,8

Ainda de acordo com a mesma tabela, na DEAM de Campo Grande, de 2005 a 2008, a diferença percentual se manteve praticamente estável, demonstrando que nessa Delegacia as interpretações das técnicas e dos policiais são as que mais convergem, não havendo conflito de interpretações (Figura 1).

Figura 1 – Número de queixas identificadas como fato ilícito pelas técnicas e registro de ocorrência (RO) pelos policiais no período de 2005-2008 em cinco Delegacias Legais especializadas de assistência à mulher (DEAM) do Estado do Rio de Janeiro (2005-2008)



Em relação à DEAM de Volta Redonda, houve uma aproximação entre a interpretação das técnicas e dos policiais, porém a partir de 2007 (pós-Maria da Penha), houve um maior número de RO do que de “possível fato ilícito”. Essa diferença é justificada pelo término dos plantões noturnos que incluíam técnicas no interior do estado. Não havendo técnicas nos plantões noturnos as mulheres se dirigiam diretamente aos policiais, portanto, não sendo adicionadas no sistema do balcão de atendimento (SAT).

A DEAM de Belford Roxo apresenta maior diferença percentual, portanto mais discrepância entre as interpretações e conseqüentemente pouca concordância na avaliação das queixas entre técnicas e policiais. A DEAM de Jacarepaguá teve ano a ano um aumento significativo nas diferenças de interpretação até 2007, estabilizando-se em 2008.

As diferenças mais discrepantes entre as avaliações das técnicas e dos policiais sobre as queixas oferecidas pelas mulheres sugerem algumas explicações baseadas na observação de campo, em entrevistas com as mulheres que foram às delegacias, e na vivência da própria pesquisadora como técnica de atendimento social e, posteriormente, como supervisora dos balcões de atendimento.

Em primeiro lugar é muito claro que existe uma interpretação diferenciada da técnica que acolhe a queixa da mulher e do policial para quem ela é encaminhada, a respeito da lei. Essa diferença interfere no resultado dos encaminhamentos e obviamente, na atenção que é dada à situação concreta da mulher. Determinados casos no entendimento da técnica deveriam ser criminalizados, ou transformados em registro de ocorrência, mas não chegam a ser interpretados da mesma forma pelos agentes policiais. Observa-se em muitos desses casos, uma desconsideração em relação ao problema apresentado pela queixosa, quando, por exemplo, os agentes não se dispõem sequer a escutar o que a mulher tem a dizer, “bicam” a ocorrência, que no jargão policial seria o mesmo que se desvencilhar da queixosa, sem ao menos ouvi-la.

Em algumas situações as técnicas – na sua grande maioria esse nível de função é exercido por mulheres e nas DEAMs somente por mulheres – se sentem pressionadas por alguns policiais quando estão avaliando as queixas trazidas

pelas mulheres, para que não as classifiquem como “possível fato ilícito”, pois essa categoria no SAT implica a abertura de pendências para elaboração do registro de ocorrência. As técnicas são orientadas pela supervisão nesses casos a colocarem a rubrica “possível fato ilícito” sempre que entenderem se tratar de um crime a ser encaminhado para o policial fazer a ocorrência e, caso não seja realizado o registro, ele deve justificar o motivo no SCO. As técnicas também devem escrever no campo das observações finais no SAT que não foi realizado o registro e o nome do policial que atendeu a mulher. De modo geral, as técnicas recebem apoio da supervisão e de toda a equipe do Programa de Delegacia Legal em relação aos problemas com que se deparam no trabalho. É perceptível, depois de 10 anos de Programa, que a maioria dos policiais já valoriza o corpo técnico das delegacias.

Quando a usuária expressa o desejo de conversar apenas com o policial, a técnica que a atende deve usar a rubrica “acesso delegado/detetive”. Alguns desses encaminhamentos após a conversa com o policial podem ser transformados em registros de ocorrência e aparecerão no SAT como “acesso del/det”, e não como “possível fato ilícito”. Isso acaba por mascarar a informação no sistema. Nesses casos, as técnicas são orientadas a escrever nas observações finais que aquele acesso del/det gerou uma ocorrência e a acrescentar o número da mesma.

Há casos de mudança de decisão da mulher quanto à queixa prestada. Essa situação quase sempre ocorre após conversa com o policial sobre as consequências do registro. Muitas preferem que não seja caracterizado o flagrante e que o marido não seja preso. Vários policiais se queixam de que as mulheres se arrependem de dar queixa de seus companheiros, só querem “usar” a polícia. A expressão “dar um susto no marido”, utilizada pelas usuárias, pode ser entendida como uma forma de tentativa de empoderamento para lidar com o companheiro violento (SOARES, 1999). Pesquisas realizadas em delegacias brasileiras (BRANDÃO, 1996; RIFIOTIS, 2003; MUNIZ, 1996; OLIVEIRA, 2006) demonstram que as mulheres buscam ajuda nas delegacias na expectativa de “reordenar as relações de poder no espaço doméstico” (RIFIOTIS, 2003, p.12).

Em síntese, ao se dirigirem à DEAM com “muita raiva” porque o companheiro está “abusado demais”, com “vergonha”, “magoada” ou até mesmo com medo de a polícia prendê-las, tais mulheres evidenciam o quanto é difícil tomar a decisão de registrar a queixa. A denúncia do parceiro à polícia significa certo rompimento de sua parte com a reciprocidade familiar, embora como resposta às rupturas causadas pelos homens nesse contexto. Dentre as mulheres que se dirigem à DEAM convictas da denúncia e da necessidade de punição aos agressores, poucas se manifestam *favoráveis* à prisão do acusado. A maioria afirma querer somente “dar um susto”, “uma prensinha nele”, “um castigo”, “chamar para conversar”, “que ele me dê sossego”, “que ele me deixe em paz”, “que ele saia de casa” ou permanecer na própria casa, já que “ele quer que eu saia de casa”. A ida à DEAM envolve a esperança “de ele melhorar”, “ele tomar vergonha na cara”, de “resolver alguma coisa” ou de propiciar uma ocasião para amedrontar o parceiro quanto às possíveis implicações de uma próxima agressão (BRANDÃO, 1996).

**As mulheres, segundo a autora, buscam na verdade a “restauração de sua existência social” ao procurarem as delegacias especializadas.**

A maioria das mulheres que se dirige à DEAM não tem suas expectativas atendidas, pois nem sempre encontram policiais disposta(o)s a exercer a função de mediadores em suas contendas domésticas. Por que então continuam recorrendo insistentemente à DEAM? Argumenta-se que os efeitos produzidos pela queixa policial no contexto familiar da vítima advêm prioritariamente da utilização da delegacia como um recurso simbólico (BRANDÃO, 1996).

**Utilizar a delegacia como “recurso simbólico”, representaria uma busca desesperada pela lei, por um interditor, um terceiro que aponte para uma saída, não mais pela via da violência, mas, pela via da negociação dos impasses.**

Segundo Rifiotis (2003, p. 24),

nos casos do que se costuma chamar “violência conjugal”, a DEAM torna-se um espaço de dramatização de conflitos e de reconhecimento da culpabilidade que pode garantir a continuidade da vida

conjugal. É um espaço de palavra, de escuta, onde a denúncia permite objetivar a crise da relação conjugal tirando o seu caráter singular. (...) A objetivação se faz tornando pública a relação e seus conflitos e dilemas, tendo a figura da autoridade policial como testemunha e com força para definir o “retorno ao bom caminho”.

A negociação pode envolver desde o afastamento do homem do lar até o retorno em circunstâncias mais favoráveis para ambos. Ainda observa-se que há uma expectativa, daqueles que se propõem a tratar a questão da violência conjugal, de que o rompimento do silêncio realizado pela mulher quando busca uma delegacia queira dizer que ela deseja romper também com a relação violenta. Mas não é simples assim. Os relacionamentos violentos em geral seguem um ciclo postulado por Leonor Walker (1979) denominado “ciclo da violência”, que prega que as relações conjugais violentas obedecem a um padrão de funcionamento em um ciclo de três fases sucessivas: a primeira seria a fase da tensão, a segunda, da explosão, e a terceira e última, a fase da lua de mel.

Na primeira fase, há a construção da tensão, que ocorre a partir de provocações mútuas, ameaças, insultos, humilhações. O clima ruim entre o casal vai crescendo até chegar a um ponto-limite e, assim, qualquer problema desencadeia o que Walker chamou de fase da explosão, que é caracterizada por episódio agudo de violência física. Em seguida, vem a fase da lua de mel, na qual os pedidos de desculpas, as promessas de que aquilo nunca acontecerá de novo, a esperança de mudança de atitude do cônjuge, a negação da experiência violenta vivida e, em alguns casos, a ameaça de morte caso a mulher não retire a queixa a levam a recorrer à delegacia. Com o advento da Lei Maria da Penha, isso só pode ser feito na frente do juiz, e não mais de um policial, como acontecia antes. No entanto, não é o que se observa no cotidiano das delegacias.

Segundo a teoria de Walker (1979), a maioria das mulheres necessita de ajuda especializada para sair desse ciclo de violência, sendo o registro de ocorrência, na maior parte dos casos, uma etapa importante. Pesquisas com usuárias do Centro Integrado de Atendimento à Mulher sobre as dificuldades para romper com a relação conjugal violenta demonstraram que o tempo médio de relação desses casais é de 10 a 12 anos (MOTA, 2001; ARAÚJO, 2002 *apud* SOARES, 2006).

Na verdade, depois do advento da lei nº 11.340, não está mais na mão da mulher a decisão de realizar ou não o registro, o Estado ao ser informado do crime deve tomar as devidas providências. No entanto, na prática essa questão ainda continua sendo tratada nas delegacias como se dependesse de representação da vítima, quando, por exemplo, perguntam a mulher se quer realizar ou não a ocorrência.

Muitos policiais resistem ou se negam a fazer o termo de ocorrência, principalmente nos casos de violência psicológica, estando incluídas as ameaças de morte. A não materialidade do crime é um dos impedimentos alegados. Os casos considerados graves pelos policiais, geralmente são aqueles em que existe violência física visível. Mesmo sendo contemplados na nova lei, os casos de violência psicológica ainda encontram resistência para seu reconhecimento e registro, não só pelos policiais, como também pelas técnicas e por muitas mulheres pelo fato de banalizarem esses episódios.

Segundo a legislação, a violência psicológica contra a mulher é “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (cap. II, art. 7º, inciso II, das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006).

O não reconhecimento dos maus-tratos psicológicos como violência é uma queixa recorrente apresentada pelas técnicas de atendimento social, em relação ao comportamento dos policiais. Muito embora, observa-se que as técnicas também parecem negar os danos psicológicos das usuárias, em várias situações. A maioria, porém, reclama da dificuldade que encontra quando encaminha tais casos aos policiais, pois entre esses agentes existe uma gíria para classificar tais eventos, sendo as expressões mais comuns, “feijoada”, “fubá”, ou seja, algo que os confunde e os faz perderem tempo (SOARES, 1999).

Estudos revelam que as próprias mulheres envolvidas em situação de violência banalizam a situação vivida: “apenas 55% das que sofreram agressão física reconheceram tais abusos como violência...” (SCHRAIBER *et alii*, 2002), pode-se inferir que no tocante à violência psicológica essa dificuldade de reconhecimento seja ainda maior.

Em todas as circunstâncias, esses agentes da lei priorizam a materialidade dos delitos assim como a prova material. É notório no cotidiano das delegacias que esse problema se agrava em relação às mulheres negras, pois a cor da pele dificulta a visualização da lesão, principalmente pelos que não possuem conhecimento técnico para tal.

## Conclusão

Os dados desse trabalho ajudam a refletir sobre alguns indícios do impacto da lei nº 11.340 na vida das mulheres envolvidas em situação de violência conjugal que prestaram queixas e foram atendidas por técnicas ou por policiais em cinco DEAMs no estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que antes de chegar a uma delegacia para denunciar a situação de violência vivida, uma mulher precisa vencer muitos obstáculos (ABDALA, 2009) e as que conseguem, geralmente, além da força pessoal, são estimuladas pelas campanhas de incentivo à denúncia que hoje ocorrem em todo o país.

Os obstáculos são de toda sorte. No Brasil, até o ano de 2006, havia o total de 349 DEAMs, 52 Centros de Referência e 81 Casas Abrigo (BARSTED, 2006) para atender a 5.500 municípios, o que significa ainda uma estrutura ínfima para as necessidades dessas mulheres. Ou seja, além de a distribuição dos serviços ser bastante desigual, ela está concentrada em alguns locais. Por exemplo, em São Paulo estão 125 das 349 DEAMs do país. O problema da falta de articulação entre as redes de referência e de atendimento e a concentração de serviço especializado em alguns municípios dificulta muito o encaminhamento correto das mulheres que sofreram violência conjugal, em termos de proteção e efetivo atendimento.

Para se ter uma ideia dessa má distribuição na região centro sul-fluminense existe apenas uma DEAM e um serviço de atendimento a mulheres realmente capacitado

para lhes dar assistência, a Casa da Mulher (ABDALA, 2007). Em algumas cidades sequer existe IML, e quando há, alguns deles não funcionam nos fins de semana. Assim, se uma mulher sofre uma violência física sexta-feira à noite ela provavelmente só poderá fazer o exame de corpo de delito na segunda-feira, muitas vezes em outra cidade. Tendo que dispor de recursos próprios para se transportar até o local, muito embora já seja contemplado o apoio às mulheres nesse sentido nas medidas protetivas da Lei Maria da Penha.

O presente estudo demonstrou que para além das barreiras físicas e institucionais, as barreiras ideológicas e psicológicas são as mais difíceis de ser transpostas. As políticas públicas e a Lei Maria da Penha enfrentam tais barreiras ainda não vencidas do machismo e do patriarcalismo, que levam os homens a naturalizar a violência em suas relações conjugais e sociais. E os instrumentos criados para atuar, coibindo a violência relacional e contra a mulher, ainda são muito escassos, existe pouca consistência nos procedimentos e ainda há poucas redes de apoio – há lugares onde nem existem – eficazes no acolhimento e no tratamento das mulheres e dos casais. Até se poderia dizer que as leis são ótimas e dão cobertura jurídica às vítimas de violência, no entanto, poucos são os passos concretos que possibilitam as saídas das rotas perigosas que põem em risco suas vidas (ABDALA e MINAYO, 2009).

Embora tenha havido um crescimento da consciência das mulheres sobre seus direitos, em geral as que comparecem às delegacias são pessoas de baixa renda que encontram na ida às DEAMs seu último recurso para lidar com a violência vivida, na busca de se empoderar para lidar com a questão. Para Inzumino (2004, p. 7), essa ação pode significar um resgate à condição de sujeito.

Pensando nas mulheres em relações violentas, ao realizar uma queixa, denunciar a violência de que estão sendo vítimas, pode-se argumentar que estas mulheres, além de exercerem o poder, procuram definir os limites do próprio corpo. Dessa forma, ao reivindicarem uma vida sem violência, reivindicam também a liberdade de ir e vir e o domínio sobre a própria sexualidade.

A maior contribuição deste estudo reside no fato de tornar evidente que não basta à mulher ter consciência de que precisa denunciar. É preciso investir num trabalho de conscientização daqueles que devem apoiá-la na sua tentativa de saída do ciclo da violência. A decisão da elaboração do termo de ocorrência está nas mãos dos policiais que em alguns casos “permite” que a mulher decida. Tanto a postura dissuasória como a permissiva não respeitam a Lei Maria da Penha.

Cruzando dados quantitativos sobre as queixas prestadas e certas observações de campo, verifica-se que algumas delas, embora se apresentem às DEAMs, nunca tiveram seus relatos acolhidos e transformados em registro de ocorrência pelos policiais. Também os homens agredidos têm dificuldades em fazer denúncias, pois contra eles existe o preconceito de que são fracos quando apanham de sua mulher. Esses dados possuem um agravante em relação à situação das mulheres que buscam ajuda nas delegacias, a partir da constatação de que a violência conjugal doméstica é uma ação repetida: “para 28% das mulheres agredidas, a violência doméstica é uma prática de repetição e “de vez em quando” ela volta para assombrar a tranquilidade do lar” (SENADO FEDERAL, 2007), o fato de muitas de suas queixas não serem transformadas em registro de ocorrência, traz prejuízo a essas mulheres, pois não possuem um histórico de sua situação de violência conjugal, o que poderá interferir na decisão do juiz, já que ele não terá subsídios para julgar a constância e a gravidade de cada caso.

Ressalta-se também a falta de informação por parte da mulher em relação à Lei Maria da Penha, o que a deixa vulnerável a sofrer interferências em suas decisões no momento da denúncia. Embora se saiba que ter informação não é garantia de ter seus direitos respeitados.

O trabalho das técnicas que realizam o atendimento inicial e promovem os encaminhamentos de ordem social é bastante difícil e contundente, tanto em relação aos policiais, porque muitos tendem a discordar dos motivos para consideração do possível fato ilícito, como em relação à rede de apoio especializada, pois principalmente no interior do estado do Rio de Janeiro há muitas falhas ou ausência de serviços adequados<sup>3</sup>.

3 Ver entrevistas qualitativas realizadas com 10 mulheres em Abdala (2009).

## Referências

- ABDALA, Cláudia. (2009), “Escalada da dor: O ciclo evolutivo da violência conjugal”. Tese (doutorado). Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz.
- \_\_\_\_\_. [e] MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2009), “Violência conjugal, um problema social e de saúde pública”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 14, nº 2.
- ARAÚJO, Clara. (2002), O CIAM, o perfil do seu atendimento e a violência de gênero: Constatações e desafios. Relatório apresentado à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).
- CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). (2001), Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das DEAMs. Brasília, Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SDH)/Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).
- BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de [e] MESQUITA, Andrea. (2004), Violência contra as mulheres: A experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília, Agende.
- BARSTED, Leila Linhares [e] HERMANN, Jacqueline (org). (2010), Violência contra a mulher: Um guia de defesa, orientação e apoio. Rio de Janeiro, Cepia/Cedim.
- BRANDÃO, Elaine R. (1996), “Nos corredores de uma Delegacia da Mulher: Um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal”. Dissertação (Mestrado). Instituto de Medicina Social, Uerj.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), “O campo científico”. Em: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. (1999), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- DAWSON-SAUNDERS, Beth. [e] TRAPP, Robert G. (1994), *Basic and Clinical Biostatistic*. Norwalk (Conneticut, EUA), Appleton and Lange.
- GOMES, Romeu. (2003), “Sexualidade masculina, gênero e saúde”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 8, nº 3, pp. 825-829.
- GREGORI, Maria Filomena. (1993), *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs.
- GROSSI, Patrícia Krieger [e] WERBA, Graziela C. (2001), *Violência e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre, EdIPUCRS.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. (2004), “Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: Mulheres, violência e acesso à justiça”. Trabalho apresentado no 28º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Caxambu (MG), 26 a 28 de outubro.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza [e] SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). (2003), *Violência sob o olhar da saúde: Infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- MORAES, Claudia L. [e] REICHENHEIM, Michael E. (2002), *Violência doméstica durante a gravidez no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Departamento de Epidemiologia, Instituto de Medicina Social, Núcleo de Pesquisa de Violência (Nupevi), Uerj.
- MORGADO, Rosana. (2004), “Mulheres em situação de violência doméstica: Limites e possibilidades de enfrentamento”. Em: SIGNORINI, Hebe [e] BRANDÃO, Eduardo (orgs). *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro, Nau.
- MOTA, Jurema. (2001), *Gênero e violência doméstica: Um perfil dos atendimentos do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro*. Monografia de graduação, Uerj.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. (1996), “Os direitos dos outros e outros direitos: Um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs”. Em: SOARES, Luiz Eduardo (org). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Iser.
- OLIVEIRA, Kátia Lenz César de. (2004), *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: Sobre violências conjugais contemporâneas*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. (2006), “A mudança de significados da violência de gênero no fluxo da Justiça”. Trabalho apresentado no simpósio temático *Violência e Segurança Pública do VII Seminário Fazendo Gênero*. Florianópolis.
- SENADO FEDERAL. (2007), *Pesquisa DataSenado*. Brasília, Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS) do Senado Federal.
- RIFIOTIS, Theophilos. (2003), “As delegacias especiais de proteção à mulher no brasil e a ‘judicialização’ dos conflitos conjugais”. *Antropologia em primeira mão*, nº 58.
- SAFFIOTI, Heleieth [e] ALMEIDA, Suely Souza de (1995), *Violência de gênero, poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter.
- SCHRAIBER, Lilia Blima [e] D’OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. (1999), “Violência contra mulheres: interfaces com a saúde saúde”. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Vol. 3, nº 5, pp. 11-27.
- SCHRAIBER, Lilia Blima et alii. (2002), “Violência contra a mulher: Estudo em uma unidade de atenção primária à saúde”. *Revista de Saúde Pública*, Vol. 36, nº 4.
- SILVA, Kelly Cristiane da (coord). (2000), *Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das DEAMs*. São Paulo, Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Segurança Pública.
- SOARES, Barbara Musumeci. (1999), *Mulheres invisíveis: Violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.



SOARES, Cecília Teixeira. (2006), Ruim com ele pior sem ele? Limites e possibilidades encontrados por mulheres em processos de ruptura da violência conjugal. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia, UFRJ.

STRAUS, Murray; GELLES, Richard J [e] STEINMETZ, Suzanne K. (1980), Behind Closed Doors: Violence in American Families. Nova York, Doubleday.

WALKER, Leonore E. (1979), The Battered Woman. Nova York, Harper & Row.

# Formação da Guarda Municipal: Uma aventura

**Rosemary de Oliveira Almeida**

Professora da Uece

**Glauécia Mota Brasil**

Professora da Uece

O artigo objetiva compreender o processo de formação, identificação e papel das guardas municipais, mediante discussões sobre o Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza, realizado em 2008. A análise é feita com base nos diálogos e discursos de sala de aula sobre temas como cidade e cidadania, violência e seus enfrentamentos, municipalização da segurança pública e seu papel, conflitos e desafios dos guardas, além de depoimentos sobre experiências, dúvidas, perspectivas e incertezas. A formação é um processo complexo, voltado não apenas para os aspectos formais e legais (estatutos, técnicas, regras e convenções proporcionalmente ordenados e seguros) como também trata com a informalidade, o inusitado de representações e práticas existentes no cotidiano complexo e inseguro da cidade-metrópole.

**Palavras-chave:** formação, Guarda Municipal, segurança pública, cidade, violência

The article **Training of City Guards: An Adventure** aims to understand the training, identification and role of city guards by means of discussions regarding the Fortaleza City Guard Training Course, held in 2008. The investigation is based on conversations and arguments presented in the classroom on themes such as the city and citizenship, violence and tackling it, the municipalization of public security and its role, conflicts and challenges for the guards, as well as accounts about experiences, doubts, prospects and uncertainties. The training process is complex and addresses not only formal and legal aspects (relatively orderly and secure statutes, techniques, rules and conventions), but also informality, the unusual aspects of representations and practices in the complex and unsafe day-to-day of the metropolis.

**Keywords:** training, City Guards, public security, city, violence

## Introdução

Recebido em: 10/05/2010

Aprovado em: 01/04/2011

*Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 1997, p. 77).*

**I**niciamos o presente artigo com uma reflexão do educador Paulo Freire que nos convida a pensar a aprender sobre a vida, algo que não é possível ser feito sem liberar o espírito. Não se trata de ensinar, mas de aprender, portanto, “construir”, “reconstruir” e pegar a mão uns dos outros no processo da formação humana. Freire nos faz lembrar George Simmel, que diz: “O filósofo é o aventureiro do espírito”. Em analogia à escrita de ambos, este texto é um convite para todo aprendiz que quer ser o “aventureiro do espírito”.

O aventureiro, para dizê-lo numa só palavra, trata o que na vida é incalculável, como em geral tratamos o que pode ser calculado com segurança. (Por isso o filósofo é o aventureiro do espírito. Ele faz a tentativa sem perspectiva, porém não sem sentido, de formular em termos de um conhecimento conceitual um procedimento de vida da alma, sua disposição diante de si, do mundo e de Deus. Ele trata o insolúvel como se fosse solúvel.) Onde o entrelaçamento com os elementos desconhecidos do destino torna duvidoso o êxito de nossa atividade, cuidamos de limitar o emprego de nossas forças, de manter abertas as linhas de retirada e damos cada passo apenas experimentando. Na aventura, procedemos de um modo diametralmente oposto: apostamos tudo justamente na chance flutuante, no destino e no que é impreciso, derrubamos a ponte atrás de nós, adentramos o nevoeiro, como se o caminho devesse nos conduzir sob quaisquer circunstâncias (SIMMEL, 2005, pp. 175-176).

A aventura é a possibilidade de adentrar os labirintos desconhecidos do conhecimento e da realidade para além de uma racionalidade segura do saber e do estabelecido; é a possibilidade de tecer a vida e aventurar-se nela, mesmo sob o risco de encontrar o inusitado e a insegurança. Mas, a aventura continua “nos parecendo um cruzamento do momento de segurança da vida com o de insegurança” (SIMMEL, 2005, p. 176). Dessa forma, o que dá qualidade às nossas práticas é a ideia de segurança mesclada com a “consciência da incerteza com respeito ao êxito” (Idem). Tais práticas, muitas vezes, são guiadas pelo “senso prático” do qual nos fala Bourdieu (2009). Buscamos a segurança, mas temos que contar com os imponderáveis, significando dizer que, em relação aos nossos objetivos traçados no início de qualquer empreendimento, nem sempre temos a segurança de que serão alcançados. É no processo que tomamos consciência também da incerteza, portanto, lidamos com o seguro e o inseguro o tempo todo e é assim que podemos ter êxito<sup>1</sup>.

Assim é a ideia que fazemos das teias complexas do processo de formação (nova formação) e das práticas das guardas municipais, ponto de partida deste artigo. A analogia com a segurança e a insegurança, proporcionada pela aventura simmeliana, com os aspectos que pretendemos tecer aqui sobre a formação e o papel das guardas municipais na política de segurança pública, não é à toa. Trás à tona o entendimento de uma formação complexa, voltada não apenas para os aspectos formais legais que compre-

endem convenções, estatutos, regimentos, códigos e procedimentos técnicos proporcionalmente ordenados (a segurança da vida), como também para a informalidade, para o inusitado do cotidiano e da própria vida (a insegurança). É desse cruzamento entre o formal e o informal, a ordem e a desordem, o seguro e o inseguro que podemos visualizar o “solúvel” no “insolúvel” ao lidar com o campo da violência e da busca de seu enfrentamento por intermédio das políticas de segurança. Sem esquecermos que esse processo supõe o uso de estratégias como o “conhecimento das condições do conhecimento” (BOURDIEU, 2009).

Na tentativa de compreensão desse campo, o artigo versa sobre o processo de formação das guardas municipais, especificamente por meio de uma discussão sobre o Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza<sup>2</sup> e seu projeto pedagógico, com base nos debates desenvolvidos em sala de aula sobre temáticas como cidade e cidadania, direitos humanos, violência, municipalização da segurança pública, conflitos e desafios das guardas e o diálogo sobre suas experiências, incertezas e perspectivas. Partimos do pressuposto de que a incerteza sobre sua identidade é uma realidade nas representações de guardas municipais. Estas, por sua vez, constroem percepções sobre sua prática em relação à segurança da cidade na medida em que se perguntam se sua função é dar segurança aos cidadãos ou proteger o patrimônio do município. Com base nessas percepções e mediante a orquestração pedagógica e de conteúdo de um curso de formação, dos depoimentos e debates dos novos alunos sobre suas experiências, que compreensão podemos alcançar sobre o papel das guardas municipais, sua formação e sua atuação? Que aspectos legais e práticos esclarecem o processo de identificação da guarda municipal? Como esse processo se constitui diante das determinações legais e das práticas constitutivas da aventura complexa nas ruas da cidade?

### Cidade, município, guarda...

A Constituição Federal (CF) assegura o papel das guardas como restrito à segurança do serviço público, bens e propriedades. Apenas em um inciso do art. 144 da CF de 1988 há uma vaga menção aos municípios: “§ 8º. Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Do

2 Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza (março a junho de 2008), voltado para novos guardas aprovados em concurso público realizado em 2006 pela Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. O projeto do curso foi elaborado com base no conteúdo programático dos módulos que compõem a Matriz Curricular Nacional das guardas municipais desenvolvida pela Senasp, adaptando temas à realidade local, com os seguintes eixos: ética, cidadania, direitos humanos, segurança pública e defesa social; sociedade, sua organização de poder e a segurança pública; o indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da segurança pública; diversidade e conflitos. Projeto Pedagógico para esse curso pode ser encontrado no Laboratório de Direitos Humanos e Cidadania/LABVIDA da UECE e na Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

1 Para aprofundar a compreensão sobre aventura, ver ensaio de Simmel, “A Aventura”, entre a seleção de textos deste autor organizada por Jessé Souza e Berthold Öelze (2005, pp. 169-184).

ponto de vista legal, podemos dizer que este é o *leitmotiv* da criação das guardas nos municípios, o seu marco regulatório, uma quase identidade. Por outro lado, ao formalizar as regras para criação das guardas, o legislador não menciona a forma como essas executarão suas atividades de segurança nos espaços da cidade. Embora existindo uma expressão formal de sua existência institucional, torna-se quase impossível dizer o que são e o que fazem as guardas municipais.

Criadas num quadro de busca de alternativas e soluções para os problemas sociais crescentes, quase sempre ligados à expansão da violência e do crime, em seus diferentes formatos as guardas representam uma tentativa de inovação no quadro das políticas de segurança. Mas a base que promovia a criação dessa nova força, além das limitações estabelecidas pela manutenção das atribuições das forças tradicionais, padecia também da indefinição, que permitia que se fizessem guardas municipais com os propósitos e métodos os mais diversos. As guardas terminavam por seguir as vacilações das percepções coletivas sobre o problema da segurança pública: alguns setores da sociedade buscavam – e buscam – formas alternativas de promoção da segurança, através de novas práticas, comunitárias ou assistencialistas, enquanto outros exigiam – e ainda exigem – um endurecimento das ações, uma presença maior das forças de segurança de perfil igual ao das já existente (BRETAS e MORAIS, 2009, p. 160).

Essas considerações nos levam a recordar o ensaio sobre a aventura de Simmel (2005), ao expor o necessário cruzamento entre o seguro e o inseguro. No que concerne às guardas municipais, percebemos que a segurança da lei não é sustentáculo único da aventura da vida real, já que elas precisam adentrar o nevoeiro dos conflitos cotidianos, o destino incerto do espaço da cidade marcada pela insegurança. Assim, a pergunta pela identidade segura cruza com a experiência das indeterminações do trabalho das guardas que vai se constituindo na relação com as demandas do poder público e da população que, por sua vez, lhe exige respostas imediatas frente às práticas de violência e de criminalidade nas ruas da cidade.

Nesse mesmo cenário, estudiosos têm observado essa aventura, como Ricardo e Caruso (2007), ao declarar que o espaço da cidade e seus equipamentos e serviços, como a escola, a praça, o posto de saúde, o trânsito, as ruas do bairro, têm exi-

gido encaminhamentos por parte da guarda, exatamente pela ideia de proximidade que ela tem com a comunidade. Trata-se da emergência diária da insegurança das cidades que não espera pela resolução pacífica entre a responsabilidade estatal ou municipal pela segurança.

A cidade, que antes era definida pelos gregos como espaço público por excelência, campo das decisões com base na argumentação e, portanto, da consolidação da cidadania, perde esse seu lugar na modernidade e passa a ser lugar urbanístico, espaço da troca e do consumo motivados pela aurora do capitalismo.

No caso específico de Fortaleza, observa-se que ela tem sofrido crescimento expressivo em sua população, conforme dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>. No ano de 2000, a população era de 2.141.402 habitantes e, em 2007, evoluiu para 2.431.415. Em 2008, as estimativas relacionavam a cidade de Fortaleza como a quarta maior em contingente populacional do país, sendo uma metrópole de destaque no contexto nacional e na Região Nordeste, com uma população estimada em 2.416.920 habitantes. No último censo, divulgado em 2010, a cidade se manteve na quinta posição, registrando uma população de 2.447.409 habitantes, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.

Trata-se de uma cidade em crescimento expressivo, configurando-se no campo urbano como metrópole em franco desenvolvimento. Todavia, tanto o aumento populacional quanto a dinâmica do seu desenvolvimento não se deram de forma sustentada. Resultado disso é a expansão urbana desordenada e a elevada concentração de renda que marcam o espaço urbano de Fortaleza. A cidade divide-se entre rotas de expansão e desenvolvimento, por um lado, com a migração de novos empreendimentos públicos e privados, serviços, condomínios fechados de alto padrão etc., que marcam os bairros situados mais a leste, e pela ocupação desordenada e alta concentração populacional mais a oeste da cidade, sem planejamento e intervenção prévios por parte dos poderes públicos. Esse processo culmina com a precarização desses espaços em relação à moradia e investimentos em infraestrutura, transporte público, entre outros serviços essenciais, afetando, deste modo, amplas camadas populares da capital, fato indistinto do quadro social das demais metrópoles brasileiras. O crescimento vertiginoso lhe trouxe problemas comuns às

<sup>3</sup> Ver dados de censo em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

demais grandes cidades brasileiras, destacando-se na problemática da criminalidade e da violência, uma demanda para a discussão da segurança pública no município.

Sobre esse assunto, Ricardo e Caruso (2007), ao refletirem a respeito da controvérsia sobre a responsabilidade da gestão municipal na segurança urbana, afirmam que a Constituição Federal dá ao município responsabilidades em relação à “gestão dos serviços públicos de interesse local, como saúde e educação, proteção do meio ambiente, patrimônio histórico cultural e políticas de desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano” (Idem, p. 104). Essas atribuições são indispensáveis para a segurança pública, em especial porque têm relação com um aspecto fundamental, a prevenção da violência e da criminalidade. Nesse sentido, o município passa a ser parte integrante ou responsável da segurança pública. Sobre essa questão, sabe-se que a responsabilidade constitucional, no que concerne às políticas de segurança, é da federação e dos estados, o que não significa desconsiderar um tipo de cogestão com o poder municipal para o avanço no controle da criminalidade urbana e na melhor articulação com a população local. Essas considerações parecem ser cruciais para a formulação de políticas públicas de segurança.

A prefeitura é o braço do poder público mais próximo à população, é onde se dá a prestação cotidiana de serviços, é, também, quem conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto e pode, portanto, solucioná-los com maior agilidade quando estes ainda têm proporções reduzidas. Ao mesmo tempo, a proximidade com a comunidade agrega outro capital ao poder municipal: a capacidade de mobilização e articulação da população em geral (MIRAGLIA, 2006, p. 89).

Assim, é possível observar municípios brasileiros criando formas de gestão e articulação com a população para a formulação de políticas municipais de segurança, por meio da criação de coordenadorias, de secretarias ou de outras instâncias. A principal tarefa dos municípios tem sido criar as guardas municipais voltadas para atividades de segurança do patrimônio, segurança dos espaços públicos e atuação em projetos comunitários de prevenção da criminalidade. Em Fortaleza, a instância do executivo responsável é a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Assim, a que órgão o município pode atribuir o serviço público da segurança?

As guardas municipais são, assim, criadas; algumas, fortalecidas. A questão fundamental é verificar em que medida elas são criadas e efetivadas apenas como braços da vigilância do patrimônio em detrimento de ações voltadas para políticas públicas de prevenção da violência. Ou se acabam por se tornar repetidoras de práticas baseadas na militarização das ações policiais motivadas por políticas de segurança das secretarias estaduais que historicamente têm se voltado para práticas repressivas às demandas de ocorrências policiais. O controle social é, assim, constituído como ação reativa em lugar de se constituir de práticas proativas baseadas no controle dos delitos com ações preventivas.

Outra questão é que em muitos casos, tais secretarias são criadas para gerir exclusivamente suas guardas municipais sem conseguir articular a atuação concreta do guarda nas esquinas da cidade com uma política pública de prevenção da violência. Acabam, em muitos casos, por reproduzir um *ethos* das secretarias estaduais de segurança pública, muitas delas, conhecidas por atuarem “apagando incêndios” ou respondendo às demandas impostas pela mídia ao divulgarem os casos de violência e criminalidade (RICARDO e CARUSO, 2007, p. 104).

As guardas municipais têm agido basicamente na “segurança do patrimônio”, ao mesmo tempo em que também estão conectadas à insegurança das ruas, que concentram práticas desconhecidas ou, como assinala o ensaio sobre a aventura de Simmel, os “elementos desconhecidos do destino” que não se objetivam no aprendizado da formação técnica e legal das guardas, tornando “duvidoso o êxito da atividade”. Nesse sentido, elas limitam o passo, agem tecnicamente de acordo com a experiência e com recursos técnico-formais disponíveis e, raras vezes, apostam na aventura ou “na chance flutuante, no destino que é impreciso...” (2005).

O recurso da formação da guarda sob o aspecto lógico-formal de conteúdos, eixos temáticos e módulos de conhecimento filosófico e técnico é fundamental para refletir sobre o cruzamento entre o formal e o informal aqui em interrogação. É nesse sentido que o curso de formação para novos guardas da cidade de Fortaleza é um ponto de partida, um campo de estudo significativo para a compreensão de sua atuação legal, sua prática profissional e sua identificação no campo da segurança pública.

## A guarda municipal e a formação

A Guarda Municipal de Fortaleza foi criada em 10 de julho de 1959, pela lei municipal nº 1.396, na gestão do general Manuel Cordeiro Neto, e extinta em 1968. No mesmo ano, a lei nº 3.557 criou o Departamento de Vigilância Municipal com as mesmas atribuições. Em 1985, a lei nº 6.038 extinguiu o Departamento de Vigilância e criou em seu lugar a Guarda Civil de Fortaleza. Esta foi composta de dois núcleos de guardas, um masculino e outro feminino, além do Departamento de Assuntos Administrativos. Na época, foi também criado o cargo de diretor-geral. O decreto nº 8.031, de 31 de julho de 1989, aprovou a criação dos cargos de diretor-geral, diretor adjunto e das unidades de comando operacional, administrativa e financeira, entre outros setores. Em 2002, é realizado o primeiro concurso público para os cargos de guardas e subinspetores. A lei complementar nº 17, de 7 de junho de 2004, cria o Sistema Municipal de Segurança, Defesa Civil e Cidadania, com a junção da Guarda Municipal de Fortaleza e da Agência de Cidadania, esta com atribuições de Defesa Civil. Em 2006, na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2005-2008), é realizado o segundo concurso para guardas municipais na cidade. De acordo com informações disponíveis no site da prefeitura, a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza conta com 1.658 servidores, sendo 988 guardas municipais, cinco inspetores, 500 subinspetores, 10 agentes de segurança institucional, 114 agentes de defesa civil, 29 agentes administrativos, oito auxiliares de serviços gerais, dois advogados e dois administradores. O órgão se define

responsável pela segurança pública municipal com a visão de policiamento comunitário. Tem como responsabilidade a proteção do patrimônio público ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do município adotando como estratégias as medidas educativas e preventivas. No âmbito da política municipal de Defesa Civil, a instituição desenvolve planos, programas e projetos referentes à prevenção, socorro, assistência e recuperação da comunidade em situação de risco, minimizando os desastres e restabelecendo a normalidade social ([www.fortaleza.ce.gov.br/gmf](http://www.fortaleza.ce.gov.br/gmf) em julho de 2011).

Aqui interessa-nos discutir qual é, de fato, o papel das guardas. No caso de Fortaleza, o que os novos profissionais em formação pensam a respeito de sua atuação?

O curso de formação em Fortaleza, seguindo os passos da Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública, priorizou alguns conteúdos que subsidiaram a capacitação do guarda municipal no sentido de atuar no espaço público da cidade com base na promoção da segurança comunitária preventiva. Nesse sentido, o projeto pedagógico do Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza, elaborado para 2008, configura que

seu âmbito de atuação é no espaço público. Visa, sobretudo, uma atuação voltada para garantir a ocupação e a utilização democrática deste espaço; respeitar os direitos fundamentais do cidadão na vida cotidiana; proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e ecológico; detectar todo tipo de deficiências que impedem a livre circulação do cidadão e a correta utilização dos serviços públicos urbanos e ainda contribuir na prevenção e mediação de pequenos conflitos urbanos, assim como facilitar o acesso dos cidadãos aos seus direitos (...). O perfil profissional do guarda municipal envolve o treino de diversas capacidades, tais como o diálogo, a persuasão, a análise crítica, além das habilidades de negociação, discernimento e gerenciamento de conflitos, dentre outros.

O projeto pedagógico e seus conteúdos são bases fundamentais para a formação. Como todo projeto, ele tem a pretensão de refletir a realidade. É no ponto de encontro entre seus eixos temáticos e a prática com que a guarda municipal se depara com o imponderável e as incertezas da profissão, seja diante das instituições, para garantir proteção, seja nas ruas da cidade, inserindo-se no enfrentamento da problemática da segurança.

Como já afirmado neste trabalho, a concepção ampla de segurança pública, ao envolver as guardas municipais, contempla a construção de parceria entre as secretarias de segurança pública estaduais e a gestão municipal, no sentido de desenvolver práticas preventivas mediante a presença das guardas nas ruas. Nesse sentido, trata-se de colaborar com o controle da criminalidade não apenas pela via de atividades

repressivas mobilizadas pelas polícias militares, mas pela elaboração e pelo desenvolvimento de práticas de valorização do ambiente da cidade e das comunidades e dos bairros. Tais atividades sugerem a promoção de ações comunitárias de prevenção ao cometimento de delitos, geralmente de baixa complexidade, para que não ecoem no universo da criminalidade complexa, e que estejam efetivamente relacionadas ao compromisso dos gestores com a qualificação dos equipamentos e serviços sociais e urbanos. Com base nessa concepção ideal de segurança, o guarda parece ser o agente público mais próximo do cidadão. O que fazer?

Constitucionalmente, seu papel está restrito ao policiamento de bens, serviços e patrimônio públicos. Mas, no mundo real, o guarda depara-se com os conflitos advindos da cidade, a partir dos quais colocam-se frente a frente as concepções e práticas que caracterizam sua identificação e os rumos da segurança pública. Tecemos algumas considerações sobre a relação entre projetos de formação, leis e conteúdos de aprendizagem e o cotidiano do guarda, que necessariamente se defronta com as regras da instituição e do comando. Anotamos um depoimento significativo proferido em sala de aula por um guarda municipal sobre esse conflito.

Professora, acho muito bom todo esse conteúdo sobre a cidade, a violência, a ideia de prevenção comunitária, o respeito aos direitos humanos, os exemplos bem-sucedidos de nosso trabalho. Mas nem sempre podemos fazer assim, temos que obedecer ao comandante (agente da Guarda Municipal, 2008).

Essa referência tem relação com a concepção personalista dos comandos das guardas municipais, que se estruturam de acordo com a voz ativa do comandante, geralmente formado pela tradição militar das polícias repressivas e com práticas baseadas em arranjos pouco planejados e, que seguem uma racionalidade própria colada ao *modus operandi* desses comandos. Nesse sentido, não há ou pouco há consideração à dimensão ampla da carreira profissional e das atividades de segurança do guarda municipal que sugere formação continuada e novos empreendimentos voltados para a concepção de segurança pública fundamentada na ideia de guarda comunitária. É como atestam Ricardo e Caruso:

Cada guarda vai se adaptando e tomando contornos de acordo com a visão de seu chefe/comandante. O que pode ou não pode, o que é prioritário ou não, é determinado de modo personalista e, por isso, é difícil defini-los como guardas profissionais. Seus arranjos organizacionais, plano de carreira, formação e aperfeiçoamento profissional, gestão e critérios de avaliação de desempenho são fluidos, inconstantes e pouco estruturados (2007, p. 108).

Essa compreensão significa que, entre a ampliação do conceito de segurança pública e a participação da gestão municipal, especificamente através da atuação das guardas municipais como agentes voltados para a prevenção e a prática comunitária, há interstícios interessantes a se compreender. Um deles é: grande parte das guardas é comandada por policiais militares e/ou com orientação militarista. Há uma discussão crítica em relação à própria função policial que é, por excelência, civil, e não militar, embora, do ponto de vista constitucional, algumas nações, como o Brasil, utilizem também formações militares como força policial. Os policiais são

peças autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através de aplicação da força física. Esta função possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização (BAYLEY, 2002, p. 20).

Ainda, para este autor, a polícia, quando constituída em um estado democrático de direito, é uma força pública autorizada pela população para agir contra a criminalidade, cabendo ao Estado, como representante da comunidade geral, manter e controlar as instituições policiais como “agências públicas, especializadas e profissionais” (BAYLEY, 2002, p. 35). Embora se trabalhe hoje, no Brasil, com duas instâncias policiais, a civil (polícia investigativa) e a militar (ostensiva e repressiva), tais forças são autorizadas para tratar de pessoas “desviantes” e não para combater o “inimigo”, que é função do exército e das forças militares. O que reza a Constituição Federal de 1988, com base nos princípios democráticos, é priorizar o eixo da segurança do cidadão e não a defesa do Estado contra o inimigo que teve sua ênfase no período autoritário brasileiro.

Na prática, tais princípios democráticos entram em choque com a demanda por mais segurança e diminuição das taxas de criminalidade, como também com a “cultura polícial” que predomina nas corporações (ALMEIDA e BRASIL, 2004, p. 120).

Qual a relação entre os conflitos referentes à função policial e a da guarda municipal? Em primeiro lugar, observamos, durante o curso de formação e no trabalho desenvolvido pela Guarda Municipal de Fortaleza, percepções e práticas que se operacionalizam conforme códigos e uma práxis característica dos policiais militares. Como assinalam Ricardo e Caruso, há um tipo de “*ethos* policial militar que, em geral, é internalizado no processo de formação e aperfeiçoamento profissional dos guardas” (2007, p.108). Além disso, os depoimentos desses agentes confirmam essa situação e configuram uma tensão, demonstrando que, na maioria das vezes, há a exigência de obediência a uma atuação militarista: “Sabemos que não somos policiais, não somos autorizados a agir como policiais, mas às vezes somos chamados a agir assim, quase uma guerra...” (agente da Guarda Municipal, 2008).

Os policiais militares também determinam essa diferença, embora hoje se verifique certa interação entre a guarda municipal e a polícia, dependendo das determinações do comando das duas instâncias. A população, por sua vez, também entra nessa tensão, ao não reconhecer o guarda como agente de segurança ou compreendê-lo como “quase policial”, de acordo com o tipo de ocorrência, ou, ainda, ao confundi-lo com um agente de trânsito. Em muitos municípios brasileiros, a guarda tem grupamentos de trânsito, o que não é o caso de Fortaleza, que tem uma autarquia para o setor.

Tal conotação militarista tem trazido, entre os guardas, uma discussão sobre o caráter bélico, o paradigma tradicional da segurança como prática de combate ao inimigo e a ideia de afastar qualquer noção de desordem e conflito. Essa concepção se distancia do paradigma da segurança comunitária e preventiva. Além do conflito com os policiais militares, a tensão também é inevitável em relação ao contato com os policiais civis, especialmente delegados de polícia. A respeito desse tema, afirmou um guarda:

Antes, me comportava da seguinte forma: um jovem drogado na escola que me desacatou, levei à delegacia, mas o delegado disse que não deveria ter levado e me enxovalhou, dizendo que deveria só ter dado uns tapas e soltado o elemento. Fiz isso, levei à delegacia, algumas vezes, mas hoje eu bato mesmo, porque não adianta levar para a delegacia; eles me chamam de guardinha... (agente da Guarda Municipal, 2008).

Ora, observa-se, nesses casos, absoluta indeterminação de sua função, uma tensão no processo de identificação do guarda nas ruas para a resolução dos conflitos, tanto no que se refere às percepções da autoridade policial civil quanto no que concerne às do guarda. Resultado: os guardas, em sua maioria, não têm definido claramente o que são e o que podem fazer. Muitas vezes, têm copiado o modelo da truculência em detrimento da legalidade que são atitudes provenientes de um *habitus*<sup>4</sup> autoritário tanto das polícias como da população.

A definição da guarda passa então pelo dilema de relacionar o código legal com as expectativas dos guardas e com as exigências do público, que é percebido pelos guardas como esperando deles atitudes policiais, de mais um agente uniformizado de controle de espaço urbano. O próprio guarda passa a esperar que a população se comporte desta maneira. (BRETAS e MORAIS, 2009, p. 168).

Se, por um lado, há a exigência dos projetos de segurança municipal de que a guarda municipal faça policiamento preventivo que tem relação com um trabalho estratégico de integração com as polícias, por outro lado, sobre ela recai o fato de não ter poder de polícia, e, por isso, o estigma de “guardinha”.

Essa discussão convida-nos, sem dúvida, à reflexão sobre a formação da guarda municipal e sua relação com uma política de segurança pública democrática. Tendo como base o curso de formação (2008) para a Guarda Municipal de Fortaleza, cujo projeto pedagógico ajusta-se à nova formação voltada para a cidadania, para os direitos humanos e para o trabalho de articulação com a comunidade, como conceber tal formação levando em consideração os conflitos e as tensões do trabalho dos guardas municipais?



## Formação da guarda municipal: experiências de um curso

No início do texto citamos Paulo Freire e Georg Simmel que trazem em comum a ideia da aventura. Para o primeiro, a aventura das experiências humanas no campo da formação pedagógica e, para o segundo, a aventura do pensamento humano e, portanto, no campo da filosofia. Para Freire (1997), a formação de qualquer ser humano supera apenas o uso de bons projetos com seus currículos, conteúdos e métodos bem-utilizados. Não é suficiente ensinar a técnica segura, mas aventurar-se interminavelmente na atitude de aprender uns com os outros, “construir”, “reconstruir”, “constatar para mudar”, como assinala a epígrafe deste artigo. Para Simmel (2005), trata-se de correr o risco da aventura, mesmo distanciando-se da experiência da vida para adentrar na dimensão incalculável do pensamento. Fazendo uma analogia com estes pensadores, observamos que lidar com formação humana ultrapassa a experiência formal e técnica que, muitas vezes, limita a experiência cotidiana, para a dimensão da autonomia do indivíduo que pode se reinventar no exercício do pensamento nesse processo de aprendizagem. Refere-se à atitude em permanente renovação, portanto, mediada também pelas incertezas da experiência cotidiana. É essa complexidade que investigamos no campo da segurança pública e sua relação com a experiência da guarda municipal.

No curso de formação da Guarda Municipal de Fortaleza, percebemos a experimentação em sala de aula do “espírito aventureiro” de Freire e Simmel ao entrecruzar a dimensão técnica e teórica de textos e regras formais com a discussão sobre a variedade de experiências das guardas, em algumas cidades brasileiras, que têm baseado a aprendizagem no diálogo e na argumentação, enfim, na entrega ao debate sobre o processo de identificação, entre outros assuntos. A presença de professores universitários da área de ciências sociais e humanas e sua fundamentação teórica, de alguma forma se cruzaram com a experiência técnico-formal de professores e representantes das forças policiais. Nesse cruzamento, em alguns momentos, os guardas puderam falar de suas práticas, questionaram suas próprias funções, interrogaram-se sobre os imponderáveis do caminho não “ensinado” pela teoria. Voltando a Freire, trata-se de um exercício de autono-

4 Para melhor entendimento do conceito de *habitus*, ver Bourdieu (2001). Trata-se do sistema de disposições duradouro adquirido pelo indivíduo durante seu processo de socialização mediado pelas instituições sociais. Estas disposições e atitudes direcionam as percepções e práticas, modos de pensar e agir interiorizados pelo indivíduo e constituídos em relação às estruturas sociais. Tais percepções e práticas funcionam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

mia porque quando se reflete sobre si e sua prática é possível elevar o espírito crítico, aprender, continuar aprendendo e intervir mais efetivamente, no caso das guardas, nas agendas públicas, em trabalhos de interesse público da cidade.

Uma questão central é saber: diante dessa experimentação, como se efetiva o processo de aprendizagem dos guardas, na medida em que este é influenciado tanto pela nova formação curricular fundamentada na perspectiva crítica e dialógica, quanto pela dimensão técnica incorporada pelas práticas militares? Escrevendo de outra forma, como se fundamenta a perspectiva curricular que se alicerça em disciplinas de direitos humanos, cidadania e polícia comunitária, ao lado de práticas militaristas autoritárias substancializadas em exercícios próprios da polícia ostensiva?

No curso, essas ideias foram cultivadas por alguns formadores e alunos na sala de aula e na constituição de módulos e seminários, ao lado, é claro, de disciplinas voltadas para técnicas de segurança, próprias do controle e da repressão à criminalidade.

Vejamos seus módulos.

Módulo I – O papel das guardas municipais e a Gestão Integrada da Segurança Pública e em nível municipal: as guardas municipais, embora jovens, têm um grande valor no contexto da segurança pública municipal, seja por suas ações preventivas, seja por suas ações sociopedagógicas junto à comunidade. Hoje, sabe-se, a segurança pública municipal está atrelada à atuação inteligente das guardas municipais. Compreender sua função e atribuição, analisar as formas de intervenção, conhecer técnicas e procedimentos compatíveis, refletir acerca de sua identidade institucional e da relevância de seu papel dentro da gestão integrada da segurança pública poderá resultar, para o(a) guarda, uma consolidação vocacional e, para o(a) munícipe, na sensação de maior segurança e bem-estar. A possibilidade de vida em sociedade está diretamente relacionada ao estabelecimento de normas disciplinadoras, que delimitem as regras de convivência e sobrevivência. A guarda municipal tem em seu nascedouro a dinâmica de atender às reivindicações dessa sociedade, devendo pautar sua conduta de acordo com a lei, a ética e o respeito aos direitos humanos. O conhecimento das normas permite também à guarda municipal orientar os(as) cidadãos(ãs) acerca de seus direitos e deveres.

Módulo II – Apropriação do espaço público: o ordenamento do espaço público constitui-se num grande desafio para a guarda municipal. A rua é o espaço onde as diferenças e desigualdades são notórias. A compreensão da diversidade cultural, do processo migratório e suas consequências, e da situação socioeconômica são fundamentais para a ação eficaz dos agentes em situações de conflito.

Módulo III – Estrutura e conjuntura para prática da cidadania: o profissional de segurança pública que, por sua atuação eficaz, age cobrindo infrações administrativas, tais como as infrações de trânsito, observa e informa a existência de buracos nas ruas, semáforos com defeito, sinalização inadequada ou danificada, iluminação precária, terrenos baldios, árvores não podadas, degradação de instalações físicas e que, além disto, protege o patrimônio ambiental e desempenha atividades sociopedagógicas junto à comunidade, sem dúvida, estará colaborando para a qualidade de vida dos(as) cidadãos(ãs).

Módulo IV – Comunicação e gerenciamento da informação: boa comunicação é necessária em todos os relacionamentos, tendo a guarda municipal entre suas funções a de mediar a resolução de conflitos, tornando-se imprescindível para estes operadores da segurança urbana conhecer, compreender e ter acesso aos meios de comunicação, saber quais são, como podem ser utilizados e como colaboram na execução de seu trabalho, os recursos tecnológicos disponíveis.

Com base nessa ementa, a aventura de sala de aula vai se moldando às perspectivas teóricas, à dinâmica do saber local e às experiências práticas do dia a dia. Os módulos são substâncias pilares para o conhecimento e a aprendizagem e, quando juntamos ao debate a autonomia da vida real, o resultado pode ser surpreendente e cheio de interrogações.

Em algumas aulas observadas, cujos conteúdos foram ministrados por cientistas sociais, pedagogos ou policiais militares, foram discutidos o processo de identificação e (des)identificação do guarda, seu papel e atuação preventiva e sociopedagógica no “espaço público”, sua prática voltada à compreensão da diversidade cultural e social e, portanto, de cidadania, a estratégia de bom informante dos problemas da cidade e sua capacidade de mediar conflitos. Notamos dois campos fundamentais de pano de fundo: o das ideias e o da concretude das práticas.

Quando era permitido (geralmente nas aulas ministradas por profissionais não militares), os alunos tendiam à discussão. Falavam das investidas dos guardas nas comunidades, principalmente de seu trabalho pedagógico em escolas e bairros. Mas, ao mesmo tempo, questionavam o fato de terem que atender a ocorrências repressivas, como despejos de terrenos públicos, o controle de distúrbios e conflitos envolvendo manifestações de movimentos sociais. Um exemplo central foi a greve dos professores de Fortaleza em defesa do plano de cargos e carreiras por ocasião de sua votação na Câmara Municipal. A ação resultou em atitudes truculentas. Não foi possível o diálogo<sup>5</sup>. Para alguns, foi algo necessário, de defesa do patrimônio público e dos próprios professores, pois, em sua percepção, parte da categoria perdeu o controle ao tentar forçar a porta para entrar na galeria da Câmara. Outros consideraram o fato desnecessário, pois se baseou em táticas militares e não no diálogo e na serenidade da estratégia de prevenção. Outros, ainda, consideraram haver momentos em que o controle e a repressão parecem ser imprescindíveis, quando não há mais tempo e preparo para a prevenção e o diálogo. Tal discussão resultou na perspectiva de que o trabalho da guarda, baseado na concepção de segurança preventiva, precisa se moldar pelo diálogo, pela comunicação até as últimas consequências, e utilizar estratégias de repressão como último recurso para retomar o controle em nome da defesa dos cidadãos e da cidade.

Sem dúvida, as estratégias de segurança baseadas em ações proativas e na prevenção não excluem, de forma alguma, o controle e a repressão. Pelo contrário, “procuram articular prevenção e controle, tendo como pano de fundo a eficiência e o respeito às garantias democráticas” (MIRAGLIA, 2006, p. 93). A questão que os alunos colocaram, com ênfase no exemplo da greve dos professores da rede municipal de ensino, é que não se tratava de “criminosos”, mas de trabalhadores como eles! Entretanto, em casos como este, a tensão se estabelece na medida em que, mesmo discordando em algumas situações, precisam obedecer às ordens do comando. Em relação a essa questão, geralmente as ações da guarda se assemelham às determinações militares da disciplina e obediência à hierarquia, no sentido de acatar as ordens dos comandantes, fundamentadas mais em estratégias de combate ao “inimigo” do que propriamente de controle baseado na prevenção.

5 Trata-se de uma ação dos professores do município de Fortaleza em greve, no período de junho de 2007, que se posicionava contrária ao início da tramitação do Projeto de Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) na Câmara Municipal. Um dia, durante a greve, a categoria tentou impedir a leitura de tal projeto que daria início ao processo de tramitação na Casa, porque não concordava com todo o texto e reivindicavam modificações. Não conseguindo, o grupo tentou entrar na galeria. Alguns mais exaltados forçaram o acesso jogando pedras. Houve reação por parte da guarda municipal, que impediu a entrada usando spray de pimenta e cassetetes. Instaurou-se o confronto com ações e reações de ambos os lados. Ver noticiário da época, por exemplo, no jornal *Diário do Nordeste* de 13 de junho de 2007, disponível on-line em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?Codigo=442285>.

Outros exemplos foram discutidos em relação à atuação da guarda na cidade, levando em consideração os conflitos e as práticas de segurança preventiva. Os alunos compuseram e discutiram ações mais voltadas para o campo educacional, questionando se cabe à guarda educar. Considerando as diretrizes do curso, a discussão se estendeu para a aventura de Freire, ao resgatarem o processo de aprendizagem como construção e reconstrução ao invés do ensinamento como regra de “quem sabe” para “quem não sabe”. Em relação a isto, observamos a atenção dos alunos voltada para recursos a favor do trabalho sociopedagógico da guarda por intermédio dos Planos de Segurança, mais especificamente o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci)<sup>6</sup>. Trata-se de um programa que busca instrumentalizar as polícias e as guardas para atuarem no campo da educação, sem descaracterizar a sua atuação na defesa do patrimônio público, ao reunir ações de prevenção, controle e repressão da violência. O programa é desenvolvido pelo Ministério da Justiça e tem como objetivo articular políticas de segurança em cidades brasileiras que detêm altos índices de criminalidade, com base em ações sociais estruturais e locais de cidadania, priorizando operações preventivas no enfrentamento da criminalidade, sem deixar de as articular com práticas voltadas para o controle e repressão. Tal empreendimento se dá com o envolvimento da União, dos estados, dos municípios e das comunidades. As principais ações são nova formação e valorização dos profissionais da segurança, envolvimento da comunidade na prevenção da violência, com base no policiamento comunitário, atitudes voltadas para atendimento aos jovens em conflito com a lei e combate ao envolvimento em crimes e projetos para a instituição penitenciária, incluindo atendimento específico para jovens de 18 a 24 anos.

Em relação às guardas municipais, o Pronasci descreve explicitamente o seu fortalecimento para que estejam presentes no dia a dia das comunidades, cuja meta é difundir a concepção de segurança preventiva com base na aproximação com a sociedade e seus conflitos. Entretanto, indica que tal concepção só é possível quando aliada ao braço forte da prefeitura agindo com base na valorização do profissional, considerando efetivamente bons salários, cursos de formação e capacitação continuada. Além dessas considerações, o programa também prevê parcerias concretas das guardas municipais com as polícias

6 Ver lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Pronasci, no site do Ministério da Justiça: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br). Ver também lei nº 11.707, de 9 de junho de 2008, que modifica sua redação, faz acréscimos e veto de alguns artigos. Disponível on-line em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm).

estaduais para que trabalhem na prevenção e no controle da criminalidade de forma conjunta e se respeitem mutuamente, estendendo essa parceria para outros órgãos do poder público local como escolas, espaços culturais, projetos da prefeitura voltados para seu público mais vulnerável como crianças e adolescentes etc. Enfim, estabelecer de fato uma política municipal de segurança voltada para a aproximação com a comunidade.

Aqui é interessante observar que as palavras são dotadas de sentidos próprios dos atores sociais e suas interações com os outros e em relação às estruturas sociais da comunidade em que vivem. Os guardas falaram muito em comunidade, em contribuição com a comunidade etc. Comunidade, por exemplo, segundo Bauman (2003) sugere a sensação de ser uma “coisa boa” na medida em que há aproximação com a vizinhança. Embora as comunidades já estejam moldadas pela modernidade que individualizou os cidadãos, ainda se verifica valores comunitários cujos objetivos voltam-se para o cuidado mútuo entre os indivíduos. Como diz o autor: “uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (BAUMAN, 2003, p. 135).

Entretanto, é bom lembrar que, no cotidiano urbano, a comunidade é também sinônimo de conflito, ela tem problemas sociais, de violência e de segurança, podendo ou não enfrentá-los. Temos vários exemplos de comunidades que se organizam e contribuem com a segurança do bairro. No caso do programa de segurança pública aqui discutido, essas ações podem ser valorizadas, por intermédio principalmente das organizações policiais e das guardas municipais, na medida em que existir relações estreitas com o poder público. Por outro lado, é preciso também entender que ambos, comunidade e agentes de segurança herdaram a formação autoritária, portanto, a “comunidade boa” é, às vezes, tão autoritária quanto as instituições de segurança do país, pela sua própria constituição cultural. Sabemos de exemplos em que a população pede violência, exige que o guarda ou o policial “dê uns tapas” no adolescente que agiu ou não em conflito com a lei; muitas vezes só acredita naquela autoridade da segurança pública que age com truculência. Muitos, portanto, não reconhecem – não têm tempo cultural suficiente para cultivar – a legitimidade do uso da força física como último recurso, o fato de que o bem comum é mais

beneficiado por ações preventivas. Nesse sentido, agentes da segurança e população primam muito mais por reações em detrimento da prevenção por ainda não compreenderem o lugar público das relações comunitárias para a resolução dos conflitos. É essa dimensão tensa entre o velho e o novo que precisa ser compreendida na formação dos agentes de segurança para, ao compreendê-la, saber agir e mediar os conflitos.

Sobre a relação com a comunidade, vemos também as conclusões dos estudos compilados em trabalhos de classe em algumas disciplinas que se voltaram para a perspectiva de que, quanto mais a comunidade e as guardas municipais atuarem em processos socioeducativos que envolvam planejamento e execução de uma política de segurança preventiva, maior será a contribuição de todos para identificação de problemas do cotidiano e criação de formas de mediação e resolução de conflitos. Os resultados mostraram ênfase na estratégia de policiamento comunitário, podendo ter várias formas de articulação com a comunidade, sendo a mais conhecida a criação de conselhos comunitários de segurança. A criatividade, nesse eixo da política, é fundamental.

A estratégia central do policiamento comunitário é a interação entre policiais e cidadãos, no sentido de melhor conhecer os labirintos da violência urbana especificamente no local onde estão, descortinando as causas centrais daquela violência, os atores sociais envolvidos e as possibilidades de prevenção e ação amplas contra a criminalidade. A ideia é, antes de simplesmente reagir tecnicamente às emergências de ocorrências criminais, reorientar a ação policial no seu patrulhamento, liberar boa parte dos policiais para agir de forma proativa no seio das comunidades, através de diversificadas práticas. As ações podem ser educativas como mediação de conflitos, ajuda solidária, educação de base, rodas de conversa sobre os problemas sociais e sobre medidas de segurança. As práticas também são técnicas como criação de postos de policiamento, rondas a pé, vigilância e informação sobre as ações e os criminosos (...). Além disso, é necessária uma descentralização do comando das polícias, reestruturando seus limites, isto é, dando flexibilidade à atuação dos comandantes subordinados e dos policiais da “ponta” – aqueles que atuam nas ruas – para que tenham liberdade de agir conforme a realidade local (ALMEIDA, 2007, p. 146).

Dessa forma, baseados na ideia de policiamento comunitário, os alunos alargaram o sentido dessa concepção com base em projetos discutidos em sala de aula a partir do questionamento: que ideias sugerir para efetivar estratégias comunitárias de segurança? Surgiram várias perspectivas: a realização de campanhas nas comunidades sobre a noção de direitos e deveres em relação ao meio ambiente e à cidade; a discussão nas comunidades sobre cidadania e sobre a nova concepção da guarda municipal para que a população saiba com quem está trabalhando e para que o guarda, por sua vez, também atue de forma integrada com a comunidade; o trabalho com jovens e suas famílias, promovendo cursos e campanhas de prevenção às drogas nas escolas e outros espaços da comunidade, por intermédio de parceria com entidades da prefeitura de Fortaleza que já atuam com esse público para, assim, poder encaminhá-lo a espaços de socialização, cursos profissionalizantes etc.; a inserção em trabalhos relacionados às medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente nas escolas públicas da periferia; contribuição com espaços de lazer, não apenas fazendo vigilância, mas também atuando como parceiros das políticas públicas de cultura, esporte e lazer nas comunidades; e visitas sistemáticas às comunidades onde atuam, juntamente com lideranças comunitárias, para identificar conflitos e encaminhá-los aos órgãos competentes.

Ainda, nas conclusões dos trabalhos, os alunos expuseram um condicionante a essas sugestões de ação: os atos preventivos discutidos em sala de aula, especialmente aqueles voltados para as escolas públicas, só serão efetivados por intermédio de um poder local forte e atuante, principalmente um que atue na rede pública de ensino melhorando a qualidade da escola e de seus integrantes, valorizando o professor e sua relação com os alunos e investindo em ações diversas em parceria com a comunidade, mas que sejam muito bem-coordenadas pela gestão.

Consideramos essa assertiva dos alunos como uma atenção significativa em relação à gestão pública. Essa é a concepção de uma segurança pública municipal, como também nos indica Mariano (2004, p. 58):

Quando o município conta com uma guarda civil municipal que tem vocação natural para ações preventivas e comunitárias, é essencial combinar as ações preventivas policiais com as ações preventivas sociais e urbanas. Dificilmente se consegue essa combinação sem que o município tenha um órgão gestor de primeiro escalão da política municipal de segurança urbana, com atribuições de coordenação e articulação de ações preventivas, visando à diminuição da violência e da criminalidade.

O trabalho conjunto e coordenado com a gestão municipal é o que sugere a dimensão e a identificação do trabalho da guarda tão almejado por seus sujeitos. Nessa perspectiva, há exemplos bem-sucedidos de atuação do poder municipal e de sua guarda no Brasil, como o caso de Diadema. O município, considerado em 1999 o mais violento de São Paulo, modificou sua rota de estigma a partir de 2001 ao eleger a segurança como prioridade. Criou a Secretaria de Defesa Social para coordenar atividades voltadas fundamentalmente para ações preventivas e medidas de controle para reduzir a criminalidade.

Tais ações são de natureza diversa, compreendendo desde a própria criação da Secretaria de Defesa Social, a reformulação da guarda civil municipal, a aprovação e implementação da Lei de Fechamento de Bares, conhecida popularmente como “Lei Seca”, a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, até o desenvolvimento de projetos sociais específicos para a juventude, entre outras. Tais medidas se deram paralelamente à modernização do ferramental de gestão das políticas públicas locais na área de segurança: ampliação e aprimoramento do sistema de informação, mapeamento e diagnóstico da criminalidade na região e integração das políticas públicas, entre muitas outras (MIRAGLIA, 2006, p. 92).

Diadema é um exemplo preciso, porque, além de adotar tais ações, afirma Miraglia, buscou realizar um trabalho de integração com outras esferas do poder público municipal e estadual, “como o Conselho Municipal de Segurança, do qual fazem parte a Secretaria de Defesa Social, vereadores, policiais militares e guardas civis municipais, além de representantes da sociedade civil” (Idem, p. 92). Isso significa um apurado trabalho de articulação entre poder local, suas instituições e a comunidade.

Essa cidade e outros municípios efetivaram sua política ao elaborarem um plano de trabalho que não dispensou a formação da guarda municipal. Ou seja, observamos, nessa experiência de Diadema, semelhanças em relação aos ensinamentos de Paulo Freire (1997) que, para efetivar sua concepção libertadora de educação, também nos apresenta um plano de ação pedagógica. Com efeito, para implementar políticas locais, segundo Miraglia (2006), Diadema elaborou um documento com as seguintes etapas: 1) Diagnóstico sobre a situação de criminalidade e de políticas públicas já existentes que pudessem potencializar a busca de soluções. Paulo Freire nos sugere que uma boa educação de base precisa elaborar primeiro um diagnóstico com informações ou uma leitura de mundo sobre a realidade para despertar o interesse e a curiosidade do aluno – “aprender para construir”; 2) A etapa seguinte foi o planejamento estratégico e a execução das ações de intervenção focados nos problemas levantados pelo diagnóstico e adequados à capacidade de administração do município e dos possíveis parceiros. Freire nos fala da etapa da tematização dos resultados do diagnóstico para que os alunos possam compartilhar o mundo lido e sobre ele intervir, pela mediação do diálogo – “aprender para reconstruir”. 3) A terceira etapa foi o monitoramento e a avaliação permanente das políticas para garantir a transparência no uso dos recursos públicos, avaliar e dar conhecimento à população sobre as ações, a fim de verificar seus impactos, possibilitando o aperfeiçoamento ou a criação de novas e mais qualificadas políticas. Paulo Freire nos apresenta a etapa da problematização ou a reconstrução do mundo lido, baseada em ações de transformação do mundo – “aprender para constatar e mudar”.

Enfim, a experiência do curso de formação dos guardas municipais de Fortaleza e as experiências como a de Diadema são significativas para a reflexão sobre a formação, a identificação e o trabalho das guardas municipais.

Aqui convocamos o raciocínio de Mota Brasil (2005) sobre a formação das polícias para contribuir com a presente reflexão. A autora assinala ser fundamental uma mudança no processo de formação das polícias para além do alargamento dos conteúdos democráticos para que haja resultados entre o processo de formação e a efetivação da prática policial cidadã.

A solução não passa apenas pela inclusão de disciplinas com temáticas sobre direitos humanos, ética, cidadania, direitos das minorias e outros. Ao se colocar a discussão sobre a política de formação das polícias, faz-se necessário uma compreensão maior da organicidade e do papel que os dispositivos policiais jogam no atual contexto da sociedade brasileira com uma maior discussão do processo educacional proposto para a mudança na formação das polícias. Desta maneira, algumas perguntas precisam ser feitas: que tipo de profissional se quer formar? Para qual polícia e sociedade? A segurança pública como qualquer política pública deve estar submetida ao controle, ao apoio e às críticas vigorosas da sociedade civil. No caso da política de formação policial, mais do que nunca, esse diálogo deve ser estabelecido entre os dispositivos policiais e a sociedade civil organizada. Por esse motivo, há que se compreender a segurança como política pública em relação imanente com os dissensos e os conflitos estabelecidos pelas relações sociais de poder, tecidos nos interstícios da sociedade ora pelas suas estruturas cognitivas, ora pelas suas estruturas objetivas (operacionais) (MOTA BRASIL, 2005, p. 38).

Compreendemos que a formação voltada para a cidadania, direitos humanos e pensamento crítico-reflexivo é tipo ideal e eixo central em qualquer política de segurança pública e, ainda, considerando a gestão municipal, por estar mais próxima da população e de seus problemas diários. O fato de constarem disciplinas na área dos direitos humanos traz uma respiração para os currículos militarizados ainda presentes nas formações das academias de polícia. Como vimos na observação das aulas, os guardas respiraram profundos debates em relação à perspectiva cidadã de seu possível trabalho nas comunidades. Entretanto, compreendendo o caso de Fortaleza, percebemos que não basta constar conteúdos críticos e metodologias de ensino dinâmicas e até informais ao lado da formalidade do ensino das polícias e das guardas municipais. O cruzamento entre o formal e o informal que este texto aprofunda considera a aventura cotidiana que impõe incertezas sobre quais problemas enfrentar e como enfrentá-los e um “destino incerto” voltado para a permanente negociação com a comunidade. Trata-se de uma proposta de ensino/aprendizagem contínua, ou seja, da exigência de formação continuada e especializada para as guardas municipais, baseada em estudos teóricos, na prática e na troca de experiência entre profissionais da segurança e com a comunidade ao seu redor.

Sabemos que essa proposta de formação é fruto do permanente conflito entre o velho e o novo no campo da segurança pública, sua concepção e estratégias no que concerne aos últimos planos de segurança no Brasil, que têm se voltado para uma nova formação humana, para práticas de entendimento e respeito à diversidade cultural e social e para modelos de policiamento preventivo e de proximidade com a comunidade. Entretanto, o fato é que permanece a tensão entre as exigências dessa nova filosofia e a velha concepção de segurança reativa e de controle social existente nas experiências cotidianas das polícias, geralmente ainda intrínseca à hierarquia e à disciplina militar. Tal tensão adentrou nos quadros das guardas municipais de Fortaleza também envoltas nos novos desafios. Observamos, nesse caso, que um desafio significativo tem sido a ideia de articulação com a comunidade nos assuntos de segurança. Os conflitos são vários, pois tal concepção se confronta com os obstáculos até aqui relatados, principalmente, a falta de definição e identificação profissional na dinâmica do trabalho do guarda municipal nas ruas da cidade, com consequências como desvalorização profissional, aliado a um relacionamento ainda tenso e em construção com as polícias e com a população.

### Algumas reflexões

A guarda municipal é hoje entendida como o instrumento mais importante do poder público local para efetivar o trabalho de segurança preventiva nas comunidades. Por meio de sua inserção em bairros, praças, escolas e ruas etc., os agentes fazem a vigilância e atuam na prevenção, especialmente em projetos em escolas envolvendo crianças e jovens.

Diante dessas considerações sobre o curso de formação da Guarda Municipal de Fortaleza e seus módulos de estudos, observamos debates profundos sobre a ideia da nova formação da guarda. Entretanto, vemos também que se constitui, no *habitus* da guarda, a noção de uma função operativa baseada em medidas curativas das ações policiais que se acabam por se revelar, muitas vezes, ineficientes, perversas e injustas. Além de não controlar a violência, elas desviam-se para os “delinquentes” preferidos do “combate ao inimigo”: em geral pobres, jovens e negros.

Em relação à aprendizagem voltada para a cidadania, o espírito da aventura de Freire no campo da educação nos fez interrogar sobre a formação da guarda municipal e sua identificação com o campo da segurança pública, este permeado pelo mundo seguro das políticas públicas e, ao mesmo tempo, pelas suas incertezas, conflitos e imprecisões. Nesse caso, tratamos do “espírito aventureiro” de Simmel, que nos lembrou sobre a aventura de viver o conflito de destinos incertos, algo inerente à vida. Estes autores nos lembram da complexidade da condição humana permeada pelos “imprevistos, o inesperado e a incerteza (...)”. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza” (MORIN, 2000, p. 16).

Nesse sentido é que estudamos a formação e a experiência das guardas municipais que se deparam com a falta de identificação precisa de seu trabalho, tornando complexa e imprecisa sua experiência na política de segurança pública. Assim, fazem parte da aventura humana que se prepara e abre as mentes para enfrentar o inesperado, lidar com as incertezas, mas também buscar superá-las. No campo da segurança pública, essas considerações parecem ser significativas porque mostram a continuidade da busca da política de proximidade com a população. A formação é um campo voltado para o mundo “seguro” dos recursos técnico-científicos e profissionais e, ao mesmo tempo, para o “inseguro” mundo da pluralidade democrática e suas incertezas. Concluindo, retomamos a abertura deste texto fazendo o paralelo entre a aventura e a guarda municipal de Fortaleza. Para Simmel (2005, p. 176), ela se dá na aposta no cruzamento do certo e seguro. E, “na chance flutuante, no destino e no que é impreciso, derrubamos a ponte atrás de nós, adentramos o nevoeiro, como se o caminho devesse nos conduzir sob quaisquer circunstâncias”. Compreendemos que é essa a aventura da aprendizagem e da experiência humana que precisa ser considerada também na área da segurança pública e da guarda municipal.

## Referências

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira [e] MOTA BRASIL, Maria Glauécia. (2004), “Polícia e comunidade”. Em: BARREIRA, César (org). *Questão de segurança: Políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política da UFRJ, pp. 117-183.
- \_\_\_\_\_. (2007), *Segurança, violência e direitos: Cidadania e policiamento comunitário*. Fortaleza, Universidade Aberta do Nordeste/Fundação Demócrito Rocha.
- BAYLEY, David [e] SKOLNICK, Jerome. (2002), *Policiamento comunitário: Questões e práticas através do mundo*. São Paulo, Edusp.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003), *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2009), *O senso prático*. Petrópolis, Vozes.
- BRETAS, Marcos Luiz [e] MORAIS, David Pereira. (2009), *Guardas municipais: Resistências e inovações*. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça/Editora da UFRGS.
- FREIRE, Paulo. (1997), *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- MARIANO, Benedito Domingos. (2004), *Por um novo modelo de polícia no Brasil: A inclusão dos municípios no sistema de segurança pública*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MIRAGLIA, Paula. (2006), “Os municípios e a segurança pública”. Em: LIMA, Renato Sérgio [e] PAULA, Liana de (orgs). *Segurança pública e violência: O Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo, Contexto.

- MORIN, Edgar. (2000), Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo/Brasília, Cortez/Unesco.
- MOTA BRASIL, Maria Glauécia. (2005), As mudanças propostas para a formação policial no Ceará: Entre o velho e o novo. Relatório da Pesquisa aplicada Integração institucional das academias de Polícia Militar e das escolas da Polícia Civil e os convênios realizados com universidades públicas, nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Mato Grosso. Porto Alegre/Brasília, Editora da UFRGS/Senasp.
- RICARDO, Carolina de Mattos [e] CARUSO, Haydee. (2007), “Segurança pública: Um desafio para os municípios brasileiros”. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 1, nº 1, pp. 102-119.
- SIMMEL, Georg. (2005), “A aventura”, Em: SOUZA, Jessé [e] ÖELZE, Berthold (orgs). Simmel e a modernidade. Brasília, Editora UnB, pp. 169-184.



# Análise de redes de mercados ilegais sob uma perspectiva sistêmica: Estudo de um depoimento da CPI do Narcotráfico

**Antônio Luz Costa**

*Doutorando e pesquisador da Universidade de Hamburgo, Alemanha*

Este texto apresenta uma alternativa para estudo das redes de relações entre mercados ilegais e o sistema jurídico brasileiro: a análise dos dados com base em algumas concepções da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. A alternativa é estudar essa relação mediante análise de trocas simbólicas de permissões entre essas duas esferas. Para isso, analisa-se o “caso dos irmãos Santiago”, recorte do relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, em seu capítulo sobre o Rio de Janeiro. O objeto específico da análise é o depoimento do comerciante e informante (da polícia) Laércio.

**Palavras-chave:** mercados ilegais, teoria dos sistemas, Niklas Luhmann, CPI do Narcotráfico, allopoiesis

**Analysis of Illegal Market Networks from a Systemic Perspective: Review of a Statement from the Parliamentary Inquiry into Drugs Trafficking** offers an alternative approach to studying relations network between illegal markets and the Brazilian legal system: data analysis based on Niklas Luhmann's systems theory. The alternative is studying this relation through analysis of symbolic exchanges of permission between the two spheres. This entails analysis of the “case of the Santiago brothers”, part of the final report of the Parliamentary Inquiry into drugs trafficking by the House of Deputies, in the section about Rio de Janeiro. The specific object of analysis is the statement by the shopkeeper and (police) informant, Laércio.

**Keywords:** illegal markets, systems theory, Niklas Luhmann, Parliamentary Inquiry into Drugs Trafficking, allopoiesis

**E**ste artigo emprega uma análise sistêmica para argumentar que um importante elemento constitutivo dos mercados ilegais são as trocas simbólicas de códigos binários que contribuem para destruir a capacidade do sistema jurídico de operar independentemente de outras esferas e, ao mesmo tempo, fortalecem as redes de mercados ilegais. O objetivo é testar essa alternativa de análise em um depoimento contido no capítulo dedicado ao Rio de Janeiro no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico, ou simplesmente CPI do Narcotráfico<sup>1</sup>, publicado em novembro de 2000.

O caso analisado é o chamado “caso dos irmãos Santiago”<sup>2</sup> e o objeto específico da análise é o depoimento do comerciante e informante (da polícia) Laércio. A análise dos dados é realizada com base em algumas concepções da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Essa teoria, no entanto, não serve como modelo do que ocorre ou deva ocorrer no sistema jurídico brasileiro, pois este estudo pressupõe que no Brasil não

Recebido em: 30/05/2011

Aprovado em: 14/07/2011

1 CPIs são comissões administrativas que verificam acusações. Trata-se de um inquérito administrativo. A CPI analisada foi relatada pelo deputado Moroni Torgan e motivada pela “existência, à época de sua criação, do sentimento (generalizado por toda a sociedade brasileira) de que os traficantes de drogas ilícitas vinham aumentando e intensificando seu campo de ação, dada a ineficácia da atuação estatal” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 14).

2 O objetivo da CPI em relação a esse caso: “Investigar denúncias relativas ao envolvimento de Paulo César Santiago, empresário do ramo de automóveis e de seu irmão Arlen de Paulo Santiago Filho, deputado estadual por Minas Gerais, com o traficante Luiz Fernando da Costa, vulgo ‘Fernandinho Beira-Mar’, na lavagem do dinheiro do narcotráfico e no transporte de substâncias entorpecentes” (idem, p. 903)

há condições sistêmicas para a manutenção do primado da diferenciação funcional conforme proposto por Luhmann. Interessa, antes, a análise de como isso não ocorre. A justificativa principal para se empregar a teoria dos sistemas na análise é ela se ocupar justamente da diferenciação funcional, distinções que nossos sistemas político e jurídico pretendem obter a fim de manter a independência de suas instituições e o acesso universal a suas vantagens. O presente esboço (por se tratar de um esboço-teste) contempla inferências preliminares de uma pesquisa cujo objetivo é possibilitar a investigação empírica com a teoria dos sistemas. A intenção é posteriormente estender este tipo de análise para outros objetos relevantes para o estudo de mercados ilegais.

A questão da CPI é o narcotráfico. Ele é produto de uma rede que envolve várias outras mercadorias, legais e ilegais (além dos produtos diretos do narcotráfico), que são trocadas não necessariamente nos “subterrâneos” da sociedade, mas na própria dinâmica da vida do cidadão comum (NAÍM, 2006, p. 12), o qual, do ponto de vista moral (daquela moralidade que produz o imaginário coletivo do “ilegal” ou do “ilícito” independentemente e de forma isolada daquilo que imaginariamente é tido como “lícito”<sup>3</sup>), é considerado “honesto”. Nessas trocas (de coisas, pessoas e serviços) é necessário, antes, que se troquem “permissões” para que elas, então, ocorram. Essas permissões são concedidas porque se deseja passar por cima de (ou desbloquear, ou infringir, ou ultrapassar) algo. E se a permissão se realiza, esse algo não é consolidado. Nesse caso, do ponto de vista desta análise, esse “algo”, o que não se consolida, é a manutenção da diferenciação do sistema (que está sendo burlado) em relação a qualquer outra coisa fora dele. Pois essa parece ser a exigência que está no centro do funcionamento das instituições fundamentais à democracia: diferenciar-se do que está a seu redor, produzindo direitos e deveres de modo universal e independente. Assim, essas permissões, ao serem trocadas dessa maneira, sem recursos à regulação estatal (MISSE, 2006, p. 215), simultaneamente corroem as possibilidades de manutenção de sistemas fundamentais à democracia.

3 Misse (2007, p. 144) afirma que ainda que as atividades formais e informais estabelecem múltiplas e complexas redes sociais que se desenvolvem a partir de diferentes estratégias aquisitivas, o imaginário moral prefere considerá-las como inteiramente separadas entre si.

Mas o que se troca com essas permissões (que produzem esse duplo efeito)? Sugiro que o que há em comum entre o lado positivo da permissão (a abertura para a possibilidade daquele tipo de troca) e o seu lado negativo (a corrosão da independência e universalidade democráticas das instituições) são *códigos binários*<sup>4</sup>. Em um determinado momento da atividade do tráfico de drogas, por exemplo, o traficante pode ceder ao político corrupto (que tem posição privilegiada e influente nas operações que validam a diferenciação judiciária entre o que é lícito e ilícito) a capacidade de pagamento (daquilo que o político deseja adquirir com recursos da venda das drogas) em troca de ter sua atividade (que é ilícita para as regulações estatais do ponto de vista de seu funcionamento ideal) considerada – o que, aqui, significa, permitida em termos operacionais-temporais, o tempo suficiente para que a operação seja efetuada e aceita como “permitida” pelos operadores, estatais ou não, nela envolvidos – lícita (troca paralela da capacidade de pagamento pela licitude). Para isso, o político corrupto aplica a diferenciação funcional essencial ao direito (entre o lícito e o ilícito) fora dos parâmetros dos respectivos programas (as leis). No fluxo de demandas das redes, a própria moral, elemento determinante para a distinção do que pode ser tolerado ou não em uma relação de trocas (MISSE, 2007, p. 140), se torna cambiante, no sentido que é considerada justamente pela redução que faz ao aplicar essa distinção. De um ponto de vista sistêmico-teórico, ela é um meio de diferenciação e resolução para deixar “claro” que, perante o estado de dupla contingência natural de expectativa entre ego e alter<sup>5</sup>, ego pode contar com uma reação para ele positiva de alter (se ele se enquadrar na “moral”), porque toda a complexidade de tensão nessa contingência foi simbolicamente generalizada mediante a redução a expressões de consideração ou não, de estima ou desprezo, de reconhecimento ou não, para atender a expectativas (assim pensadas por ego e por boa parte do coletivo) que permitam o prosseguimento das relações sociais. A pessoa (complexa em suas singularidades e diferente em suas capacidades) e a dupla contingência (fundamental para que a sociedade aconteça) se tornam (mediante essa codificação binária da moral) um todo assim generalizado<sup>6</sup>. Considero que a escolha entre tolerar ou não que

4 Ver esclarecimento sobre esse conceito na próxima seção.

5 Essas duas categorias serão também esclarecidas adiante.

6 Para uma abordagem sistêmica da moral ver: Luhmann (1987a, p. 318-320; 2008c).

determinada troca seja efetuada (que se ajustaria a um plano coletivo de estima/desprezo, reconhecimento/não reconhecimento, consideração/desconsideração) passa também a depender de uma conexão (ativa e influente) com outros códigos (pagar/não pagar, ter poder/não ter poder, lícito/ilícito etc.). Em outras palavras, tolera-se uma ação porque há consideração; há consideração como resultado de trocas que permitiram um pagamento (poder pagar) de favores; há a capacidade de pagamento como resultado de troca da permissão (concessão do lícito) por dinheiro da venda de drogas; há a permissão (concessão do lícito) porque na instância interna estatal que permite ou não há um acúmulo de consideração pelo político X e assim por diante.

7 Na explicação da dupla contingência e sua análise se encontra uma questão sociológica clássica que é central aos propósitos de Luhmann: como, apesar de todos os problemas, é possível uma ordem social? É uma questão antiga, como ele explica (2008a, pp. 315-316): a resposta da antiga tradição era com base em pressuposições de que a natureza humana (social, política ou ligada à cidade) dependia da convivência com outros. Isso só seria possível com a ajuda de uma regulação político-ética ou ordenada por Deus. Então, nos séculos XVI e XVII ocorre a virada: o homem precisava de um contrato social. Isso conduzia à ideia de submissão a um soberano, o papa. Isso, por sua vez, conduzia à pressuposição de que a ordem é instituída pelo poder. Mas com Durkheim, depois também com Parsons, observa-se que uma ordem social já existe antes de qualquer contrato. Para Parsons, o que regula a ordem social no sistema social são valores, cultura e normas. Luhmann observa que esses valores, no entanto, ocupam uma posição secundária.

## 1. Apontamentos sobre a teoria dos sistemas

Convém esclarecer primeiramente a posição do fenômeno conceituado como dupla contingência na teoria dos sistemas de Luhmann. Somente com ele, segundo o autor, haveria sociedade, porque somente com a situação da dupla contingência há comunicação. Com isso, a dupla contingência conduz, necessariamente, a sistemas sociais (LUHMANN, 1987a, p. 177). Para isso, o sistema precisa de tempo (Idem, 1992, p. 80). O decisivo para a ordem social não é o consenso de valores<sup>7</sup>, mas uma temporalidade. A ordem social começa a surgir quando alguém lança uma atividade, faz uma afirmação ou uma sugestão, representa-se e, com isso, coloca os outros em uma situação em que se é forçado a reagir. Trata-se de uma assimetria temporal, e não hierárquica. A questão não é que a dupla contingência venha antes do sistema, é saber como lidar com ela quando se problematiza a ordem social: por que, em uma situação social, a dupla contingência não conduz a uma inatividade? (LUHMANN, 2008a, pp. 319-321). É importante saber o que rompe a circularidade da dupla contingência (como a que está presente em “se você fizer o que eu quero, eu faço o que você quer”) (Idem, 1987a, p. 166). O tempo, ou aquele que age primeiro, é quem rompe essa circularidade, ou que produz assimetria. Com isso, estabelece, de certo modo, o tom ou o que é típico no sistema, que, apoiando-se nisso, pode se formar.

Mas uma simples contingência ainda não indica os limites do que pode variar. “É preciso supor um observador que coloque restrições de acordo com seus interesses, suas preferências, sua memória” (Idem, 1997b, p. 38). Assim, é em uma dupla contingência, ou contingência de dupla posição (*ZweiStellen Kontingenz*), que aquilo “que se constitui como sistema, torna-se capaz de autorrestrrição. Chamaremos as duas posições de alter e ego” (Idem, 1997b, p. 38).

Um sistema só existe em relação a observações. Ele observa (diferencia e designa) e se mantém fechando-se operacionalmente. Como isso ocorre? Luhmann (1987a, pp. 242-243) constrói sua teoria com uma primeira condição básica: a da diferenciação entre sistema e ambiente (*Umwelt*), sendo consideradas ambiente todas as possibilidades externas ao sistema. É na análise da composição e da manutenção dessa diferenciação que será gerado o complexo de concepções teóricas de Luhmann sobre os sistemas. Em relação ao sistema social, suas delimitações são constituídas basicamente pela produção de comunicações em um contexto de sentido e pela estabilização de diferenças em relação ao ambiente. De modo que, para o autor, a sociedade não se limita por fronteiras nacionais ou culturais, mas por comunicação. Como por todo o mundo há comunicação, há por todo o mundo uma grande sociedade, chamada sociedade mundial (Idem, 1987b, pp. 333-335; 1992, pp. 618-619; 1995, pp. 571-573). Mas essa tendência a afirmar uma sociedade mundial não significa que se procure um todo, ou uma unidade, nem sujeitos cognoscentes que busquem esse todo unificado, ou mesmo um consenso entre sujeitos. Pelo contrário, os dois pontos de partida para o autor são a diferença (e não uma unidade primordial e/ou busca por consenso) (Idem, 1987a, p. 122) e a operação de observação (e não um sujeito cognoscente) (Idem, 1992, p. 97). O mundo não seria descrito por uma “consciência absoluta”, mas por observadores (idem, 1997b, p. 45).

Para ocorrer a estabilização da diferença em relação ao ambiente, o sistema deve ser capaz de gerar um fechamento operacional que permita seu funcionamento e sua reprodução interna regular. Ele deve gerar esse fechamento mediante uma autonomia operacional, mas também uma estrutura de abertura perante as trocas mínimas necessárias com o ambiente. Com isso, ele garante sua *autopoiese*, ou seja, a capaci-

dade de o sistema produzir não somente suas estruturas, mas também os elementos que compõem essa *estrutura* na rede desses próprios *elementos* (Idem, 1999, p. 65).

*Elementos* “são informações, diferenças que fazem uma diferença no sistema. Desse modo, são unidades de aplicação na produção de novas unidades de aplicação, para as quais não há correspondente no ambiente do sistema” (Idem, 1999, p. 66). Essa aplicação de produção em novas aplicações de produção se explica porque os elementos sempre desaparecem no tempo. Eles precisam de forma contínua ser novamente produzidos. Por isso essa reprodução significa produção a partir de produtos, uma produção reflexiva, e não uma repetição do mesmo (Idem, 1987a, pp. 79, 392). Os elementos são aquilo que atua para o sistema como unidade “não mais dissolúvel” – o que significa que o sistema pode se constituir ou se alterar apenas mediante a relação de seus elementos, e não mediante sua dissolução ou reorganização (Idem, 1987a, p. 43). Os elementos constituem o sistema autopoietico. Eles não têm existência independente, não são simplesmente reunidos. São produzidos no sistema, como diferença. E são elementos somente como elementos para o sistema (Idem, 1987a, p. 43). A reprodução dos elementos significa “operação” (Idem, 1987a, p. 79). E, no caso dos sistemas sociais, ela ocorre pela comunicação.

*Estrutura* é um conceito que se relaciona a operações (Idem, 2008a, p. 331). Uma estrutura compõe-se de restrição das relações permitidas no sistema. A característica definidora dominante do conceito de estrutura é a seleção de uma restrição. Mas nem toda restrição tem valor de estrutura. Ela somente adquire valor estruturante quando possibilita a reprodução na situação de dupla contingência entre alter e ego (Idem, 1987a, pp. 384, 387-388). Poder-se-ia dizer que estruturas são reduções necessárias da complexidade real do mundo (pois reduzem a área de possibilidades) (idem, 1999, p. 437; 1983, pp. 233-234). Elas somente são reais quando são utilizadas, ou seja, somente se realizam em operações (idem, 2008a, pp. 328-329). São a imagem generalizada dessa contínua ativação de orientações recursivas no respectivo sistema. Pois é necessário se ter uma pré-orientação em relação ao que já ocorreu e ao que pode ser ligado (ao que pode ocorrer) (idem, 2008a, pp. 329-330). Por meio de estruturas é pré-escolhida uma estreita área de possibilidades, no interior da qual, então, processos decisórios

podem se orientar de modo dotado de sentido e seletivamente. No caso de procedimentos que empregam o direito, estruturas são normas jurídicas (Idem, 1983, p. 233).

Continuando, então, sobre a autopoiese<sup>8</sup>: Luhmann (1999, p. 31) afirma que *existem* sistemas autorreferenciais com a capacidade de produzir relações consigo mesmo e de diferenciar essas relações das relações de seu ambiente. Essa produção de diferença entre sistema e ambiente pode ser vista, conforme exemplifica o autor (1997a, pp. 25-26): pode-se observar a parte externa de um organismo diferente do nosso e, mediante essa forma interior/exterior, estar certo de que exista uma parte interna não observável. A manutenção dessa diferença ocorre por meio de seus próprios elementos e não com o auxílio de elementos externos. É certo que nessa produção há trocas com o ambiente, chamadas por ele primeiramente de “interpenetração”, posteriormente de “acoplamento estrutural”. Mas o que se troca aí tem de ser codificado para servir de informação ao sistema. Do acoplamento do sistema com aquilo que resta do ambiente resultam “espaços” livres. Esses espaços geram indeterminabilidades no interior do sistema. A autopoiese é a redução dessas indeterminabilidades sistêmicas mediante as formações estruturais do próprio sistema (LUHMANN, 1999, p. 67). Trata-se de uma tese sobre fechamento operacional: o sistema produz a si mesmo. As formações estruturais não são apenas a produção de suas próprias estruturas, mas também das suas operações (idem, 2008a, p. 110). Isso ocorre de modo autorreferencial. Mais especificamente, a autorreferência de um sistema apresenta três formas: a autorreferência elementar (*basale Selbstreferenz*), a reflexividade (*Reflexivität*) e a reflexão (*Reflexion*) (Idem, 1987a, pp. 57-59, 600-602). Na autorreferência elementar, o “auto” (*Selbst*), ou aquilo que a si mesmo se refere, é um elemento do próprio sistema. No sistema social, um exemplo seriam as comunicações que só podem se referir a outras comunicações. Na reflexividade, aquilo que a si mesmo se refere não é um momento da diferenciação, mas um processo que pode ser observado com base em uma diferenciação entre antes e depois. De modo que, em um sistema social, em um processo comunicativo, é possível falar dos próprios processos comunicativos. E é possível falar de normatização da

8 Palavra que deriva etimologicamente do grego *autós* (“por si próprio”) e *poiesis* (“criação”, “produção”). Ver: Neves (2007, p. 127).

normatização (leis que regulam leis) ou de aprendizado do aprendizado (pedagogia). Na reflexão, a base para a autorreferência é a distinção entre sistema e ambiente. O “auto” é o sistema. É uma observação do sistema pelo próprio sistema (Idem, 1999, p. 757). Perante as várias possibilidades de escolha, a seleção refere-se à própria unidade do sistema (que é sua distinção em relação ao ambiente) para se orientar. Ou seja, a reflexão envolve a introdução no sistema da diferença entre sistema e ambiente (Idem, 1987a, p. 617). Em relação ao sistema jurídico, isso requer uma contínua fundamentação autorreferencial do direito positivo sem recurso a concepções jusnaturalistas (Idem, 1987a, p. 621).

A comunicação é, para Luhmann (Idem, 2008b, p. 110), a unidade social última, porque é a operação social mais inevitável quando se formam situações sociais. Ela é um processo de *síntese* seletiva de informação (*Information*), participação da informação a outro (*Mitteilung*) e compreensão (*Verstehen*) (Idem, 1987a, pp. 203-204; 2008b, pp. 111-112).<sup>9</sup> Significa que os três elementos (daí “síntese”) têm de ocorrer para haver a comunicação<sup>10</sup>. Se não houver uma *síntese* dessas três seleções, então se trata apenas de uma percepção (Idem, 2008b, p. 112). É seletiva porque para os três elementos ocorrerem sempre há uma seleção em cada um deles. A comunicação se torna plena quando uma informação, selecionada e participada (por meio de um modo de participação selecionado) a outro é compreendida (o que também pode ocorrer de várias maneiras, mas haverá uma seleção que será identificada na própria comunicação) e, desse modo, se torna conectada ao próprio processo comunicativo, gerando reações que produzem mais comunicações. O resultado é uma compreensão que se constitui (como referência para próximas comunicações) para a sociedade, não para o indivíduo. Pois há uma reação comunicativa que se padroniza, repete-se. O sistema psíquico tem suas próprias operações e autorreferências interiores que ocorrem por pensamentos, ideias.

A comunicação, ainda que ocorra normalmente em sociedade (pois, assim a sociedade existe), não é, em si, um acontecimento provável. Primeiramente, é improvável que ego entenda o que alter quer dizer (Idem, 1987a, p. 217). A segunda improbabilidade é a de se poder atingir várias pessoas. Isso se torna ainda mais improvável, se o que é comunicado tem de permanecer inalterado (Idem, 1987a, p. 218). A

terceira improbabilidade é o do sucesso final da comunicação, mesmo com o entendimento daquele que ela quer atingir e com o sucesso desse atingir. Mesmo assim, ela pode não ser aceita e não ser continuada (Idem, 1987a, p. 218). Uma série de meios trabalham para tornar a comunicação mais provável. E meios de comunicação para Luhmann não se referem a diferentes tipos de mídias (TV, rádio, jornal etc.), que são meros veículos técnicos. Há três meios: a linguagem falada ou gestual, que faz uso de signos óticos e acústicos para o sentido (a linguagem trabalha para tornar a comunicação mais compreensível); os meios de difusão (escrita, impressão, rádio, telecomunicação em geral, cinema, computador), desenvolvidos com base na linguagem e que trabalham para reduzir a impossibilidade de se alcançar o destinatário; e os meios de comunicação simbolicamente generalizados, que trabalham para tornar a aceitação da comunicação mais viável (verdade, amor, poder/direito, arte, propriedade/dinheiro, crença religiosa e “valores fundamentais”) (Idem, 1987a, pp. 220-222). Os meios de comunicação simbolicamente generalizados são diferenciados pelos respectivos códigos binários.

Para sobreviverem, o sistema e os subsistemas precisam dessa estrutura de comunicações simbólicas funcionando, o que significa ela ser compreensível e produzir informações. É necessário que o subsistema sobreviva perante à complexidade do mundo (e todas as possibilidades) que o cerca. Não é possível produzir uma ordem com a contingência múltipla de todas as possibilidades em aberto. Esse quadro fortalece a impossibilidade de a comunicação não ocorrer. Mas o sistema social e seus subsistemas precisam essencialmente de comunicação. É necessário torná-la provável, gerar dentro deles algum nível de entendimento e sentido sobre todas aquelas possibilidades abertas fora do sistema, no infinito do mundo. O sistema observa o mundo e os outros sistemas distinguindo e designando. O que for diferenciado tem de ser designado (conforme um critério de diferenciação) para que não haja uma dúvida ampla sobre o seu conteúdo. A única dúvida possível é qual será o lado escolhido da realidade que ali se duplica, o positivo ou o negativo, o válido ou o inválido, o que possui ou que não possui “X”. Desse modo, a viabilidade da comunicação dentro do sistema passa, entre outros requisitos, pela possibilidade de uma *codificação binária*.

9 Essa concepção difere fundamentalmente do entendimento de comunicação como “transferência” de uma mensagem de um emissor para um receptor. Luhmann (1987a, p. 193) argumenta que não há transferência de nada, pois não há posse ou perda de alguma coisa. Essa metáfora da transferência dá ênfase à participação da mensagem. Mas a participação é só uma sugestão de seleção. Somente depois que essa sugestão (a qual é um estímulo) é processada é que ocorre a comunicação (Idem, 1987a, p. 194).

10 Posteriormente, ele complementa essa tipologia com um quarto elemento, que é o aceitar ou o rejeitar.

A codificação binária codifica informações virtuais provenientes do ambiente tornando-as informações reais para o sistema, e desse modo contribui para a realização da comunicação em seu interior. Segundo Luhmann (2004, pp. 77-78), códigos binários são regras que permitem uma duplicação fictícia da realidade dentro de um sistema. Nele as informações são avaliadas em um processo de comunicação. Dessa avaliação surge um contravalor (lícito/ilícito, sim/não, bonito/feio). A realidade tratada pela medida do código ocorre somente uma vez. Mas, com a codificação, ela é duplicada artificialmente, de modo que cada avaliação possa procurar seu complemento e se fazer refletir na forma de seu oposto. No entanto não há fatos negativos em si. O mundo é o que ele é. É mediante a codificação da comunicação sobre a realidade que tudo que é tratado pode ser tratado como contingente e ser refletido em um contravalor (Idem, 2004, p. 77).

A codificação binária é um esquema de controle. O que não é apreendido por ela não pertence ao respectivo sistema (Idem, 1995, p. 61). O código, no entanto, não é uma norma. Ele é simplesmente a estrutura de um procedimento de reconhecimento e subordinação. Sempre que se refere a, por exemplo, lícito e ilícito (*Recht/Unrecht*), tal comunicação se estrutura de acordo com o sistema do direito (Idem, 1995, p. 70). E essa codificação binária do direito somente existe quando a questão do direito (lícito/ilícito) é colocada (Idem, 1995, p. 69). “Códigos são *abstrações-condicionais*. Eles valem somente enquanto a comunicação escolhe sua área de aplicação – o que ela não tem de fazer obrigatoriamente. Não é em qualquer situação que se trata de verdade ou de direito (lícito/ilícito) ou de propriedade” (Idem, 2004, p. 79). O código se forma no processo de comunicação, quando as informações são avaliadas e expostas a uma comparação com um valor exatamente correspondente (Idem, 2004, p. 77).

Com base nesses conceitos, podemos caracterizar o sistema jurídico na perspectiva de Luhmann: o direito é um subsistema da sociedade; sua função é a estabilização de expectativas normativas, função que é generalizada em termos cronológico, factual e social (conforme as dimensões de sentido acima descritas). O direito, assim, deve possibilitar a segurança na expectativa que se produz socialmente nas ações. Como qualquer parte de um sistema social, o direito cumpre sua função

com base em operações comunicativas. O que diferencia as comunicações do direito de outras comunicações é sua referência ao código binário lícito/ilícito para gerar uma orientação social. Luhmann (2004, pp. 125-126) afirma que um sistema garante seu fechamento operacional, ou seja, o funcionamento regular de sua estrutura interna mesmo diante das contingências geradas por seu meio ambiente, porque a diferença entre o lícito e o ilícito é codificada pelo sistema e há segurança de que nenhum outro sistema opera sob o mesmo código (como base operacional). Mediante aquela codificação binária, sob as condições e critérios estabelecidos pelos programas (leis, decretos, normas), assegura-se que quando se estiver tratando de lícito não se está tratando de ilícito. Assim, a codificação precisa do respectivo programa para ser aplicada no sistema<sup>11</sup>. Aquele parâmetro de operação criado pelo sistema jurídico, dentro ou fora da lei, conforme ou não conforme a lei, lícito ou ilícito, é, mais especificamente, para ser entendido assim: lícito ou ilícito (codificação) conforme a lei ou norma jurídica X (programa). Se essa condição não for cumprida, a segurança da *legalidade* do sistema está corrompida.

Para poder se afirmar que há uma operação do direito é necessário a presença de pelo menos uma comunicação e não um comportamento qualquer ou uma ocorrência que ainda se encontre, por exemplo, apenas na situação de poder ser controlada pela polícia. Mas também não basta qualquer comunicação (porque desse modo ela seria simplesmente uma outra coisa ou uma operação da sociedade), nem qualquer emprego da palavra “direito”. Ao sistema do direito pertence somente uma comunicação subordinada ao código baseado nos valores “lícito” e “ilícito”, pois somente essa comunicação procura e afirma uma conexão recorrente a esse sistema. Só essa comunicação leva em consideração o código como forma de abertura autopoietica, como forma da necessidade de comunicações consequentes no sistema do direito (Idem, 1995, p. 67). Não é, então, qualquer menção ou citação do código lícito/ilícito que torna a comunicação uma operação do sistema jurídico. Outro exemplo: pode-se falar, em aula ou na imprensa, sobre casos de direito sem se dispor de fato de comunicação sobre o direito (ou sobre o lícito/ilícito). Essa comunicação estaria em um outro contexto (Idem, 1995, pp. 72-73). Tem-se, então, conforme exposto acima, pelo menos

11 Para a relação entre codificação e programação ver Luhmann (1995, pp. 165-213).

implicitamente, de poder participar e entender que se trata de uma comunicação que pretende validade contrafática e apoiada no direito, e que, com isso, pressupõe que lícito e ilícito se excluam reciprocamente. Isso pode ocorrer no cotidiano, pois, em uma sociedade sem escravos, como Luhmann supõe a sociedade moderna, qualquer um teria direito à inclusão no direito, ou seja, teria direito à utilização dos símbolos jurídicos (Idem, 1995, p.74).

Em suas trocas com o ambiente, somente aquilo que serve de informação passaria a ser considerado pelo sistema mediante as respectivas codificações binárias. Haveria informações virtuais que “irritam” o sistema (enquanto não forem codificadas binariamente para as suas operações) e poderia haver outros códigos se sobrepondo ao respectivo código do sistema, ou seja, *alopoiese*, impedindo, assim, seu fechamento operacional.

A irritação é uma forma de percepção do sistema, a qual não ocorre no ambiente, pois este em si não é irritado. E ele também não irrita o sistema. Somente o observador no sistema pode afirmar tal percepção, que se desenvolve no sistema. O registro de uma irritação se dá, por exemplo, em forma de um problema. No caso de uma greve, no exemplo dado por Luhmann (1995, p. 443), a razão do movimento seria discutida com base nas expectativas desenvolvidas, as quais ocorrem dentro da própria estrutura criada pelo sistema. A irritação-problema (anomalias, surpresas, decepções) só ocorre porque há um complexo de expectativas resultante da história do sistema. As irritações podem ser percebidas somente por sistemas, pois eles é que constroem essas expectativas que são irritadas. Essa percepção de uma irritação não encontra um correlato no ambiente do sistema, pois não há irritação em si, não há algo “errado”. Somente há em relação àquilo que, em sua história, o sistema produziu como expectativa e sentido (Idem, 1995, p. 443).

A irritação é necessária ao sistema, pois ela é um estado dele que contribui (com estímulos) para o prosseguimento de suas operações autopoieticas. Enquanto for somente percepção e estímulo, a irritação deixa, primeiramente, em aberto a situação de estruturas deverem ou não ser alteradas. Novos processos de aprendizagem podem ser introduzidos com novas irritações; ou, se for um acontecimento único, a irritação pode desaparecer com o tempo, por si só. E as irritações po-

dem ainda reduzir a capacidade do sistema de coordenar as próprias irritações e/ou aumentar sua capacidade de reagir rapidamente às mudanças do ambiente (Idem, 1999, pp. 789-790). De qualquer forma, a autopoiese estaria garantida, pois, como esclarece Luhmann (1999, p. 790), ou as irritações são, cedo ou tarde, absorvidas pelo sistema, ou não são absorvidas e não existirá mais sistema.

Deve-se diferenciar irritação de informação. O sistema percebe a alteração, mas ainda não como uma informação de acordo com os códigos operacionais. Essa situação é ainda a percepção de uma irritação, de uma surpresa ainda indefinida na área da relação sistema-sistema (Idem, 1996, pp. 27, 46.). Ela ainda não é uma “diferença que faz diferença”, como Luhmann (Idem, 1987a, p. 68) caracteriza a informação, com base em Bateson. Informação é uma diferença ou uma seleção de um repertório de possibilidades. Sem essa seletividade, não ocorre comunicação (Idem, 1987a, p. 195). E ela ocorre quando um acontecimento atua em um sistema seletivamente. “Seletivamente” porque o acontecimento seleciona (por isso não é mais somente um acontecimento) condições sistêmicas (Idem, 1987a, p. 68). Para isso, a informação precisa de estrutura. Mas ela não é estrutura. É apenas “o acontecimento que atualiza o uso da estrutura” (Idem, 1987a, p.102). Acontecimentos (*Ereignisse*) são “elementos fixados em um ponto temporal. Eles ocorrem apenas uma vez e em um espaço de tempo tão reduzido (*specious present*) quanto aqueles necessário apenas a seu aparecimento” (Idem, 1987a, p. 102). São identificados apenas por essa ocorrência temporal. Não são passíveis de repetição.

Neves (2007, pp. 136-137, 146-148, 150-151, 161) fundamenta a ideia inicial de haver critérios diferentes de operações (com base em uma codificação binária) no interior do sistema jurídico brasileiro. Ele critica a aplicação da teoria dos sistemas de Luhmann aos países da modernidade periférica (como o Brasil). No caso brasileiro, afirma que o sistema não se reproduz de forma autônoma, e sim influenciado principalmente pelos sistemas político e econômico. Ele questiona a capacidade de realização normativa dos textos constitucionais perante o problema de uma legislação simbólica produtora de textos referentes à realidade normativo-jurídica. No entanto, esses textos serviriam a finalidades políticas que não são normativo-jurídicas. Com

isso, ele afirma a alopoiese do direito, ou seja, a sobreposição destrutiva de códigos binários de outros sistemas sociais no jurídico, o que gera a descaracterização desse sistema em relação a seu ambiente externo. Isso provocaria um comprometimento generalizado de sua autonomia operacional. E as fronteiras entre sistema e meio ambiente diluem-se. O texto constitucional (que deveria reger com legitimidade a ordem jurídica) transforma-se em uma figura retórica política, não possuindo o mecanismo de reflexividade, que é base da autonomia operacional do sistema (autopoiese) e gerador da autonomia do código “lícito/ilícito” perante outros códigos como os dos sistemas político (“poder/não poder”) e econômico (“ter/não ter”). Assim, ele acaba se tornando um mecanismo substitutivo de legitimação jurídica, não gerando uma legitimação estável e generalizada, porque ao texto constitucional não correspondem expectativas normativas congruentemente generalizadas. Haveria, então, uma sobreposição de códigos binários diferentes daquele que deveria garantir a autorreferência e reprodução do sistema. No caso do sistema, há uma sobreposição de outros códigos binários sobre o código lícito/ilícito. Isso caracteriza a *alopoiese jurídica* ou *alopoiese do direito*. É claro que o ambiente e outros sistemas sempre imporão seus códigos e critérios ao código diferenciador do sistema em questão. Quando isso ocorre, há uma conversão dessas condições ao código do respectivo sistema (quando suas características sistêmicas são preservadas); e assim o sistema desenvolve sua autopoiese. Mas quando outros códigos diferenciadores superam a importância do código do sistema (que produz sua diferença operacional) ou promovem sua diluição, tem lugar a alopoiese.

A consequência mais grave da alopoiese do sistema jurídico, segundo Neves (2010, p. 13; 2004, p. 151) é a insegurança destrutiva nas relações de conflitos de interesses. Ela gera inconsistência jurídica nas decisões práticas dos operadores, impossibilitando a estabilização das expectativas normativas com base em regras gerais (Idem, 2004, p. 155). Com a alopoiese, não há a concretização dos direitos humanos; o significado dos favores e do clientelismo se intensifica (Idem, 2008, p. 247). Enfim, as fronteiras diferenciadoras entre sistema jurídico e ambiente social desaparecem (Idem, 2007, p. 148).

Por que considero aqui que a CPI faz parte do sistema jurídico? O Legislativo emprega a CPI como instrumento de fiscalização e controle de entes estatais sobre os quais exerce controle<sup>12</sup>. Mas o sentido do que está sendo comunicado na CPI é orientado juridicamente, em termos sistêmico-teóricos, por uma diferenciação entre o que será considerado lícito ou ilícito. Conforme esclarecido acima, não é qualquer menção ou citação do código lícito/ilícito que torna a comunicação uma operação do sistema jurídico. É necessário que ela esteja no contexto de orientação operacional do respectivo código. No caso da CPI, há uma referência consciente, por parte dos agentes, a um sistema jurídico já constituído (com base operacional na diferenciação entre o lícito e o ilícito) ou a sedimentos textuais desse sistema<sup>13</sup>, como, por exemplo, a Constituição, as leis, os decretos, as normas jurídicas em geral. A CPI refere-se ao sentido do direito, à codificação binária (lícito/ilícito) necessária ao seu fechamento operacional. Conforme afirma Neves (2008, p. 243), quanto mais afastada de qualquer vínculo com o código lícito/ilícito, mais dificuldade a política tem de se reproduzir autonomamente. Se essa codificação não funcionar eficientemente, como um segundo código da política (o primeiro seria poder/não poder), haverá uma recorrência difusa a formas *ad hoc* de sustentação política (NEVES, 2008, p. 242).

Sobre as possibilidades de pesquisa empírica com o auxílio da teoria dos sistemas<sup>14</sup>, esta deve servir à provocação de novos problemas e de complementação a outros métodos e formas de análise. Apresento agora algumas respostas e indicações de Luhmann e de outros autores. Conforme a posição de Luhmann (1999, p. 41) perante a pesquisa social empírica, não se deve recusar, mas complementar a alternativa de se pesquisar empiricamente. Com a pesquisa social empírica tradicional, pode-se analisar fenômenos macrosociológicos entre si, como criminalidade crescente ou decrescente, movimentos migratórios, níveis de divórcio etc., mas não se pode fazer com eles uma teoria da sociedade como totalidade de todos os fenômenos sociais. Com os instrumentos da pesquisa empírica não se chega à realidade, apenas se valida uma construção. Ela também (assim como a teoria de sistemas) leva a questões que estimulam (por que isso? por que assim?) e não a um saber seguro que se ganha a partir dela e que somen-

12 Ver: art. 49 da Constituição e Barroso (2008, pp. 1-2, 4-5, 9-10).

13 Ver: Luhmann (1995, p. 48) sobre as características da comunicação no direito.

14 A pesquisa de Neves (2007) mencionada anteriormente é um forte exemplo de empreendimento dessa tentativa de pesquisa empírica com o auxílio da teoria dos sistemas.



te seria alterado em caso de transformação social (o que de qualquer forma acontece) (Idem, 1999, p. 41). O pesquisador da realidade empírica da sociedade geralmente não pressupõe (e, assim, não o considera em sua análise) que tudo o que será analisado parte da diferenciação imposta por um observador. A questão é: “o que” e “como” o observador pode dizer ou comunicar. E também: o que não é dito quando algo é dito? Para esses levantamentos, a comunicação é o conceito teórico central (Idem, 1999, p. 38). É necessário observar como o sistema se autodiferencia. Se o observador quiser observar como sistema aquilo que observa, então quer dizer que ele quer observar como o sistema se autorrestringe e, com isso, se autodiferencia frente a outras contingências que pertencem ao ambiente (Idem, 1997b, pp. 37-38). De modo que a observação do observador está limitada a sua própria escolha. O objeto da teoria de sistemas é a diferença entre sistema e ambiente, o que conduz à questão sobre como essa diferença se constitui e reproduz, mediante um dos lados dessa diferença, justamente o sistema (Idem, 1997b, p. 42). Luhmann afirma que a única alternativa para uma pesquisa empírica com a teoria de sistemas parece estar “em uma pesquisa empírica relativamente sem teoria, que trabalhe com hipóteses *ad hoc*, cujo mérito significativo não deveria ser subestimado” (Idem, 1997c, p. 57). Seu programa de pesquisa sistêmico-teórico considera que o “importante é sobretudo: a) a decisão a favor de um programa teórico-universalista, referenciado ao mundo; b) a escolha da diferenciação sistema/ambiente como fundamento e característica de identificação da teoria; e c) a capacidade de observar desenvolvimentos na teoria geral dos sistemas e a tornar útil para a sociologia”. Além disso, ele considera “ser fecundo conceber o elemento último, que é produzido nos sistemas sociais e reproduzido através de uma rede dos mesmos elementos, não como pessoa, nem como papel, nem como ação, mas sim como comunicação” (Idem, 1997c, pp. 57-58). Outro ponto destacado por ele (Idem, 1999, p. 43) é a busca por indicadores que evidenciem como os diferentes domínios funcionais (como família e política; religião e economia; ciência, cognitiva; e arte, imaginativa; ou direito, normativo), apesar de serem tão diferentes, apresentam as mesmas estruturas fundamentais na sociedade moderna. Isso não ocorreria por acaso, mas sim estaria vinculado à forma do sistema da sociedade.

Na área da organização empresarial e da psicologia, Willke (1999, pp. 65-91) tenta acesso à pesquisa empírica com sistemas complexos mediante algumas perguntas analíticas: Como se pode descrever o contexto funcional do sistema? Quais partes e aspectos do ambiente são relevantes para o sistema e quais não? Quais regras conduzem o processo do sistema? Como trabalha a circularidade basal (ou o modo como ela se mantém)? Há possibilidades de variação no modo de sustentação dessa circularidade basal? Quais são as condições de uma integração ideal do sistema? Em que medida essas condições são preenchidas?

Para Andersen (em SIRI, 2009, p. 11), o sentido da pesquisa empírica com teoria de sistemas é a procura por semânticas que rompam categorias: semânticas que contradigam categorias fundamentais de descrições sociológicas (empregadas até agora), ou seja, semânticas produtoras de rompimentos e surpresas. Mas questiono aqui: como entender o que é essa surpresa? Por que as outras modalidades de pesquisa não captam essa surpresa?

Encontro em Saake e Nassehi (2007) algumas orientações: porque se toma como normal (e se pesquisa a regularidade dessa normalidade e o que desvia dessa normalidade) aquilo que, na verdade, é especial. Um sujeito atuante, por exemplo, é uma forma especial que deve nos causar surpresa. A forma do “sujeito atuante” deve ser tomada como um caso especial, para não se ofuscar a prática concreta. Ela nos deve causar surpresa (Idem, 2007, p. 234). Aquilo que parece ser irracional é muito mais pregnante, importante e (essa é a busca paradoxal) sistemático do que talvez possa parecer. Com quais formas sistemáticas do irracional uma práxis específica se equipa? (Idem, 2007, p. 238). É necessário procurar as conexões dessas formas. A comunicação designa situações nas quais essas conexões se realizam. Essas novas semânticas e irracionalidades (que compõem boa parte da normalidade que se repete) ocorrem também em banalidades do cotidiano. Descobrir o que não é descrito pelo sociólogo, a banalidade do dia a dia: isso pode ser importante. Muitas vezes as pessoas agem simplesmente repetindo o que já fizeram. Muitas coisas que as pessoas fazem é fruto de uma conexão com o que já fizeram anteriormente (muitas vezes a mesma coisa repetida). As questões aqui giram em torno do sentido da repetição. Como um contexto se

mune autonomamente de sentido? O que e como esse “o que” se repete? A referência decisiva para a interpretação não é a subjetividade (o que alguém gostaria de dizer, o que um outro pode entender), mas a simples repetição. Há muitos contextos nos quais simplesmente se age: às vezes, as pessoas podem informar por que agiram daquela maneira. Mas apenas complementarmente é que se afirma que também há contextos nos quais simplesmente se age. Assim, observa-se o que se repete. Para detectar/perceber o que não nos aparece, o importante não é o estranhamento, mas a observação daquilo que se repete (Idem, 2007, pp. 237-246).

Para Vogd (2007), o único ponto de partida necessário à teoria de sistemas é a hipótese da auto-organização, ou seja, a hipótese de que a própria realidade cria os problemas e soluções. Esses problemas parecem ao observador como a ordem e as estruturas. Disso se formula, abstratamente, o conceito de sistema. Os sistemas não existem como entidades, como uma coisa, mas como uma relação, ou seja, uma função autorreferencial. Por isso não são substâncias. Eles são relações invisíveis. Adquirem características sistêmicas quando concebemos uma relação entre as observações individuais, tendo-se como referência seu decorrer temporal. Não se trata de que estruturas dinâmicas de um sistema sigam objetivos, considerem regras, mas sim de que apenas seguem as distinções que se desenvolveram em um processo interno. Em sua pesquisa sobre o processo de decisões médicas em um hospital, Vogd busca por irracionalidades que, inicialmente, parecendo irracionais, são absorvidas pelo sistema em sua autorreprodução. Ele protocola a sequencialidade da ocorrência (e formação) de sentido na passagem do tempo físico (indeterminado) para o tempo do sistema (determinado) durante aquele processo de decisões médicas. O protocolo pronto indica a relação entre esses dois tempos. Dessa relação é retirado o que é essencial para as decisões. O resultado é que no contexto das decisões muitos aspectos que parecem ser irracionais são importantes e absorvidos por aquele sistema de medicina, que, mesmo com eles, se mantém e se autorreproduz.

Uma “abertura controlada” sem emprego de categorias pré-elaboradas para observar a realidade empírica é a proposta de Wenninger (2008). Os conceitos teóricos em Luhmann não são categorias que simplesmente se submetem à empiria. A teoria de sistemas não emite conceitos que servem para ca-

tegorizar a realidade empírica. O que ocorre é que os conceitos são concebidos como diferenças e devem ser trabalhados de modo consequente, como diferenças. Essa distinção tem a função de gerar a construção de problemas. Essa geração de problemas deve orientar as observações e as manter controláveis conforme a teorização interna.

Para Lee e Brosziewski (2007) deve-se participar das observações dos sistemas sociais para poder observar o sistema. É necessário familiarizar-se com a comunicação que precede o evento comunicativo, tendo-se acesso à memória do sistema social. Essa memória é a cultura. A cultura é para o sistema social o que a memória é para o sistema psíquico. Com isso, procura-se por evidências empíricas de que o sistema forja seus próprios limites, conforme sua operação. Isto é, delinea-se o sistema, o que significa marcar distinções e indicar seleções. O pesquisador (antropólogo ou sociólogo) deve procurar delinear o sistema, marcando distinções e indicando seleções. A repetição aqui volta a ser importante. Mas se observa que cada operação nunca se repete (na realidade). O que ocorre é uma repetição da respectiva distinção.

Por outro lado, para Stichweh (em SIRI, 2009) não se deve tomar a teoria de sistemas como um conjunto, mas em partes: teoria da diferenciação, da comunicação, da evolução, etc. Faltaria à teoria dos sistemas a perspectiva microssociológica. Posições sociais temporal e estruturalmente menos duradouras não seriam bem contempladas pela teoria dos sistemas e poderiam, por exemplo, ser mais bem estudadas pela análise de redes<sup>15</sup>. Para Knoblauch (em SIRI, 2009), sem sujeito a comunicação não faz sentido. Subjetividade é importante, até pelo fato de ela ser tema de discussão, inclusive na comunicação, área na qual ela não é esperada. Uma observação correta não precisa partir de um construtivismo tão radical como o proposto pela teoria dos sistemas. A sociologia deveria forjar conceitos que pudessem abarcar a semântica das pessoas (*Semantik der Leute*) sem desconsiderar aspectos importantes (KNOBLAUCH, 2007). De qualquer modo, abrir a teoria dos sistemas de Luhmann para uma aplicação empírica pode provocar uma subcomplexidade e fazer com que a teoria perca seus contornos mais precisos. Esser (2007) observa que os fatores que influenciam o comportamento humano não mudam pelo “fato” de considerações e reconhecimentos de um observador e por ele o indicar ou não como “ação”.

15 Para um estudo sistêmico-teórico de uma possibilidade de análise de redes como acoplamento estrutural ver: Kämper e Schmidt (2000).

A orientação empírica da presente análise considera algumas vias acima mencionadas. Procurou-se, contemplando-se as orientações mais gerais de Luhmann, uma ênfase na perspectiva de observação sistêmica com base na comunicação e se considerou que é necessário analisar como o sistema se comunica e como isso serve a sua autorrestrrição perante o ambiente. No caso deste estudo, a procura foi pelos bloqueios a essa diferenciação (que produz a autorrestrrição). Nesse sentido, inverteu-se a questão de Willke: como as condições ideais do sistema não são preenchidas? Analisou-se as práticas “ilegais” como um limite contextual entre o que pode ser considerado racional ou irracional e se considerou que essa eventual “irracionalidade” pode ser considerada relevante para o sistema (SAAKE e NASSEHI), caracterizando-o de modo peculiar. Procurou-se por repetições comunicativas em contextos diferentes (Idem; VOGD) em frases do relatório final da CPI. Não houve uma participação nas observações do sistema social, conforme orientam Lee e Brosziewski.

## 2. Análise dos dados

Como o caso dos irmãos Santiago é observado pelo Estado como parte de uma *rede* de narcotráfico, um primeiro movimento de análise passível de ser despertado é a aproximação por meio da análise de redes. Apresento agora alguns pressupostos que apontam para os limites dessa possibilidade para o presente estudo. Há várias maneiras de se conceber a existência de redes sociais<sup>16</sup>. Dois exemplos de concepções: a rede pode ser vista em termos de sua dinâmica atual de relações sociais ou interpessoais que mantêm indivíduos ligados a agrupamentos sociais (PATTISON, 1994, p. 1) ou como produto dessa dinâmica que conjuga ação orientada a fins, acaso, e herança dos padrões de vínculos anteriores (MARQUES, 2007, p. 159). Seja qual for a concepção, é importante refletir que estudar essa dinâmica ou esse produto requer pressuposições sobre a forma relacional desse conjunto. Quando se afirma que a análise de redes é um método para a investigação de estruturas sociais e que uma estrutura social é representada pela relação entre unidades sociais como pessoas, posições, grupos, organizações (PAPPI, 1987, p. 11) etc., pressupõe-se para a análise que há uma “estrutura social” nos moldes como ela

16 Na literatura estrangeira, as redes são chamadas, por exemplo, de *social networks* (inglês), *soziale Netzwerke* (alemão) ou *réseau social* (francês). Se em inglês e em alemão se acrescenta o *work/Werke*, é para se referir ao caráter duradouro do processo e a um significado mais antigo da palavra *network/Netzwerke* de construção de tijolos (PAPPI, 1987, p. 12).

foi definida. Não será o fato de se conceber uma estrutura social pressuposta que irá permitir uma livre associação de suas partes, considerando-se que integram um pressuposto todo estruturado. É necessário ter cuidado para, na análise prática, saber o que está sendo associado e a natureza e lógica dessa associação. Para isso, uma primeira observação é a da correspondência entre tipo de dado e tipo de análise: dados atributivos servem para variáveis, dados de tipos ideais servem para tipologias e dados relacionais servem à análise de redes (SCOTT, 2000, p. 2-3). A unidade básica pressuposta para a análise de redes são as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos (MARQUES, 2007, p. 158). Isso deve ser primordialmente observado na análise da “estrutura”. Ainda em um primeiro plano de preparação, deve-se entender a lógica da medida antes da prática (SCOTT, 2000, p. 1). O que se pretende medir são dados relacionais e com ele, então, investigar a estrutura da ação social (Idem, p. 4) e não o inverso. É necessário, então, atentar para a natureza dos dados relacionais tratados pelo pesquisador: ele deve se certificar de que o nível da medida usada é sociologicamente apropriado, pois a escolha de um nível de medida é uma questão social e não uma questão matemática (Idem, p. 49). Na análise de variáveis, os atributos são tratados conforme o nível de medida nominal, ordinal, intervalar ou racional. Na análise de redes, as relações são tratadas conforme o nível de medidas levantadas indiretamente ou diretamente entre os respectivos agentes, se a intensidade da relação é considerada e representada por um valor numérico ou se a relação é simplesmente informada em termos de presença ou ausência (binário) – considerando-se que pode ser binário direto ou indireto ou direto valorizado (Idem, pp. 46-47).

Uma hipótese interessante aplicável ao caso de redes de narcotráfico seria de que vínculos fortes que ligam os agentes (nesse caso as relações teriam de ser valoradas para se ter uma ideia de sua intensidade) produzem um maior nível de solidariedade e confiança na rede, e vínculos fracos (o que implica um maior contato com pessoas, grupos, instituições externas à rede central) produzem processos de inovação, mobilidade, modernização e difusão (JANSEN, 2000, p. 34). No entanto, o ponto importante e a possibilidade da análise aqui pretendida não poderão ser captar densidade, laços fortes ou fracos e centralidades, porque não se construiu a matriz da rede com base nas respostas diretas de seus atores (mas somente com base em

um ator) ou indiretas com base em afiliações em comum (que foram confirmadas por fontes), e porque o que se tem nas mãos é um relatório que é resultado de intenções de operadores do Estado que o produziram e não algo que foi planejado e refletido pelo pesquisador para ser analisado posteriormente, respeitando aquelas pressuposições básicas para análise de redes acima relacionadas<sup>17</sup>. Considero que o depoimento foi reduzido a um relatório, para que aquilo que não fosse relevante ao sistema fosse eliminado e restasse aquilo que interessa ao sistema observar. O que se aproxima de um estudo de análise de redes é que, de certo modo, tudo parte das relações sociais (a unidade básica da análise de redes) indicadas no depoimento<sup>18</sup>.

A proposta é, então, analisar o que é importante para o sistema jurídico na forma do relatório final (que é o que se tem para ser analisado): o que está sendo comunicado ali e sendo transformado em informação para o sistema? O que é importante para o jurídico significa: garantir que o seu fechamento operacional ocorra com a produção e manutenção de uma diferenciação básica entre o que é lícito e o que é ilícito (mediante seu código binário) seguindo determinados programas (no caso, leis e normas jurídicas). Com essa tentativa, pretende-se esclarecer também que aquilo que é importante para o sistema se tornar independente, fundamentalmente, de outros sistemas, é também importante para evitar a destruição de seu fechamento operacional. E dessa maneira se pretende captar elementos importantes daquilo que mantém os mercados ilegais fortes. Por isso, quando, por exemplo, se indicar uma “função”, logo será descrita aquela função que anula a função que seria adequada à manutenção de um sistema independente (como, no caso a seguir, a eliminação de contingências derivadas da expectativa normativa que pode haver entre ego e alter).

Para se entender essa perspectiva da análise, é necessário refletir que, antes de haver uma troca concreta, há um troca abstrata, que, para ser efetivada, precisa de algumas condições. Essas condições estão, com frequência, vinculadas a orientações que os indivíduos têm em diferentes contextos sociais. Essas orientações, quando o indivíduo se encontra no contexto de uma atividade oficial (de um político em relação ao Legislativo, ou de um policial/juiz em relação ao Judiciário, por exemplo), deveriam servir como instrumento para a eliminação de expectativas normativas perante a situação de (dupla) contingência entre ego e alter.

Uma observação sobre a qualidade da reprodução presente no material analisado: por um lado ele é o relatório final e não a transcrição direta dos depoimentos. Para uma análise das repetições e comunicações dos depoentes, isso não é bom. Mas, por outro lado, para a análise daquilo que importa para o jurídico em suas seleções e produções de informações, trata-se de um material adequado. Pois é um elemento operativo do modo de observação do sistema jurídico sobre o que ele seleciona do ambiente: ele diferencia e designa por intermédio de um instrumento, como este do relatório final da CPI, que, por sua vez, sintetiza as transcrições integrais<sup>19</sup>.

Na tabela a seguir, apresento todas as afirmações do depoimento de Laércio que constam no relatório final da CPI do Narcotráfico. Ao lado de cada bloco de afirmações, há a minha especificação da informação possível de ser indicada ao sistema a partir do que ele seleciona em seu ambiente (o relatório é a forma final de um processo). Essas especificações foram pensadas após reflexão contínua (para cada frase separadamente) sobre “o que”, *para além dos nomes e indicação de coisas*, está sendo comunicado: o que, naquilo que o relatório sintetiza, está sendo informado ao sistema para fazer uma diferença relevante para o seu fechamento operacional e o que se repete (não no sentido de ser igual, mas no sentido de repetição na própria forma de distinguir). A CPI é parte da observação dos sistemas político e jurídico. Os operadores da CPI, na qualidade de endereços para a comunicação, são parte dessa observação, bem como suas seleções. Tenta-se, ao analisar cada frase, ver que forma de repetição é importante para a manutenção e destruição de sistemas e redes. Após isso, classifico as informações. “Função” será aplicada aqui no sentido utilizado na seção anterior.

Um ponto importante que pode ser depreendido de todo o depoimento é o fato de a denúncia e a identificação operarem como mecanismos comunicativos destruidores das redes ilícitas. Essa informação (que se denuncia e que se identifica) está também sendo trocada por alguma coisa no momento do depoimento (proteção, redução de pena, por exemplo). Essa troca mina a rede do narcotráfico, porque destrói a confiança necessária para tornar fortes os seus laços. E só ocorre por um processo de comunicação. De modo que o que enfraquece o fechamento operacional de alguns sistemas sociais como o jurídico, o econômico e

17 E, externamente ao contexto da análise de redes, não se pretende também captar os motivos das ações dos depoentes e, com base nessas supostas ações, os motivos do tráfico – não é possível analisar isso somente com o depoimento.

18 Nesse contexto é importante observar que, como não se trata aqui do nível de veracidade do conteúdo do depoimento, também não se trata de considerar ou não que, por exemplo, esse relatório final da CPI seja realizado com base em interesses políticos (ou outros) específicos. Repito que se trata de uma análise do que é dito e do que é, desse modo, considerado pelo sistema. O fato de poder haver interesses privados na versão final e resumida do relatório apenas acentua ainda mais uma problemática que está sendo abordada aqui, a saber, a falta de independência do sistema jurídico brasileiro.

19 De qualquer modo, o presente texto é um esboço para um estudo que poderia ser ampliado para as chamadas “notas taquigráficas”, as transcrições diretas de todas as sessões e, em consequente, dos depoimentos.

o político e, ao mesmo tempo, o que enfraquece a possibilidade de redes ilegais como a do narcotráfico destruírem esses sistemas parece ser, sob essa perspectiva de análise, trocas de algo que não é concreto, mas abstrato: *trocas* de códigos (regras de escolha que são parte de uma outra regra: programas) por meio de *identificações, funções e relações* que se *movimentam* em determinados *espaços* (os locais físico onde ocorrem) e *tempos*.

Afirmativas do depoimento de Laércio no relatório final da CPI do Narcotráfico	Informação indicada sobre:
Perguntado sobre pessoas envolvidas com o narcotráfico, o depoente citou o nome do deputado estadual de Minas Gerais Arlen Santiago e seu irmão Paulo César Santiago como envolvidos com Fernandinho Beira-Mar	trocas (sob a palavra "envolvidos": Arlen Santiago troca o "ter autorização para" traficar pelo "poder pagar" de Fernandinho Beira-Mar); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação com o deputado e seu irmão)
O depoente tinha um bar em Montes Claros que Fernandinho Beira-Mar frequentava	local (Monte Claros); trocas (de mercadorias físicas; produtos de bar por dinheiro)
Paulo César Santiago tem várias agências de automóveis em todo o Brasil e o depoente já comprou carro em uma de suas agências, local onde viu Fernandinho Beira-Mar	local, troca (serviços oficiais das agências por dinheiro do tráfico, ou o "ter autorização para" pelo "poder pagar")
O deputado estadual Arlen Santiago também dá cobertura a Fernandinho Beira-Mar	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação à atividade do deputado); trocas ("poder pagar" por "ter autorização para")
Paulo César Santiago tem três aviões que pousam livremente em Montes Claros (MG)	local; troca (o "livremente" indica de modo claro que os aviões pousam livres de qualquer obstáculo oficial: troca de "poder pagar" por "ter autorização para"); movimento (para Montes Claros)
A cocaína vinha para Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife em pequenas quantidades trazidas por uma pessoa, sozinha, para não chamar a atenção, que conduzia um carro da agência de Paulo César Santiago	local; movimento; relações; troca ("poder pagar" por "ter autorização para"; pois com essa cobertura da agência-pessoa sozinha "não se chama a atenção"); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação à atividade de Paulo Santiago)
O depoente já comentou com o delegado de Montes Claros, Dr. Gumerindo, como os carros passariam com a droga, mas ele nada fez	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa; essa contingência seria eliminada se houvesse uma orientação de Gumerindo por uma diferenciação entre lícito e ilícito); trocas (indicação da troca de "autorização para" de Gumerindo pelo "poder pagar" do traficante que o paga para os carros poderem passar)
Dispõe de informações de que "Pinduca", gerente de Paulo César Santiago, que fica em seu escritório em Ipanema, tem cobertura de policiais e autoridades do Rio de Janeiro para suas operações ilícitas	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir); local; trocas ("autorização para" por "poder pagar")
O depoente afirma ter visto várias vezes Fernandinho Beira-Mar em Montes Claros (MG), mesmo depois deste ter fugido da cadeia	(pelo menos) local; movimento.
Além de policiais em Minas Gerais que dão cobertura a Fernandinho Beira-Mar, há também fazendeiros e pessoas que compram caminhão e cargas roubadas	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir); local: trocas ("dão cobertura" indica aqui troca de "ter autorização" por "poder pagar")
Além de narcotraficante, Fernandinho Beira-Mar lida também com roubo de carga	trocas (aqui só é possível saber de um lado da troca)

Em São Paulo, local de grande quantidade de entorpecentes, os policiais fazem a apreensão de 200Kg de cocaína, por exemplo, e apresentam apenas 50Kg, repassando o restante para as favelas	local; função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir); movimento; trocas (o que havia sido diferenciado como ilícito pelo sistema, ou, o lado ilícito da codificação que lhe é necessária é trocado, por operadores do sistema que deveriam manter aquela regra de diferenciação como orientação, pelo "poder pagar" resultado da "venda" da droga; ou "ter autorização para" justificar o desaparecimento da mercadoria por "poder pagar")
O Delegado da 2ª Delegacia de Roubo de Carga, Dr. Marcelo, sabe de toda essa operação	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que o delegado deveria seguir); relação; trocas ("ter autorização para" cedido pelo delegado por "poder pagar" que ele recebe por isso)
Paulo César Santiago apenas lava dinheiro para Fernandinho Beira-Mar	troca (na expressão "lavar dinheiro": "ter autorização para" por "poder pagar")
Fernandinho Beira-Mar gastou uma grande quantia na candidatura de Arlen Santiago	troca ("ter autorização para" por "poder pagar"); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações possíveis seguidas pelo deputado)
Estão envolvidos com tráfico, em São Paulo, os investigadores policiais Juvandir, Celso, Juacir, Adriano, Marcão, Farofa, Dr. Marcelo, Lucindo, Daniel, Manel, e Valtinho, todos lotados na Depatri, Delegacia de Patrimônio, além de Marquinho, da 63ª DP, Mucini, chefe da 63ª DP, e Jorge	local; troca ("ter autorização para" por "poder pagar"); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir)
Quando Fernandinho Beira-Mar está em Montes Claros (MG), fica na casa do deputado Arlen Santiago	movimento; local
O traficante Francisco, vulgo Alemão, é apadrinhado dos policiais da Depatri e a maioria da droga apreendida em São Paulo é ele quem repassa; quando o mesmo é preso, "soltam na hora"	local; trocas ("ter autorização para" por "poder pagar"...); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...)
Trabalhava para esses policiais de São Paulo porque é procurado pela Polícia e eles lhes deram um nome falso; em contrapartida, teria que passar informações aos policiais sobre o paradeiro de assaltantes de bancos, ladrões de cargas e traficantes; e os policiais queriam essas informações para extorquir dinheiro dos criminosos e não para os prender	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...); local; trocas ("ter autorização para" por informações que ele passa aos policiais e a troca de "ter autorização para" por "poder pagar" que ocorre entre policiais e os criminosos delatados)
Sobre 348Kg de cocaína que foram roubados em Campinas, diz que foi a própria polícia quem roubou	local, troca ("ter autorização para" justificar o desaparecimento da mercadoria por "poder pagar"); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...)
Foi morar em Montes Claros para levantar informações sobre "Pintado", assaltante de carros-fortes	movimento; local; troca ("ter autorização para" por informações que ele passa aos policiais)
Comprou um carro na agência de Paulo César Santiago e foi lá que conheceu o deputado estadual Arlen Santiago	troca (aqui de mercadoria física dinheiro por mercadoria física carro, o que em si não será relevante para o sistema, mas sim o local e o que daí resultou, a relação)
Foi Pinduca que o apresentou a Paulo César Santiago; Pinduca apresentou Fernandinho Beira-Mar ao depoente; em momento nenhum o depoente chegou a viajar com Paulo César Santiago e sabe de suas atividades pelo convívio com Pinduca e por Paulo César Santiago frequentar seu bar	local (o bar); trocas (intermediação de uma troca quase moral <sup>20</sup> , pois se abre espaço para alguém considerar o outro – entre Beira-Mar e os outros –, quando antes não havia consideração. Essa troca intermediada por Pinduca é importante pois prepara as trocas que se seguirão)
Quando a droga sai de Montes Claros para o Nordeste, vai transportada por S-10, D-20, carros grandes	local; movimento.
Pintado é narcotraficante, assaltante de banco e de carros-fortes, procurado pela polícia de São Paulo	local; possíveis trocas (mas não há a informação sobre o outro lado da troca)
A cocaína sai das lojas de Paulo César Santiago, em Montes Claros (MG), em horários diferenciados e é descarregada nas suas lojas na Barra da Tijuca e em Ipanema, no Rio de Janeiro	local; movimento; trocas ("concessão do espaço para as drogas" por "poder pagar")

20 No sentido de redução da complexidade do contexto, segundo Luhmann (1987a, p. 320): "Moral é uma generalização simbólica que reduz a expressões referentes a 'consideração' a plena e reflexiva complexidade de relações duplamente contingentes entre ego/alter e mediante essa generalização abre espaço para condicionamentos e a possibilidade da reconstrução da complexidade mediante o esquematismo binário consideração/desprezo."

O depoente resolveu depor na CPI porque estava sendo ameaçado pelos policiais do Depatri por saber como funcionava todo o mecanismo de extorsão na polícia; o depoente trabalhou cinco anos na Depatri; os policiais da Depatri extorquem dinheiro; onde houver um condenado, os policiais "vão lá para pegar o dinheiro dessa pessoa"	troca ("ter autorização para" por "poder pagar": extorsão dos policiais que trocam "a autorização para" a liberdade ou para facilitar ou aliviar alguma coisa pelo "poder pagar", que é o poder pagar o dinheiro que eles exigem; e, em relação ao depoente na qualidade de informante: "ter autorização para" dos policiais por informações que ele repassa a eles); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...)
O depoente não sabe afirmar de onde vem a droga que chega até Montes Claros (MG), apenas sabe que chega nos aviões de Paulo César Santiago	movimento; local; troca ("concessão do transporte para as drogas" por "poder pagar"; "autorização para" transportar mercadoria ilícita por "poder pagar" o dinheiro para Paulo Santiago)
O delegado Dr. Castelar, que está sendo sindicado devido a roubo de cargas, sabia desse esquema de tráfico de drogas e inclusive foi avisado pelo depoente	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa, pois se espera que o delegado se oriente pela distinção lícito/ilícito); trocas ("ter autorização para" poder traficar por "poder pagar" o dinheiro que o traficante lhe paga)
Hoje Montes Claros (MG) é uma base de distribuição de drogas para todo o Brasil	local; movimento; trocas (aquí somente informação sobre o material e o local)
O depoente foi preso em Monte Azul, porque estava na propriedade de um fazendeiro em Montalvânia junto com um pessoal que mexe com roubo de cargas, tendo sido preso e liberado em 21 de junho de 1999, porque provou sua inocência	local; tempo
Ele conhece o vereador da Cidade de Januária José Djalme, que também mexe com drogas	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação à orientação do vereador); local; troca ("ter autorização para" por "poder pagar"...) )
O depoente já ficou preso, mas "comprou sua liberdade"	troca ("ter autorização para" ser solto por "poder pagar" pela liberdade); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir)
O depoente já atuou como informante para a polícia, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Recife e Pernambuco	relação; locais; troca ("ter autorização para" por "informação sobre")
As peças dos carros que são desmanchados em São Paulo geralmente vão para lojas de peças de parentes dos policiais ou para suas próprias lojas	local; relações; troca ("ter autorização para" manter o comércio por "poder pagar"); função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa em relação às orientações que os policiais deveriam seguir)
Em cinco anos que trabalhou para os policiais da Depatri, a maior quantia que recebeu de uma vez só foram R\$ 3.200, mas que já passou quatro meses sem receber nada; e trabalhava para os policiais em troca de sua liberdade e da manutenção de sua própria vida	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...); trocas ("ter autorização para" e "poder pagar" por informações: como já ocorreu acima, em troca de informações, os policiais permitem que o que ele faz não seja detectado como ilícito, lhe dão dinheiro e lhe "per-mitem viver")
Depoente nunca traficou	negação de troca ("ter autorização para" por "poder pagar")
O traficante Alemão mata pessoas a mando dos policiais da Depatri; Alemão é responsável por guardar a droga desviada; há "um ano e pouco" Alemão planejou um grande sequestro em São Paulo e o resgate seria estipulado em R\$ 2 milhões; o depoente não se recorda da identidade da provável vítima; o sequestro acabou não ocorrendo porque o depoente descobriu e avisou à Depatri; ele descobriu que os policiais da Depatri estavam planejando matá-lo, porque Donizeti, que foi preso pelos policiais, teria avisado a ele; o depoente era obrigado a "arrumar serviço" para os policiais senão poderia ser morto ou voltar para a cadeia	função (não permissão da eliminação de contingências da expectativa normativa...); local; trocas ("ter autorização para" executar alguém sem no mínimo um certo controle que será aliviado pelos policiais que o contrataram por "poder pagar" de quem ele recebe por isso – ainda que haja aqui a possibilidade de ele receber algo que não seja dinheiro, como algum serviço que eventualmente estivesse "devendo"; nenhuma dessas duas possibilidades é informada; "ter autorização para" por informações)
A cocaína que chegava até Montes Claros vinha da fronteira do Paraguai	local; movimento; trocas (aquí somente informação sobre o material e o local)

Situação no momento dos depoimentos: os depoentes são observados (no sentido acima explicado) pelo sistema jurídico, que opera para diferenciar e designar o lícito e o ilícito e, assim, com os respectivos programas, garantir o seu fechamento operacional. O mecanismo da CPI do Narcotráfico é uma operação do sistema jurídico para combater redes (como essa, do narcotráfico) que possam ameaçar seu fechamento. Lembrando que o sistema existe conforme o modo como ele observa. A informação sobre o ambiente produzida pelo sistema é uma construção interna resultado de observações. Nessa operação, há geração de informações (diferenças que se tornam novidades) com base no que é recolhido nos depoimentos, que se torna informação por meio do sistema jurídico mediante a aplicação da diferenciação entre o que pode ser enquadrado como lícito ou não. Isso gera uma seleção nova (simbolicamente construída pelo sistema e que se torna efetiva para suas operações): aquele trecho do depoimento é parte do lícito ou do ilícito. E o sistema selecionará um desses dois lados.

Os depoentes sabem-se observados. Os motivos pelos quais suas respostas são produzidas não são passíveis de ser compreendidos nesta análise. Há muitos fatores externos e internos, como o resultado da comunicação com advogados, amigos, ameaçadores, negócios, culpa, moral, memória etc. O importante aqui foi captar como eles se comunicam, o que se repete, o que é expressado (e, desse modo, o que não é expressado), o que é selecionado nessas expressões e se essa manifestação comunicativa pode se relacionar com uma troca de códigos. A direção da informação (se produto da intenção do depoente ou do questionador) não interessa aqui.

Apesar de, na apresentação dos dados, não se fazer um esforço de interpretação, algum nível de interpretação está, é claro, presente, pois somente o poder de absorver as coisas em si poderia gerar uma análise "direta das coisas". O que está indicado como "informação" é, naturalmente sob algum nível limite, produto de uma interpretação. O que diferencia esse procedimento de outras interpretações é o seu nível: não se faz questão aqui de se aprofundar na interpretação, principalmente no seu provável sentido. Tenta-se ficar em um nível mínimo.

O "ter autorização" envolve códigos dos sistemas jurídico (lícito/ilícito) e político (ter poder para/não ter poder para). "Envolve" significa que esse código (que é uma regra) está sendo transferido e empregado fora de seu sistema (e dos respectivos

programas), mas como se fosse legitimado por ele. O mesmo vale para o “poder pagar” (parte do código binário poder pagar/não poder pagar) do sistema econômico. Observe-se que o sistema econômico também se torna ameaçado com essa troca, pois o seu fechamento operacional garantido por aquela codificação se torna latentemente ameaçado: aquele “poder pagar”, em caso de desmembramento da rede que permite tal troca, pode tornar-se um “não poder pagar” sem recurso estatal garantido – que seria o caso de contratos oficiais, contratações oficiais, pagamentos oficiais, cujos objetos, em caso de não cumprimento da transação, podem ser recuperados e, desta maneira, garantir o “poder pagar” (perante as duas possibilidades, de pagamento e de não pagamento) e assim o fechamento operacional do sistema.

Nas informações acima não há especificações para “pessoas”, “mercadorias” e “atividades”. No relatório, de modo geral, há várias informações sobre “pessoas” (o nome da pessoa), “mercadorias” (a droga, o carro roubado...) ou “atividades” (o que está se fazendo na ocasião). Mas é necessário notar que, conforme a perspectiva desta análise, a “pessoa” ou a “mercadoria” em si não fazem diferença para aquilo que o sistema observa e lhe é relevante no relatório (e para sua manutenção). O que literalmente faz a “diferença” para o sistema jurídico que “se defende” é alguma informação sobre suas funções (o que está atuando para manter a autopoiese/autorreprodução do sistema ou para destruí-la – o que é o caso constante acima), relações, local, movimento (entre locais, de onde para onde) ou trocas (e o mecanismo ou regra que permite o sentido da troca: os códigos binários; ou seja, a diferenciação que é feita com base em uma duplicação da realidade sob uma determinada orientação que vai ao encontro do sentido e semântica acumulados no sistema). Não há a classificação “atividade”, mas sim, já mais especificamente, o tipo de atividade: a troca.

O que se espera como consequências práticas sociais da análise? Tanto para o funcionamento do sistema jurídico (em relação a sua proteção, ou, a seu fechamento operacional) quanto em relação a uma caracterização das redes que possa auxiliar medidas práticas, este estudo começa a apontar para a importância dos tipos de trocas que são efetuadas nessas redes, quer dizer, para a importância de determinados aspectos que permitem essas trocas ocorrerem: as relações, o local, os movimentos e as funções específicas. Espera-se ter analisado as trocas e funções de um ponto de vista diferente daquele normal-

mente empregado e, com isso, a partir de um construtivismo operacional sistêmico, a capacidade de nosso sistema jurídico de gerar condições de manter o estado de direito no Brasil e uma democracia com esse comprometimento. Um “acesso universal à proteção da lei e às garantias aos direitos humanos, livre de violência, particularmente aquela aplicada pelos agentes da lei e pelo crime organizado” (INCT, 2009, p. 6), passa por um sistema jurídico e um sistema político independentes de influências externas determinantes em suas operações. O problema da corrupção existente é, principalmente, a sua generalização não somente em diferentes atividades nas quais entes do governo tomem parte (como se vê no caso do narcotráfico), mas também no centro da diferenciação sistêmica, o que atinge o primado da diferenciação funcional necessária para a garantia daqueles direitos (NEVES, 1992; 2007, p. 147; 2008, pp. 239-241). Se o centro jurídico e político da diferenciação sistêmica for assim atingido, então não há de se estranhar que outras esferas possíveis de atividade dos entes governamentais deixem de considerar as orientações adequadas para a manutenção de sua independência em relação ao ambiente. Essas corrupções e essa alopoiese do direito parecem “irritar” os subsistemas sociais político e jurídico. O sistema “irritado” não está sendo assim qualificado para impor um funcionamento ideal a um conjunto social, com base de comparação em sistemas que atingiram um nível elevado de positividade do direito. Isso conduziria a uma análise da organização do sistema jurídico de países periféricos a partir de uma ótica de países centrais, o que não faz parte da posição deste estudo. Já foi colocado (ADEODATO, 2002, pp. 102-106) que esse tipo de funcionamento alopoiético do sistema jurídico brasileiro, que não dá conta efetiva da resolução de conflitos sociais, desenvolve suas próprias estratégias de legitimação, o que não significaria uma “desordem”, mas um tipo de ordenação característica. Poder-se-ia substituir algum termo que denote “desordem” por outro que denote “uma organização singular”. Poderíamos considerar, por exemplo, que a singularidade da organização aqui seria que ela trabalha com as respectivas irritações; no entanto, parece, antes, que a ordem desejada ou ainda não esclareceu o que deseja e como se faz para isso ser implementado ou existe somente amparada em discursos simbólicos e não realiza o que propõe, em virtude, entre outros fatores, daquelas irritações.

## Referências

- ADEODATO, João Maurício. (2002), *Ética e retórica: Para uma teoria da dogmática jurídica*. São Paulo, Saraiva.
- BARROSO, Luís Roberto. (2008), “Comissões parlamentares de inquérito e suas competências: Política, direito e devido processo legal”. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, nº 12. Disponível (on-line) em: [www.direitodoestado.com/revista/rere-12-dezembro-2007-luis-roberto-barroso.pdf](http://www.direitodoestado.com/revista/rere-12-dezembro-2007-luis-roberto-barroso.pdf)
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2000). *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico*. Brasília.
- ESSER, Hartmut. (2007), “Soll das denn alles (gewesen) sein?”. *Soziale Welt*, Vol. 58, nº 3, pp. 351-358.
- INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã. (2009), *Annual activity report*. Disponível (on-line) em: [www.inctviolenciaedemocracia.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=87&Itemid=84](http://www.inctviolenciaedemocracia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=84)
- JANSEN, Dorothea. (2000), “Netzwerke und soziales Kapital: Methoden zur Analyse struktureller Einbettung”. Em: WEYER, Johannes (org). *Soziale Netzwerke: Konzepte und Methoden der Sozialwissenschaftlichen Netzwerkforschung*. Munique, Oldenbourg, pp. 35-62.
- KÄMPER, Eckard [e] SCHMIDT, Johannes F. K. (2000), “Netzwerke als strukturelle Kopplung: Systemtheoretische Überlegungen zum Netzwerkbegriff”. Em: WEYER, Johannes (org). *Soziale Netzwerke: Konzepte und Methoden der Sozialwissenschaftlichen Netzwerkforschung*. Munique, Oldenbourg, pp. 211-235.
- KNOBLAUCH, Hubert. (2007), “Wer beobachtet? Zum Subjekt der Beobachtung in der Ethnographie”. *Soziale Welt*, Vol. 58, nº 3, pp. 345-349.
- LEE, Daniel [e] BROSZIEWSKI, Achim. (2007), “Participant Observation and Systems Theory: Theorizing the Ground”. *Soziale Welt*, Vol. 58, nº 3, pp. 255-269.
- LUHMANN, Niklas. (1983), *Legitimation durch Verfahren*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (1987a), *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (1987b), *Rechtssoziologie*. Opladen, Westdeutscher Verlag.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Die Wissenschaft der Gesellschaft*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (1995), *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Die Realität der Massenmedien*, Opladen, Westdeutscher Verlag.
- \_\_\_\_\_. (1997a), *Die Kunst der Gesellschaft*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (1997b), “Por que uma ‘teoria de sistemas’?”. Em: NEVES, Clarissa Eckert Baeta [e] SAMIOS, Eva Machado Barbosa (orgs). *Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre, Editora UFRGS/Goethe Institut/ICBA, pp. 37-48.
- \_\_\_\_\_. (1997c), “Novos desenvolvimentos na teoria de sistemas”. Em: NEVES, Clarissa Eckert Baeta [e] SAMIOS, Eva Machado Barbosa (orgs). *Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre, Editora UFRGS/Goethe Institut/ICBA, pp. 49-59.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Die Gesellschaft der Gesellschaft – Vols. 1 e 2*. Frankfurt, Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_. (2004), *Ökologische Kommunikation: Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?* Wiesbaden, VS Verlag.
- \_\_\_\_\_. (2008a), *Einführung in die Systemtheorie*. Heidelberg, Carl Auer.
- \_\_\_\_\_. (2008b), *Soziologische Aufklärung 6: Die Soziologie und der Mensch*. Wiesbaden, VS Verlag.
- \_\_\_\_\_. (2008c), *Die Moral der Gesellschaft*. Frankfurt, Suhrkamp.



- MARQUES, Eduardo. (2007), “Os mecanismos relacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 22, nº 64, pp. 157-161. Disponível (on-line) em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200013&lng=en&nrm=iso)
- MISSE, Michel. (2006), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*, Vol. 21, nº 61, pp. 139-157.
- NAÍM, Moisés. (2006), *Ilícito: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- NEVES, Marcelo. (1992), *Verfassung und Positivität des Rechts in der peripheren Moderne: Eine theoretische Betrachtung und eine Interpretation des Falls Brasilien*. Berlin, Duncker und Humblot.
- \_\_\_\_\_. (2004), “E se faltar o décimo segundo camelo? Do direito expropriador ao direito invadido”. Em: ARNAUD, André-Jean [e] LOPES JR., Dalmir (orgs). *Niklas Luhmann: Do sistema social à sociologia jurídica*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, pp. 145-173.
- \_\_\_\_\_. (2007), *A constitucionalização simbólica*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008), *Entre Têmis e Leviatã – Uma relação difícil: O estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Do pluralismo jurídico à miscelânea social: O problema da falta de identidade da(s) esfera(s) de juridicidade na modernidade periférica e suas implicações na América Latina”. No prelo para publicação em espanhol.<sup>21</sup>
- PAPPI, Franz Urban. (1987), “Die Netzwerkanalyse aus soziologischer Perspektive”. Em: PAPPI, Franz Urban (org). *Techniken der empirischen Sozialforschung*. Munique, Oldenbourg Verlag, pp. 11-37.
- PATTISON, Philippa. (1994), *Algebraic Models for Social Networks*. Nova York, Cambridge University Press.
- SAAKE, Irmhild [e] NASSEHI, Armin. (2007), “Einleitung: Warum Systeme? Methodische Überlegungen zu einer sachlich, sozial und zeitlich verfassten Wirklichkeit”. *Soziale Welt*, Vol. 58, nº 3, pp. 233-253.
- SCOTT, John. (2000), *Social Network Analysis: A Handbook*. Los Angeles/Londres/Nova Déli/Cingapura, Sage.
- SIRI, Jasmin. (2009), “Methodologien des Systems: Wie kommt man zum Fall und wie da-hinter? Tagungsbericht”. *Forum Qualitative Sozialforschung*, Vol. 10, nº 2. Disponível (on-line) em: [www.qualitative-research.net/index.php/fqs/rt/printerFriendly/1273/2748](http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/rt/printerFriendly/1273/2748)
- VOGD, Werner. (2007), “Empirie oder Theorie? Systemtheoretische Forschung jenseits einer vermeintlichen Alternative”. *Soziale Welt*, Vol. 58, nº 3, pp. 295-321.
- WENNINGER, Andreas. (2008), “Kontrollierte Offenheit”. *Forum Qualitative Sozialforschung*, Vol. 9, nº 3. Disponível (on-line) em: [www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1010/2182](http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1010/2182)
- WILLKE, Helmut. (1999), *Systemtheorie II: Grundzüge einer Theorie der Intervention in komplexe Systeme*. Stuttgart, Lucius & Lucius.

21 Trabalho apresentado no II Encontro Internacional de Direito Alternativo, em Florianópolis, 1993. Publicado originalmente em português no Anuário do Mestrado da Faculdade de Direito de Recife, nº 6, 1993, pp. 313-357. A versão aqui utilizada apresenta alterações em relação às anteriores e foi gentilmente cedida pelo autor.



# Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais

Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva

**Michel Misse<sup>1</sup>, Alexandre Werneck<sup>2</sup>, Alba Zaluar<sup>3</sup>,  
Márcia Pereira Leite<sup>4</sup>, Neiva Vieira<sup>5</sup> e Gabriel Feltran<sup>6</sup>**

**N**o final da década de 1960, o “sociopólogo” – como ele próprio gosta de se definir, em uma alusão à sua dupla identidade nas ciências sociais – Luiz Antônio Machado da Silva, então aos vinte e poucos anos, foi fazer uma pesquisa em Pirambu, Fortaleza. Tratava-se de uma das maiores favela da capital cearense, hoje já urbanizada e convertida em bairro, mas na época uma crescente zona de habitação precária na beira do mar. O plano era fazer uma avaliação do programa de desenvolvimento de comunidades então em implantação no local. Para fazer sua pesquisa, o etnógrafo adotou uma medida radical: mudou-se, de mala, cuia e caderno de campo, para um barraco, justamente na favela que estava pesquisando. Mas não se tratava de uma operação metodológica ou uma forma de promover a imersão em um ambiente no qual não era “nativo”. “Morava lá porque era mais fácil habitar onde trabalhava”, relembra nesta entrevista Machado da Silva, 70 anos completados neste 2011, que deixou o Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde era, desde 1986, professor da graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Pois essa imagem de começo de carreira e a explicação muito prática, simples, para o movimento que seria determinante em sua história, parecem querer fazer um síntese de Machado da Silva: um pensador ao mesmo tempo das ciências e do mundo sociais, um pesquisador que busca entender o mundo *na* própria forma como se aproxima dele, na maneira *como mora nele*.

1 Professor da UFRJ.

2 Professor da UFRJ.

3 Professora da Uerj.

4 Professora da Uerj.

5 Professora da Uerj.

6 Professor da UFSCar.

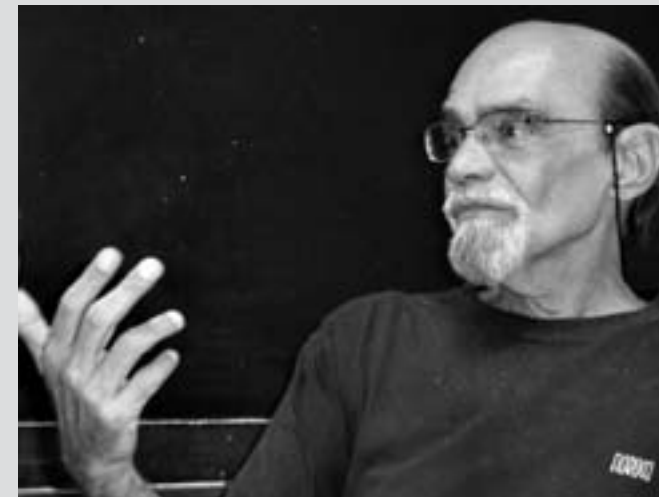
Para homenageá-lo nesta efeméride, **Dilemas** convidou-o para uma entrevista com alguns de seus colegas e ex-alunos. O encontro reuniu a nós, editores da revista, além de Alba Zaluar (esta, colega desde os tempos de estudantes), Márcia Pereira Leite, Neiva Vieira e Gabriel Feltran. Foi uma conversa que se prolongou por várias horas e teve lugar no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), casa que divide com a UFRJ as atenções de Machado, e que conta com ele desde 1973, ainda na forma do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Apresentamos, nesta edição, os melhores momentos da conversa, que começou com uma lembrança da trajetória de vida de Machado e se estendeu a respeito dos diferentes momentos de sua contribuição à sociologia urbana brasileira. Logo a seguir, a revista tem a honra de republicar o artigo “A política na favela”, de 1967, um dos textos mais seminais (e atuais) de Machado da Silva, que tem dedicado toda sua vida a essa que é uma das formas de configuração da vida urbana mais marcantes e marcadas do cenário brasileiro, em especial do carioca, por conta das inúmeras representações que a favela sempre ensinou, seja do ponto de vista da imagem de carência, seja por sua associação com a violência urbana.

Luiz Antônio Machado da Silva nasceu em 1941, no Leme, no Rio de Janeiro. Graduiu-se em sociologia e política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1964. Mestre em antropologia social pelo Museu Nacional, da UFRJ, em 1971, doutorou-se em sociologia pela Rutgers University (hoje The State University of New Jersey), nos Estados Unidos, em 1979. Realizou pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 2006-2007. Desde que iniciou sua carreira docente, orientou cerca de 70 dissertações de mestrado e dezenas de teses de doutorado. Além de “A política na favela”, dois outros de seus artigos, pela igual atualidade e originalidade que mantêm, foram reeditados: “O significado do botequim”, de 1969, publicado pela *Revista América Latina* e republicado em livro em 1978; e “O vazio da ordem: Relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho”, de 1993, em co-autoria com Filippina Chinnelli, republicado na mesma *Revista Rio de Janeiro*, em 2004.

Reconhecido como um dos pioneiros nos estudos e pesquisas sobre favelas, tem contribuição importante nas áreas da sociologia urbana e da sociologia do trabalho no Brasil. Foi, ao que se sabe, o primeiro sociólogo a desenvolver o conceito de “informalidade”, depois mundialmente apropriado para a compreensão de diferentes áreas da ação social (economia, trabalho, etc.). Nos últimos anos, vem propondo uma análise enormemente original dos diferentes aspectos da violência urbana por meio do conceito de “sociabilidade violenta”, profundamente discutido nesta conversa. Seu mais recente livro, *Vida sob cerco* (2008) reúne os resultados de ampla pesquisa que coordenou sobre o tema no Rio de Janeiro. Integra atualmente o INCT-CNPq Observatório das Metrôpoles.

Machado continuará sua atividade acadêmica no Iesp-Uerj, mas seu afastamento do IFCS-UFRJ, por aposentadoria compulsória, ensinou entre seus ex-orientandos e colegas a vontade de homenageá-lo com esta entrevista. Que os leitores aproveitem a conversa e se integrem a nossa homenagem.

**Michel Misse e Alexandre Werneck**



**Michel MISSE: Seria interessante começar falando de sua formação, de sua trajetória e de seu interesse pelas ciências sociais...**

Estudei, desde o jardim de infância até o final do secundário, que na época se chamava de científico, em um colégio particular de muito boa qualidade, o Colégio Mello e Souza. Naquele sistema, havia a opção de se fazer o curso clássico ou o curso científico, este de formação pré-universitária. Escolhi o científico porque todos a minha volta estavam fazendo isso. Mas ele era mais ou menos voltado para a área *hard*. E eu não gostava daquilo. Gostava de história, lia muita literatura... Então, fui muito mal. Nunca fui reprovado, mas ia mal. Fiz o vestibular para engenharia, mas não estudei nada, e fui reprovado. No ano seguinte resolvi fazer vestibular para direito, reconhecendo que as exatas não eram nem meu interesse nem minha especialidade. Só que achei o pré-vestibular para direito tedioso e também não estudei nada. Estava tão interessado em fazer o vestibular para direito que me esqueci de me inscrever e perdi o prazo. Fiquei então desesperado para não perder mais um ano, ter que trabalhar... Foi quando encontrei na praia um amigo de muitos anos que ia se inscrever no vestibular para sociologia. Eu não sabia muito bem o que era. Aliás, nem sabia que havia um curso de sociologia. Mas gostei muito da ideia, fiz a prova e passei. Aí descobri meu universo, me interessei muito e me tornei um ótimo aluno.

**MISSE: Você está falando de que período?**

Eu me formei em 1964. O vestibular deve ter sido em 1959.

**MISSE: Você é carioca?**

Carioca. Nasci no Leme.

**Márcia Pereira LEITE: Daí o gosto pela praia...**

Sim! Mas, bem, então comecei a estudar sociologia intensamente, na PUC. E quando estava no segundo ano, um professor, Geraldo Semenzato, estava se transferindo para a Universidade Federal da Bahia, onde estava sendo mon-

tado um curso de pós-graduação, pelo Thales de Azevedo e pela Maria Brandão, sua filha, além de outros professores. Mas o curso não teve massa crítica suficiente para funcionar como pós-graduação, então se autotransformou em uma espécie de especialização, aceitando alunos já em trabalho final de graduação. O Semenzato convidou para fazer o curso a mim, ao Otávio Velho, ao Moacir Palmeira e ao Sérgio Lemos, que era um pouco mais velho que nós. Desses, o Otávio acabou não indo. Cursei o segundo ano da faculdade nessa especialização e fazia as provas em um regime de segunda época, que não existe mais. Fiz, então, a especialização ao mesmo tempo que a graduação. Meu Curriculum Lattes é algo bastante estranho, porque os prazos se sobrepõem. Mas o curso foi ótimo.

**LEITE: Como era o formato dessa especialização?**

Bastante generalista em ciências sociais. Mas muito interessante, porque era pensado como os cursos de pós-graduação atuais, que associam a formação à pesquisa. A pesquisa institucionalizada incorporava acho que não todos, mas muitos alunos. Fui incorporado na pesquisa da Maria Brandão. Mas o curso foi muito importante para mim justamente para a formação teórica. Na época, era Parsons, o primeiro Parsons. A gente lia desesperadamente. E discutia, tomava cerveja com o Semenzato, que era um professor muito bom, discutindo Parsons. Então, juntava-se o lazer e o estudo, era praticamente 24 horas por dia, uma imersão. Na formação de meus interesses substantivos não foi tão determinante, porque a pesquisa da Maria Brandão era em Camaçari, que estava recebendo uma unidade da Petrobras e passava por um processo de mudança. A Petrobras era um enclave na região, uma área de coqueirais, onde fazíamos pesquisa. Trava-se de uma temática rural de modernização da agricultura: um dos estudos de caso era com uma indústria extremamente racionalizada de produção de coco. Lembro-me ficar impressionadíssimo ao entrevistar a diretoria, porque ao lado da sala havia uma maquete da fazenda indicando visualmente – naquela época não havia computador – as etapas da plantação, o que precisava ser derrubado... Nunca imaginei que em uma área rural, uma região tradicional, pudesse...

### **MISSE: Haver um coco fordista!**

Pois é! E era um outro enclave. Mas acabei não fazendo nada com isso em termos de pensamento. Fui muito mais influenciado em termos substantivos pela sociologia urbana e, por conta disso, pelo José Arthur Rios, do qual eu e Otávio Velho fomos uma espécie de monitores...

### **MISSE: Tudo isso na graduação?**

Sim, naquela época não havia pós-graduação. Você terminava a graduação e já era um profissional. Mas o interessante é que a Escola de Sociologia e Política da PUC era pensada pelos organizadores, seus ideólogos, como uma espécie de preparação para o Itamaraty. Não era um curso especializado, não era disciplinar. Era um curso de formação geral. Inclusive humanística. Era interessante, porque o curso, embora tivesse essa concepção, tinha entre seus organizadores intelectuais o Arthur Hehl Neiva, uma figura muito importante na formulação na política migratória getulista. Altamente seletiva, corporativa, para não usar termos mais pesados.

### **MISSE: Você terminou a graduação na Bahia?**

Não, na Bahia eu fiz a metade do segundo ano e a primeira metade do terceiro.

### **MISSE: E aqui, na PUC, você se lembra dos professores que ficaram mais marcados?**

Lembro-me, claro. Todos me ajudaram muitíssimo, sem saber. Pelo menos sem a intenção. Primeiramente, e o mais importante de todos, foi o Semenzato, que me levou para esse curso. E a atenção que ele nos dava era incrível. Imaginem que eu, o Moacir e o Sérgio morávamos na sala da casa dele. Outro que me impressionou, mas com quem tive um contato pessoal muito menor, foi o José Arthur Rios, que, pouco depois de começar a lecionar para a gente, tornou-se secretário do [governador do estado da Guanabara Carlos] Lacerda. Por isso a gente dava aula por ele, porque obviamente ele não tinha muito tempo. Pois ele me influenciou muito. Tive também professores que ao mesmo tempo eram meus contem-

porâneos. Eram pessoas muito competentes durante o curso e que assim que se formaram se tornaram professores. Foi o caso de Ana Judith de Carvalho – já falecida –, que me levou para minha primeira pesquisa no IUPERJ, antes ainda de o IUPERJ existir. Trabalhávamos em uma sala ao lado do gabinete do Cândido Mendes, ligados diretamente à reitoria. Depois ela saiu, foi para a França. Era aluna do Henri Lefebvre e foi muito influenciada por ele. E foi o caso também de Miriam Limoeiro, de uma ou duas turmas antes da minha, com quem participei de outra pesquisa. Elas duas eram minhas chefes nessas investigações para as quais o Cândido Mendes tinha obtido financiamento. Foi meu primeiro emprego. Depois, fui indicado pela Ana Judith para trabalhar em um órgão de uma secretaria da área econômica, em um convênio com a USAid<sup>7</sup>, com verba de um dispositivo da época, o Fundo do Trigo, para realizar desenvolvimento em comunidades, que era a abordagem, na época, dos movimentos de base, das mobilizações populares, etc. Obviamente, era algo muito influenciado pela ideologia americana de desenvolvimento de comunidades. Por conta disso passei a conhecer muito bem essa literatura americana. Era minha obrigação profissional. Eu era pesquisador profissional, mas lidava com um monte de assistentes sociais e precisava saber qual era a entrada do serviço social, que estava organizando aquelas atividades. Trabalhei uns dois anos ali, diretamente depois da graduação. Depois, não me lembro bem se porque o programa acabou, tornei-me funcionário da Codesco [*Companhia de Desenvolvimento de Comunidades*], no governo [Francisco] Negrão de Lima, que era um governo de oposição [*do estado da Guanabara, de 1965 a 1970*] que desenvolveu um programa de urbanização de favelas. Mas esse programa contratou também um escritório de arquitetura chamado Quadra, composto por quatro urbanistas muito jovens<sup>8</sup>, encarregados de produzir um programa de urbanização, que foi, aliás, muito bem feito. Combinava urbanização no sentido físico-arquitetônico e uma regularização de lotes, que estavam sendo distribuídos. E eu continuava fazendo pesquisa com esse núcleo, mas quando cheguei ao segundo ano de trabalho, encontrei-me com o Roberto Cardoso de Oliveira [*morto em 2006*] em um evento e ele me perguntou se eu não queria fazer mestrado em antropologia social, no Museu Nacional. E era quando eu estava começando na Codesco. Então eu recebia muita ajuda de

7 United States Agency for International Development.

8 A Quadra era formada pelo antropólogo e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos e por seus colegas urbanistas Sylvia Lavenère-Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves e seria fundada em 1969 para o projeto de reurbanização, depois de um levantamento que o grupo fez para a Companhia do Progresso do Estado da Guanabara (Copeg). O projeto com a Codesco, iniciado em Brás de Pina e ampliado para várias favelas, duraria cinco anos. A Quadra seria encerrada em 1975 e seus sócios seguiriam caminhos distintos. (N.E.)

meus colegas porque não podia ler, meu trabalho era em tempo integral e a quantidade de leitura era brutal. A Alba [Zaluar] me emprestava seus fichamentos dos textos, por exemplo. Mas quando terminou o primeiro semestre, percebi que tinha que fazer uma escolha, que era um pouco uma escolha de Sofia, porque a experiência profissional nessa atividade de urbanização de favela era extremamente rica do ponto de vista formativo, intelectual etc. Mas eu tinha que escolher isso ou um programa regular de pós-graduação. E preferi o programa. Passei a receber mais ou menos um décimo do meu salário anterior para ficar apenas estudando, com bolsa da Fundação Ford. Na Bahia, eu havia tido uma bolsa, primeiro do Serviço Social Rural, arranjada pelo Semenzato, e logo depois da própria UFBA. Então, terminei o mestrado em antropologia. Fiz em um ano e meio, porque já tinha o trabalho de pesquisa. Foi muito mais fácil que para os colegas, que tinham que começar as pesquisas do zero. Isso era 1971. Tinha começado o curso no segundo semestre de 1969, na segunda turma do Museu, cujo curso havia sido criado em 1968.

**Alba ZALUAR: Aquele trabalho magnífico, “O significado do botequim”, foi feito quando quando você estava na Codesco? É uma pesquisa empírica oriunda...**

É uma pesquisa mais existencial que empírica... Eu já não me lembro muito bem quando se estava terminando a graduação ou já estava no mestrado... O ponto de partida para esse artigo era um botequim que existe até hoje, mas completamente modificado, chamado Adega Pérola, na rua Siqueira Campos, em Copacabana. Eu morava nessa rua quando era casado com minha primeira mulher. Mas o fato é que há muitos botequins na minha vida. E esse trabalho envolveu botecos do Rio, do Nordeste (onde eles são chamados de bodega), uma porção deles.

**LEITE: Algo que parece ser fundamental em sua trajetória, na definição de suas questões de pesquisa, é seu encontro e seu trabalho com o [antropólogo americano] Anthony Leeds [1925-1989], justamente nesse momento em que você trabalhou com a urbanização de comunidades. Pois o artigo “A política na favela” é de 1967...**

Bem, desde 1963, mais ou menos, comecei a lidar genericamente com sociologia urbana. Li *O fenômeno urbano*, do Otávio Velho (1967), que era o tema do curso que dávamos com o Rios. Pois já no projeto de desenvolvimento de comunidades eu me relacionava com um monte de assistentes sociais, e fiz um monte de *surveys*, porque eu era – como todo mundo naquela época – altamente positivista: pesquisa era *survey* e *survey* precisava ser representativo, senão não fazia sentido. E como não havia informação nenhuma em favela que pudesse sustentar uma amostra estratificada, eu fazia censos das favelas para poder fazer os *surveys* com amostras representativas. Só que nunca dava tempo e o que eu fazia, no final das contas, eram os censos. E eles eram muito ricos, porque foram várias favelas. Uma delas, em Brás de Pina, era a melhor, porque tinha acabado de passar por uma belíssima urbanização. Bem, eu preparava os questionários e administrava sua aplicação pelas assistentes sociais, o que significa que eu ficava no campo: eu rodava, conversava, fui a uma porção de favelas. E foi nessa época que eu conheci o Anthony Leeds. Foi por caso, porque ele foi chamado para fazer uma avaliação desse projeto para a Fundação Ford. E por intermédio dele passei a conhecer muitas outras favelas. Ele reunia em torno de si – era uma pessoa espetacular, com uma capacidade de fazer pesquisa que nunca vi ninguém mais ter – vários *peace corps* de um programa da Secretaria de Estado, um pessoal que morava na favela. Ele reunia essas pessoas e passou a me convidar para essas reuniões. Aprendi muito com ele. De fato, aprendi a fazer pesquisa, porque até então não sabia; aprendi um pouco de teoria, embora não gostasse muito da teoria dele, mas aprendi a me distanciar de seu quadro de referência – porque ele ajudava a fazer isso, conseguia me apontar aquilo de que eu não gostava no que ele dizia. Mas acredito que no meio disso tudo devo ter conhecido umas 100 favelas só no Rio.

**WERNECK: E isso começou a abrir seus olhos para a questão da favela?**

Sim, mas em algum momento fiz uma pesquisa com um perito da Unesco, Jean-Pierre Bombart, em uma favela do Ceará chamada Pirambu. Era uma avaliação do trabalho da Igreja Católica de desenvolvimento de comunidades. Tratava-se de algo altamente autoritário, mas o padre acha que sabe o que o povo quer...

E houve uma saia justa entre ele e o Centro Latino-Americano, porque o relatório que fizemos, principalmente a minha parte, era altamente crítico ao programa. Pois acontece que passei uns quatro ou cinco meses morando nessa favela. Não morava lá por razões metodológicas, e sim porque era mais fácil habitar onde trabalhava. Essa favela era em um areal. Naturalmente, já mudou muito 50 anos depois [*atualmente, é considerado um bairro de Fortaleza*]. Mas foi um período de imersão na vida popular muito intenso. E em um botequim ao lado de minha casa ocorreu um fato que me marcou muito: quando estava para ir embora, avisei aos vizinhos, de modo que todo mundo sabia com uma certa antecedência. Fiz muita amizade ali. Esse botequim, que eu frequentava muito, ficava à direita de meu barraco. Do lado esquerdo, havia uma espécie de casa de passagem de cantadores, que circulavam pelo estado e de vez em quando pernoitavam ali. Poucos dias antes de eu viajar, à noite, começou uma cantoria e me chamaram. Não havia muita cantoria ali, porque era onde eles dormiam apenas. Mas nesse dia houve. E era... para mim. Eles me chamavam de “carioca” e passaram a noite inteira cantando que o carioca isso, o carioca aquilo. Eu fiquei emocionadíssimo, evidentemente. Foi uma espécie de momento-ápice de minha relação emocional com a favela...

**MISSE: Já usavam a expressão “favela” para designar esse tipo de lugar no Ceará?**

Usavam. E havia outro detalhe, que descobri lá: a Aldeota, um bairro grã-fino de Fortaleza, estava começando. Já havia casas, mas a ocupação era ainda muito rarefeita. E havia barracos. Mas não eram um ao lado do outro. Era um vazio, muita areia, e uns barracos... em linha. E eles chamavam isso de “favela de linha”. Pois custei a entender o que era isso. Eu perguntava e as pessoas não explicavam claramente. E descobri por acaso, conversando com uma pessoa da administração pública, que me disse: “Eles têm autorização para fazer os barracos nas ruas dos loteamentos”. A Aldeota era um megaloteamento. Então era daquela forma porque eles construíam os barracos na rua. E a rua... é em linha. E quando o proprietário do lote resolvia finalmente construir sua casa, pedia à prefeitura para tirar a favela. A prefeitura então desmontava todos os barracos, botava no caminho, que chegava com dificuldade, porque era muita areia... e eles iam para outra rua. E havia muitas favelas de linha naquela região.

**WERNECK: Você disse que foi morar na favela estritamente porque era mais fácil ficar perto do objeto, sem nenhum performatismo etnográfico. Ao mesmo tempo, você obviamente não era dali. Como essa diferença se manifestava? Era diferente de se fazer pesquisa em favela hoje?**

Ah, era completamente diferente. A receptividade era muito maior, havia muito mais abertura, muito menos desconfiança. E o que hoje nós chamamos de violência urbana não existia. Claro que existia crime, mas não existia essa organização da violência criminal distinta da relação cotidiana de hoje. Veja: eu tenho muita dificuldade em fazer pesquisa qualitativa, etnográfica. Sou péssimo pesquisador. Um motivo é terminal: eu devo ser uma pessoa extremamente anti-pática que custa a fazer amizade...

**WERNECK: Custa a fazer amizade, mas ganha uma cantoria de violeiros?**

Eu sei [*para Márcia Pereira Leite*] como você faz pesquisa de campo. Você consegue estabelecer uma boa relação com seus objetos de pesquisa em 10 dias. Eu levo dois meses. Claro, faço boas relações. Não quero matar ninguém, então as pessoas acabam me aceitando, mas é difícil de fazer. Certa vez, eu estava em Recife, trabalhando, e um morador me convidou para ir à casa dele. Pensei: “Legal, vou conhecer alguém”. Cheguei lá, ele vendo televisão com a mulher e as filhas de 10, 11 anos. Sentei-me no sofá e... fiquei vendo televisão. Não dissemos uma palavra, acabou uma novela, começou a seguinte. Até chegar uma hora em que falei: “Bom, então até logo...” Eu não sei fazer isso, o que eu vou fazer? Mas há uma outra razão, absolutamente peculiar e pessoal: tenho absoluta convicção de que a possibilidade de você racionalizar a própria experiência de vida é suficiente para produzir um conhecimento de pesquisa que se refira ao outro. Então, não faço muita questão prática, para usar a expressão de outros etnógrafos de favelas, de fazer campo. Claro, eu faço. Atualmente, não tenho muito tempo, mas já fiz muito. Apenas não faço questão. O botequim, a política na favela, minha dissertação de mestrado, a tese de doutorado, tudo envolveu trabalho de campo. Mas é antes disso uma racionalização de uma experiência de vida que vê o outro.



## VIEIRA: E como foi sua experiência nos Estados Unidos?

Foi algo ótimo, mas também muito traumático e complicado. O Roberto Cardoso de Oliveira, mais uma vez ele – que me ajudou horrores e nunca soube disso, coitado –, e mais uma vez em um evento, me abordou sobre meu futuro acadêmico, desta vez me perguntando se eu não queria fazer doutorado nos Estados Unidos, em sociologia. O resultado é que meus amigos antropólogos acham que sou sociólogo e meus amigos sociólogos acham que sou antropólogo. Eu nunca havia pensado em fazer doutorado, mas disse que aceitava. Aí pedi os *applications* de praxe: Northwestern, Harvard, MIT, entre outros, uns oito. O de Harvard era um livro enorme. Eu olhei para aquilo e disse: “Não vou preencher isso. Não sei se vou ser aprovado, não sei nem se vou passar no Toefl, vou passar dias preenchendo isso?” Mas nesse meio tempo, o Roger [Boyd Walker, professor do Museu Nacional], que tinha sido meu orientador no mestrado, disse: “Por que você não fala com o [sociólogo americano Irving] Horowitz? Ele está criando um campus em Rutgers [The State University of New Jersey], organizado segundo as ideias do Wright Mills”. Isso me interessava, claro, então fiz o *application* e fui. Era entre Nova York e Princeton. E eu ia estudar na biblioteca de Princeton, que era uma coisa maravilhosa. Rapaz... que saudade! Mas, aí, bem, o Roberto Cardoso de Oliveira me arranhou uma bolsa da Fundação Ford. Eu achava que não teria financiamento, porque precisava fazer um teste de segunda língua e nunca havia estudado inglês. Eu lia inglês porque na Bahia tinha aprendido na marra. Primeiro com o dicionário do lado, depois normalmente, mas não falava nada. Mas passei bem na prova, com 78%. Só que em Rutgers, eles tinham perdido meu *application*. Aí eu fui sem pai nem mãe. Eu não trabalhava e não tinha mais bolsa, pois já tinha terminado a dissertação. Mas o Cardoso de Oliveira encontrou uma solução, com uma linha de financiamento do núcleo deles, para eu conseguir passar um período e me candidatar novamente. E o Horowitz aceitou. Acontece que, com essa bolsa, eu tinha que fazer uma pesquisa. Propus então uma retomada de algo que eu havia feito no primeiro ano da graduação na PUC, antes de ir para a Bahia, com o padre [e sociólogo, integrante da ABL, Fernando Bastos de] Ávila, que morreu há pouco tempo [em 2010]. Ele era muito legal e topou ajudar a gente a fazer uma investigação sobre migração em Alagoas. Alagoas porque o pai

do Moacir Palmeira era senador e daí a possibilidade de realização, porque não tínhamos auxílio, nada disso. E o padre Ávila até passou uns dias lá com a gente. Fizemos a pesquisa, com o Sérgio Lemos elaborando um questionário, que aliás, tinha uma parte muito interessante: tínhamos uma pergunta sobre se os nordestinos de Alagoas gostariam de se separar do sul do Brasil. O engraçado é que eles diziam: “Poxa... Boa ideia!” Por conta da pesquisa, percorremos o estado quase todo. E quando estava nos Estados Unidos, sem pai nem mãe, resolvi retomar essa investigação, porque tinha percebido daquela primeira vez que um monte de gente que ia para o Sul – para eles, São Paulo e Rio de Janeiro –, ia e voltava várias vezes, e eu queria entender isso melhor. Aí fui a vários estados, por minha conta, com o mínimo para sobreviver. Fui a Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará, para conversar com o máximo de gente possível. Escolhi ir a feiras, e fui a umas 30, em oito cidades, pra conversar sobre os processos de imigração, e foi muito interessante. Só voltei quando o dinheiro estava acabando e, nesse meio tempo, já tinham me aceitado em Rutgers. Mas o tema me parecia muito instigante, e percebi que merecia um estudo mais sistemático. Havia um curso de ida e volta várias vezes, que era explicado quase universalmente pelo... frio no Sul, e não era provável que as pessoas, depois de fazerem um esforço de migração daquela natureza, naquela época, desistissem e voltassem porque estivessem sentindo frio. Eu achava que isso era uma racionalização. E outra coisa que percebi é que essas pessoas das feiras, sempre em cidades do interior, faziam também um outro circuito, que não sei se ainda existe: sair de uma atividade e uma região inteiramente rurais e ir de cidade em cidade até chegar perto da capital, e depois retornar à origem. As pessoas que não iam para o Sul, nunca iam para a capital; paravam um pouco antes. E eu queria entender isso. Não cheguei a avançar, entretanto. Até hoje, acho que essa questão merecia um desenvolvimento mais adequado. Devia ter feito minha tese de doutorado a respeito disso.

**WERNECK: Você já falou de Parsons regado a cerveja, fez uma leitura da favela com uma orientação marxista, há algum tempo você se mostra muito interessado no novo pragmatismo francês, e sempre se define como “sociólogo”, então queria saber um pouco da sua relação com a ideia de uma grande teoria, que dê sustentação a nossos trabalhos empíricos.**

Gosto muito, sempre gostei, até antes de entrar na universidade, da reflexão abstrata. Mas não tenho nenhuma pretensão de fazê-la. Não que eu me considere incapaz, mas acho maçante ficar preso a um autor. Gosto de fazer essas reflexões abstratas a partir de discussões concretas. Sempre fui assim. Não é por formação intelectual; é jeito. Eu leio, sim, mas leio sem nenhuma sistemática, quando me interessa alguma coisa. Aí eu vou embora até o ponto em que não me interessa mais e paro. Nesse momento, por exemplo, estou me desinteressando um bocadinho do [francês Luc] Boltanski, por conta desse retorno dele ao [Pierre] Bourdieu, e, por outro lado, estou gostando muito, embora ainda não tenha entendido de todo, da [britânica] Margaret Archer. Mas daqui a pouco eu talvez encha o saco dela também. Aí passo a usar de forma parcial...

**MISSE: Fui seu aluno em um curso de sociologia urbana em 1976. E a impressão que você passava era a de que sua postura teórica era marxista. Você usava bastante as críticas do Castells à Escola de Chicago, mesmo em um curso em que a gente lia, discutia bastante, todas as principais abordagens. Agora, é curioso porque essa sua aproximação com o pragmatismo me fez pensar no [francês] Isaac Joseph, que passou do marxismo ao pragmatismo. Será que isso tem alguma coisa a ver com a crise do marxismo como referencial ou seria mera coincidência?**

Nunca pensei nisso, mas posso dar um chute a partir do que penso e do que fiz. Não se trata de uma teoria do conhecimento. Para começo de conversa, eu sou maria-vai-com-as-outras. Olhando para trás, vejo que acompanhei as tematizações canônicas dos vários períodos da sociologia no Rio de Janeiro. E pelo menos aqui houve uma determinada época em que eu acompanhava os temas dominantes e, ao acompanhá-los, eu sempre fazia suas críticas. Gosto de dizer que os outros estão errados. Mas eu fazia sempre a crítica interna, a partir dos próprios modelos.

**MISSE: É verdade, você já fazia isso no curso.**

Pois quando comecei a trabalhar, pensava de uma forma inteiramente positivista, objetivista e reificada. A ideia de ruptura epistemológica nem precisava existir, porque eu já achava que era um dado da realidade, entendeu? E o quadro de referências, apesar desse positivismo todo, não era positivista; era durkheimiano à Parsons. Por aí vocês veem como sou... Aí eu abandonei o positivismo de direita e adotei o positivismo de esquerda, althusseriano, duro, economicista. Comecei a ler [Louis] Althusser, e gostei. Mas aí, junto com o Althusser, por conta do Museu Nacional, comecei a ler [Claude] Lévi-Strauss e, então, comecei a fazer a crítica do economicismo... Então eu fui, por assim dizer, avançando na falta de consistência. Até que caí no colo da discussão da alienação feita pelo Lefebvre. Era bem marxista. E acho que até hoje é um nome de peso. Comecei a pensar efetivamente, não a ler e traduzir, mas a incorporar essa discussão da indispensabilidade de se pensar em termos de prática e da indispensabilidade de se pensar a prática como agência. Esse foi o motivo pelo qual eu deixei o marxismo... Não sou contra o marxismo, mas acho que ele começou a apresentar limitações no que diz respeito à questão da agência... E quando comecei a repensar o althusserianismo, comecei a repor a discussão da classe me aproximando de uma determinada perspectiva da linguagem. Por aí fui entrando, e estou nesse caminho agora. No que vai dar, não sei. E não faço nenhuma questão de ser consistente. Tenho quase certeza de que dos autores que gosto hoje, deixarei de gostar amanhã.

**Neiva VIEIRA: Gostaria de pedir então para você falar de “A política na favela”. Retomei a leitura desse artigo depois de muito tempo e fiquei muito impressionada porque você já naquela época chamava a atenção exatamente para essa diferenciação interna, essa hierarquia no interior da favela, a partir da categoria, “burguesia favelada”, e fico muito impressionada porque durante muito tempo, apesar do seu artigo, a favela ainda foi tratada de uma perspectiva homogeneizante...**

Antes eu gostaria de dizer que o peso da experiência do e com o Anthony Leeds nesse artigo é imenso. E que fui extremamente injusto com ele por não o ter citado. Devia ter citado insistentemente uma porção de coisas que ele dizia. Embora ele só tenha discutido a sociologia do Bra-

sil urbano muito depois, dizia isso já na época. Eu já estava formado, mas não tinha conhecimento para produzir um artigo acadêmico canônico. Achava que estava sendo canônico, mas não estava. Não por rejeição ou nada disso, mas por desconhecimento. A ideia da diferenciação, no entanto, atravessava todo o grupo do Leeds. Porque qualquer pessoa que morasse em uma favela e tivesse alguma relação com algum pedaço de algum aparelho de Estado sabia que havia uma diferenciação interna muito marcada. Essa diferenciação era hierarquizada e o centro dela era o fato de que a elite da favela monopolizava ou pelo menos colocava em operação a maior parte do contato com o exterior. Então um dos fundamentos da “burguesia favelada” não era um fundamento econômico. Era político mesmo.

#### **ZALUAR: Era um capital social...**

Capital político especificamente. Era uma relação com uma rede de poder institucionalizada. Por isso chamei de “burguesia favelada”, porque nem sempre eram os mais ricos. Tendencialmente eram, mas é que eram a classe dominante mesmo. Por isso usei esse nome. O rótulo é meu, mas a ideia de que havia uma decalagem e uma disputa subterrânea muito intensa entre o que a gente pode chamar de “a liderança” e “suas bases” circulava muito.

#### **ZALUAR: Essa “burguesia” explorava outros moradores?**

Sim, era uma exploração. Porque o capital político deles era desenvolvido na base da monopolização dos contatos com o exterior. E esse era o ponto da disputa pelas bases: a desconfiança sobre serem as pessoas representantes institucionais dos poderes locais constituídos por seu próprio benefício ou serem elas pessoas altruístas buscando o benefício de todos era um problema interno, um problema crônico da organização da ação coletiva.

#### **ZALUAR: O que eles demandavam desses políticos, casas, empregos?**

Empregos eles demandavam, mas o que demandavam mais, o que havia menos, eram serviços públicos, que eram obtidos via relação de poder fortemente clientelista, em primeiro lugar; em segundo lugar, estabilidade nos locais, porque o acesso naquela época era muito mais complicado que hoje. A instabilidade de acesso dos anos 1960, 1970, era muitíssimo maior que a atual de que tanto reclamam. Não se trata de apontar uma melhoria estrondosa das condições de vida das classes populares, mas era muito pior naquela época a possibilidade de se manter fisicamente na cidade material. Era pior, sem a menor dúvida. Daí essa reivindicação por permanência. E isso implicava que em um momento em que houvesse – e havia muito recorrentemente – alguma ameaça, toda a favela se fechava em torno das lideranças institucionais – a burguesia favelada –, porque era quem tinha contato com o exterior e quem, por meio desses contatos, podia conter a favela naquele local. Havia carência de serviços públicos, como água encanada. E havia um cara que controlava a água. Às vezes controlava o gato de água.

#### **ZALUAR: A luz também...**

Claro, a luz! A posse do relógio era um capital político central. Mas todos os serviços. Em todos esses anos, houve uma transformação quantitativa muito forte, mas o núcleo qualitativo daquele artigo, sua discussão sobre a organização interna da favela, isso permanece. São muito heterogêneas, muito diferenciadas, muito segmentadas. E esse processo de segmentação é um processo de dominação e exploração capitalista interno. Essa é a tese do artigo.

#### **ZALUAR: Essa burguesia favelada já controlava também as organizações imobiliárias?**

As associações de moradores controlavam isso.

**LEITE: Acredito que esse modelo ainda persista. É o caso das milícias. Há um nó que o seu trabalho detecta bem quando fala dessa monopolização do acesso às redes faveladas por parte dessa “burguesia favelada” controlando as associações de moradores, fazendo uma dupla mediação, dos interesses dos moradores**

**em relação ao Estado e do Estado em relação aos moradores. E aí eu queria que você falasse um pouco da ideia de “controle negociado”, porque essa mediação pelo espaço, pelo papel das associações de moradores, envolve o controle de todas as transações imobiliárias, devido ao próprio estatuto da favela. Isso significa também rebaixar a própria possibilidade de ação coletiva.**

**MISSE: E, curiosamente, quando citei seu artigo em minha tese [em 1999], você questionou minha atitude, dizendo que ele era “velho”.**

É que acho que essa discussão toda está muito unilateral. Em seguida, direi por quê. Mas antes vou atacar esse ponto sugerido pela Márcia e pela Alba, porque naquela época o horizonte da discussão basicamente era “reforma ou revolução”. E as discussões sobre marginalidade traziam um peso muito grande, embora não mencionado, não explicitado, do Frantz Fanon. Escrevi um artigo em um curso nos Estados Unidos de cujo título hoje me envergonho um pouco. Na época, eu gostava muito, mas hoje... Era “O potencial de ruptura dos grupos marginais”, que era uma espécie de *Os condenados da terra* [de Fanon] brasileiro.

**MISSE: Muitos autores escreveram sobre isso e durante algum tempo todos nós acreditamos nisso. Era comum se pensar: “A favela vai descer...”**

Pois é, quando eu dizia: “Vamos subir o morro, porque o morro vai descer...”, o que estava dizendo é que esse processo de diferenciação interna ocorreu em um quadro de busca de recursos econômicos. Não era um quadro de tentativa de transformação comunista, de tomar o Estado etc., embora algumas lideranças da época tivessem esse discurso. Aquilo em que eu estava insistindo era que a política e a economia estavam coladas, e por conta da reprodução material. Não era uma questão de vulnerabilidade apenas. Eu não pensava em vulnerabilidade porque estava pensando em uma ação política. Mas me perguntava sobre a diferença das intenções opostas em termos da reprodução material. A burguesia favelada também estava querendo se reproduzir materialmente, assim como a base social. Mas os interesses de ambos não

eram idênticos. Porque uma se reproduzia pela monopolização e a outra se reproduzia pelas migalhas oferecidas pela monopolização desse contato. E isso produzia não apenas uma diferenciação social e econômica, uma hierarquização, mas uma mudança muito grande de perspectivas de alteridade interna. Eu não usava essa terminologia na época. Mas a burguesia favelada tentava produzir uma relação de alteridade em que o outro estava do lado de fora. O outro era o político do qual o burguês era cliente. E a base tinha a mesma relação de clientela com o cara que se considerava dominado e queria ter forças para se tornar não mais do que era, mais um patrão.

**ZALUAR: Isso que você chama de burguesia favelada inclui os donos das biroskas, das lojas de material de construção etc.?**

Sim, também. Mas o que a burguesia fazia era se concentrar na direção da associação de moradores. Ou como status ou como oposição. E nem sempre eram as pessoas com mais recursos econômicos. Se você tivesse mais dois anos de escolaridade, por exemplo, certamente você seria uma liderança. Se você fosse muito antigo em uma favela, você provavelmente seria uma liderança, uma referência.

**MISSE: E a figura do dono do morro?**

É recente. Por isso acho que essa conversa toda é unilateral. Porque estamos considerando a possibilidade de usar o meu artigo e essa possibilidade existe só até certo ponto. E o motivo para isso é que as condições de vida nas favelas mudaram horrores com a introdução da violência criminal. Porque a cocaína não tem nenhuma legitimidade, diferentemente do que ocorria com a maconha. Maconha era bobeira. Quando a cocaína se sobrepõe à maconha, a possibilidade de defesa pela via política do clientelismo – que foi como o jogo do bicho entrou nas favelas – passou a não existir. O jogo do bicho tinha legitimidade. A cocaína não tem. Nem para os traficantes. Eles dizem que cheiram para ir dormir, como se fosse remédio... Eles tornam negativo aquele traficante que se torna usuário, viciado.

**MISSE: A cocaína também criou uma distância maior dos jovens em relação às famílias, aos mais velhos...**

E implicou a necessidade de armar o tráfico. Quando era maconha, até tinha braço armado, mas era uma coisa ínfima.

**MISSE: Pois fazendo, então, a ponte com sua atuação contemporânea e introduzindo um tema pelo qual você tem sido cada vez mais citado, chegamos à questão da “sociabilidade violenta”. Pois gostaria de partir de uma questão subjacente, que é o fato de que você usa a expressão “portador da sociabilidade violenta”. Normalmente, essa expressão “portador” está associada ao estruturalismo. Por que “portador”?**

**WERNECK: E obviamente que há uma percepção de campo e de vida muito forte no conceito de “sociabilidade violenta”, mas tem uma construção, uma elaboração de um tipo ideal, que demonstra uma vontade forte de teoria. O que te leva a construir isso teoricamente?**

**Vieira: E, aproveitando, queria que você falasse da ideia de “forma de vida”. Porque a ponte é que a sociabilidade violenta sempre soa como uma forma de vida que passa um pouco por referências bem etéreas, mas qual seu embasamento teórico, analítico pra trabalhar isso? E até que ponto você deixa de investir nessa discussão porque, como disse Werneck, você teria que fazer um esforço metateórico para isso?**

Há anos, roda em minha cabeça uma especulação. Acredito que haja evidências históricas e empíricas para sustentá-la, mas o esforço pra reunir essas evidências eu não pretendo mais fazer. Ficará como especulação, e a mim me satisfaz como tal. Acredito que durante séculos se discutiu e se produziu uma autoimagem da sociedade em termos de uma compreensão do conjunto efetivo e completo das formações sociais constituída por meio de uma fundação da sociabilidade em uma oposição entre segmentos sociais que se depreciam como opostos... É o que se chamou de conflito social: o reconhecimento de que segmentos diferentes se contrapõem e que isso organiza a sociabilidade.

**ZALUAR: Então, não tem nada a ver com conceito de Simmel...**

Não! Nesse caso é Marx, é o conceito de Marx. Ele apresenta um conceito de sociabilidade centrado na ideia de oposição de classe. E, nele, o conflito organiza a sociabilidade. Acredito que a apresentação de Marx expressa melhor essa autoimagem da sociedade, porque expressa como a sociabilidade é compreendida pelos atores que se reconheciam como classes opostas. Esse padrão de sociabilidade foi violento durante muito tempo e essa violência se reduziu historicamente à medida que começa a ser recolocada nos termos de uma linguagem que chamo de linguagem dos direitos humanos. Isso articula um momento específico desse padrão de organização de sociabilidade e corresponde mais ou menos ao surgimento do Estado de bem-estar social. O que estava em questão nessa maneira de organizar a sociabilidade é a imensa disputa em torno do que podemos chamar de segurança, no sentido mais amplo do termo. Esse Estado de bem-estar social passou a produzir um conjunto de operações e entes estatais operando a mediação desse conflito básico. E, portanto, esse conflito não era pacificado, reduzido. Ele permanece presente, mas recolocado em outros termos. Quer dizer, o Estado de bem-estar social retraduz o conflito básico que organiza a sociabilidade em termos de um acesso à mediação desse conflito que é representada pela proteção social oferecida por esse Estado. E o Estado se legitima justamente por essa função de proteção social, e na medida em que a realize. A legitimidade do Estado depende dele mesmo se legitimar como um sistema de instituições capaz de reproduzir a dominação e a exploração capitalista de uma forma que esta seja aceitável pelas partes. Ele entra como sistema de organização, produzindo uma alteridade tão conflitiva quanto antes, mas menos violenta, justamente porque há essa mediação. E acredito que esse quadro açambarca uma enormidade de dimensões e fatos. Não tenho interesse em fazer a sustentação histórica desses comentários aqui porque tomaria um tempo enorme, mas me parece que esse quadro se consolida com a social-democracia europeia.

**MISSE: É a vitória da reforma sobre a revolução...**

**ZALUAR: A questão sobre esse conceito é que você trata o conflito como fundamento da sociabilidade. Quando o próprio Marx, ao mesmo tempo que constitui o conflito de classe, traz toda a questão da cooperação entre os trabalhadores, a união dentro do sindicato etc. E é interessante, porque essa mesma, digamos, conformação teórica, está presente em sua visão da favela, e da “burguesia favelada”... Não seria o caso de levar em consideração um outro lado, o da cooperação, da reciprocidade...**

Mas o que estou dizendo não é apenas que o conflito seja o fundamento, mas que a violência se torna esse fundamento em determinado caso.

**ZALUAR: É um visão muito dura.**

É dura e pessimista.

**MISSE: Bem, você estava falando de um modelo de sociabilidade da época de ouro do capitalismo que foi o pós-guerra e vai até a década de 1970, com o Estado fazendo essa proteção social, essa mediação da luta de classes. Mas esse modelo entra em crise naquela década...**

Essa linguagem vai até esse momento, mais ou menos. É uma linguagem com várias mudanças internas, tomadas de repertórios, inclusive com a produção de solidariedade e de segmentos sociais. Não há nenhuma inconsistência nesse ponto: como vejo, a solidariedade pode ser uma solidariedade estimulada pelo conflito.

**MISSE: Porque é uma solidariedade que se dá sob dominação, sob hegemonia...**

De modo que acredito que o quadro das sociais-democracias europeias se consolidou nessa configuração, que é muito valorizada emocionalmente, por conta do fato de que o padrão de sociabilidade não se rompe, que o desenvolvimento do capitalismo continua intocado, mas regulado de

uma forma aceitável pelas partes, sob a condição da expansão da proteção social. Processo semelhante tem lugar no Brasil. Ora, o Brasil é um país ocidental. Esse modelo de que estou falando é evidentemente geral, tem singularidades locais, mas se manifesta em muitos países ocidentais, inclusive aqui. Tivemos mais do que “30 anos gloriosos”, tivemos uns 50, porque nossos anos gloriosos seguiram até nossa redemocratização. Isso, até um momento histórico específico em um contexto específico. Nesse momento, então, preciso fazer uma redução de escala: estou falando do caso do Rio de Janeiro e no período em que corresponde ao primeiro governo Brizola, de 1983 a 1987. Naquele momento, ocorre algo peculiar. Acontece que o processo de instauração de uma linguagem dos direitos humanos no caso do Brasil tem início efetivo na Constituição de 1988. Mas ainda antes já estava paralelamente se desenvolvendo um processo, que explode nesse primeiro governo Brizola, e que transforma essa linguagem completamente. Isso porque o Brizola, como governador de um estado, não dispunha de forças para interferir na política econômica nacional. Era o que ele queria, mas não podia, não tinha força para isso e nem instrumentos institucionais para tal. Mas ele tinha que dar uma satisfação para a base social. E a base social dele estava nos territórios da pobreza. Aí ele vai e faz os Brizolões, aquelas coisas todas. E faz, assim que toma posse, um acordo com as lideranças das associações de moradores: as megaoperações policiais barbarizadoras, que entravam no morro de forma arbitrária e violenta, estavam suspensas.

**MISSE: Isso é sabido.**

Claro, é público e notório. Mas quando o Brizola faz isso, é justamente na época em que a visibilidade da violência criminal do tráfico começa a entrar em seu ápice e a se transformar em algo extremamente desconfortável para o conjunto da população carioca. Não para um ou outro, mas para todo mundo. Então o Brizola começa a ser descrito como “defensor de bandido”. A população estava extremamente desconfortável, porque percebia generalizadamente uma ameaça à continuidade da rotina básica cotidiana. E essa ameaça estava associada basicamente à violência criminal. Não são mais as classes estruturalmen-

te perigosas que vão fazer a revolução ou transformar a sociedade. É o vizinho. Porque, especialmente no caso do Rio, as favelas estão misturadas no tecido urbano regular. E aí a população começa a explicitar para si mesma aquele que sempre havia sido o papel da polícia durante toda a história do Brasil: uma delegação tácita dada pelas “camadas superiores”, pelas “classes dominantes”, pelas “elites” – como se quiser chamar – para operacionalizar o controle dos pobres na base da pancada. De modo que mudou a linguagem. E mudando a linguagem, muda a tematização do padrão de sociabilidade, que era até então a linguagem dos direitos humanos. Não se trata mais de uma questão de discutir os direitos em seus conteúdos operacionalizados, e sim de uma total transformação do significado semântico da ideia de direito. A mesma coisa em relação às “classes perigosas”: elas continuam existindo, mas não são as mesmas. Porque a tematização do conflito social muda. A função do Estado, que na linguagem dos direitos humanos era mediar as relações pela via da produção de uma segurança como proteção social, passa a ser a de oferecer a garantia da manutenção da rotina cotidiana, por meio de uma função explicitada da polícia de interromper a relação conflituosa entre as classes. A ênfase permanece na mediação, mas agora não é uma mediação para favorecer um conflito regulado – ou a regulação do conflito inerente à sociabilidade –, é uma mediação para evitar o conflito, no sentido de evitar a alteridade, evitando o próprio contato. Porque as camadas perigosas são perigosas pessoal e interpessoalmente na continuidade da rotina cotidiana. A esse quadro eu dou o nome de linguagem da violência. E minha aposta é que tem lugar naquele momento uma passagem de uma linguagem dos direitos humanos para uma linguagem da violência.

### **MISSE: Uma passagem do que, de quem?**

Uma passagem da linguagem, a linguagem mudou. Não estou falando de discursos, de palavras, mas de linguagem em sentido amplo, que configura repertórios de ação, de interpretação, de interação. Linguagem é prática.

### **ZALUAR: O discurso mudou?**

A linguagem mudou. Uso o termo linguagem porque envolve uma variedade de repertórios de ação e de discurso. Uma gramática é um conjunto de condições de possibilidade de milhões de repertórios. Cada repertório não é um discurso e nem existe um discurso abstrato geral. O que existe é uma linguagem que está gramaticalmente organizada...

### **ZALUAR: Mas quando a linguagem dos direitos humanos foi a linguagem dominante?**

A linguagem dos direitos humanos foi absolutamente decisiva desde a Revolução Francesa no caso da Europa...

### **ZALUAR: E aqui no Brasil?**

### **MISSE: E aqui no Rio?**

### **ZALUAR: Aqui no Brasil, na favela do Rio?**

Sempre foi. Todo o clientelismo de que falamos faz parte da linguagem dos direitos humanos.

### **ZALUAR: Então a sociabilidade não é apenas violenta.**

Mas eu não cheguei ainda à sociabilidade violenta. Estou falando ainda da linguagem da violência urbana. Quando chega a esse ponto que descrevi antes, muda o foco do conflito social, que passa de uma propensão globalizada de proteção para uma propensão específica de continuidade da rotina. Muda a compreensão do que é um direito, porque essa compreensão estava associada ao conflito em torno da proteção social e sua expansão.

### **ZALUAR: Muda onde?**

Na linguagem.

### **ZALUAR: Linguagem de quem? Quem usa essa linguagem?**

A sociedade, como um todo, todos os participantes dela.

### **ZALUAR: Todos?**

Digamos que 99,8%, porque, afinal, há a sociabilidade violenta. Pois bem, neste segundo momento, muda-se completamente a natureza da discussão pública. E essa mudança estou descrevendo em termos da passagem entre duas diferentes linguagens. Pois ocorre que como parte dessa mudança, um dos significantes da linguagem da violência urbana passa a ser o reconhecimento de que ao lado dela manifesta-se um padrão de sociabilidade que não é o que reconhecíamos como o ortodoxo, e é esse padrão que chamo de sociabilidade violenta. Ele constitui uma terceira linguagem, uma mudança de forma de vida, uma ordem social. E chamo de portadores, respondendo à pergunta anterior, porque estou pensando estritamente por analogia, ao que o Weber diz no final da discussão sobre religião em *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, falando "dos portadores da ética do capitalismo". Refiro-me, então, a portadores do padrão dessa sociabilidade violenta porque esse padrão não está estabelecido, está se desenvolvendo, se consolidando. Então ela apresenta exemplos-síntese, emblemas, portadores. Mas além desses portadores, ela tem também em torno uma nebulosa monumental. E não fiz ainda a discussão necessária para oferecer uma imagem completa dessa forma de vida. De fato, estou oferecendo uma visão incompleta, extraída não do conjunto completo das pessoas que participam dela. E participar dela significa participar de uma linguagem específica de uma forma de vida.

### **ZALUAR: Forma de vida?**

#### **MISSE: No sentido de Wittgenstein?**

Sim, claro. O que a linguagem da violência urbana fez foi reconhecer, e portanto tornar seu significante, uma forma de vida que considera diferente e que expulsa a violência criminal do lugar de interstício, em que ela deixa de ser desvio. É isso que constitui o arcabouço causal da linguagem da violência urbana.

**MISSE: Mas deixa de ser desvio para quem? Certamente que para os próprios traficantes, o que é evidente. Mas continua a ser desvio para a sociedade como um todo, não?**

### **ZALUAR: E posso acrescentar uma pergunta provocativa: é uma forma de vida ou uma forma de morte?**

Desde que se reconheça que se trata uma ordem social, que há padrões de interação, de sociabilidade, pode ser qualquer forma...

**MISSE: Quando você fala em "formas de vida", está se remetendo à discussão da linguagem, aos "jogos de linguagem", a todo um vocabulário wittgensteiniano. Você poderia falar em estilos de vida, mas preferiu um modelo diferenciado da sociologia convencional, um modelo pós-virada linguística. Por que?**

Porque estou falando em linguagem mesmo, nesse sentido amplo contido no Wittgenstein. E sobre o reconhecimento, quem reconhece que não é desvio é o conjunto da sociedade. Não sou eu ou é você ou um grupo ou ator específico. É o conjunto da sociedade, que não toma a violência criminal organizada como se fosse um desvio. Ela o toma como se fosse um avanço de bárbaros.

#### **MISSE: Não é a mesma coisa?**

Não é a mesma coisa. O bárbaro é alguém expulso da civilização.

**MISSE: Você fala em avanço de bárbaros, eu falo em sujeição criminal.**

Mas quando você fala de "sujeição criminal", você está dizendo que os criminosos desenvolvem uma forma de vida a reboque da forma de vida dominante. Não é disso que estou falando.

**MISSE: A reboque, não. Eles estão postos completamente fora da ordem. Eles podem ser mortos sem problema nenhum.**

**ZALUAR: E até desenvolveram isso que você está chamando de forma de vida, essa forma de morte, eles podem ser mortos justamente por causa da criminalização de sua atividade econômica, que é o tráfico.**



**MISSE:** Parece-me que estamos diante diferentes ênfases, diferentes preocupações, mas sem contradição entre leituras da violência urbana. Apenas pergunto pela ideia de portador porque quando você fala em sociabilidade, me pergunto se é adequado falar em “portador”, porque a sociabilidade passa a ganhar autonomia frente aos indivíduos, que a “portariam”...

**ZALUAR:** A questão é que quando você fala em portador de ética você está falando de valores, e valores são subjetivos, estão no interior de uma pessoa. E quando você fala de sociabilidade, está falando da interação entre as pessoas, da relação, dos laços entre elas. E nesse sentido, sim, não há portador. Só quando elas estão entre si é que você tem sociabilidade.

**LEITE:** De fato, se falamos de linguagem como prática, fica complicado falar em portador. Mas me lembro que em um dos primeiros momentos em que você apresentou a questão, em uma Anpocs, em 1993, quando você falava em portador, era a partir de uma identificação externa, identificação da sociedade de quem seriam aqueles atores que conduziram a essa sociabilidade violenta...

Não faço nenhuma questão de manter a analogia dos “portadores”. Apenas tenho pensado que, como Weber se referiu aos “portadores” de um padrão de sociabilidade, eu me refiro aos portadores de outro. Que um deles seja uma ética, um espírito ou um sistema de valores, e que o outro seja apenas uma lógica instrumental, sem apoio em uma moralidade ou doutrina, é outra coisa. E é justamente a diferença entre o que é “portado” pelos pioneiros do capitalismo e pelos pioneiros da sociabilidade violenta que me instiga. Mas posso trocar o termo e passar a falar em “melhores exemplos típicos”.

**Gabriel FELTRAN:** Permitam-me tocar em uma dimensão que é constantemente polemizada, que é a historicidade da ideia de sociabilidade violenta, a ideia de que ela é algo emergente, sem precedentes: com a nova configuração da gestão do conflito urbano em São Paulo, os homicídios caíram quase 80% em 10

anos, em uma regulação calcada na funcionalidade mútua entre as políticas estatais de encarceramento e a expansão da mediação dos conflitos via PCC [*Primeiro Comando da Capital*] em presídios e periferias. Estaríamos diante de uma contenção da emergência da sociabilidade violenta?

**MISSE:** A polícia fluminense matou 10 mil pessoas nos últimos oito anos. Isso faria, então, parte da contenção da sociabilidade violenta ou seria exemplo da sociabilidade violenta?

É parte da contenção da sociabilidade violenta. Um ponto extremamente importante a marcar sobre o que estou compreendendo como sociabilidade violenta é: nessa forma de vida, não há por que, não há como, justificar o que se faz.

**MISSE:** Não há justificção.

Não há moral. Há muitos anos, o Pierre Sanchis me disse: “Isso que você está falando é um absurdo, porque então não tem moralidade.” E é exatamente isso que constitui a sociabilidade violenta. É claro que não pode deixar de haver moralidade. Mas a moralização na sociabilidade violenta é mínima, tende a zero. Porque essa é uma maneira de organizar o entendimento de grupo e a relação social que é quase inteiramente instrumental. O que funciona é o cálculo da resistência genérica. O outro não é o outro, o outro é um objeto. Mas, bem, para responder à pergunta do Gabriel Feltran, não tenho informações para discutir o contexto de São Paulo, mas tenho lido o que o grupo de São Carlos tem feito em São Paulo, um trabalho muito competente e interessante. Acho, no entanto, que as relações no Rio de Janeiro e São Paulo são profundamente diferentes. Provavelmente, possivelmente, aliás, se eu estivesse estudando São Paulo, não estaria dizendo o que estou dizendo sobre a sociabilidade violenta. Entre outras razões pelo fato de que parece que o tráfico no Rio de Janeiro é empiricamente muito diferente do tráfico de São Paulo. O fato de haver 10 mil pessoas mortas pela polícia não quer dizer, absolutamente, que o que estou dizendo esteja errado. Porque eu não estou de maneira nenhuma negando a barbarização da atividade policial pelos policiais. Estou dizendo é

que a polícia e as milícias não têm nada a ver com a sociabilidade violenta. Porque elas são máfias, funcionam segundo e a partir de moralidades muito determinadas, como tenho a impressão que é o caso das moralidades, digamos, “extraoficiais” da cidade de São Paulo. Mas não é o caso das relações da violência criminal no Rio de Janeiro. Então, a atividade de contenção pode não conter, como ocorre aqui, reproduzindo a relação de violência entre a polícia e os traficantes, e representa um encontro casual entre padrões de sociabilidade radicalmente distintos. Então, em nossa cidade, a possibilidade de uma contradição pela moralização da atividade criminal, reduzindo sua violência interna e externa, como parece ocorrer em São Paulo, pelo menos por enquanto é inexistente. Não é impossível, evidentemente; é apenas por enquanto inexistente. Aqui, a polícia contribui, sim, para a existência de violência, mas não para a da violência criminal do tipo sociabilidade violenta.

**VIEIRA: Gostaria que você falasse um pouco das UPPs, tema com o qual você tem se ocupado na atualidade, articulando com essa discussão sobre a sociabilidade violenta. Como é a entrada da UPP nesse cenário?**

**WERNECK: Seria uma forma de contenção? Afinal, a retórica dela é de paz.**

**VIEIRA: Sim, como você vê essa ideia de “pacificação” da perspectiva de sua formulação teórica?**

Eu, até segunda ordem, estou convencido de que as UPPs são um tipo de atividade policial perfeitamente compatível e circunscrita à linguagem da violência urbana, como a defini anteriormente. Ou seja, essa linguagem é o limite delas. Havendo ou não inovação, ela está limitada à reprodução da linguagem da violência urbana. Com as UPPs, não há retorno à linguagem dos direitos humanos nem há avanço na direção de uma outra forma de vida, outra linguagem. Há uma série de virtualidades nas UPPs, positivas e negativas. Uma coisa que parece impressionante é que ela abre uma nova conjuntura nas relações sociais, e não me refiro à sociabilidade violenta e sim à linguagem da violência urbana e da sociabilidade corrente. As UPPs representam de fato uma

nova conjuntura, mas como parte dessa linguagem, como momento do exercício dela. A própria ideia de pacificação diz isso: só há pacificação onde há guerra. E a linguagem da violência urbana é uma linguagem de guerra. É por isso que o papel da polícia é o papel de evitar relações, porque na guerra é isso que se dá: os militares vão impedir que outros tomem o território. Não são os civis que vão, a não ser em uma guerra civil. As UPPs são uma nova conjuntura, mas com essa limitação. E acho que isso é algo muito importante de ser dito, especialmente para a militância, porque boa parte da militância acha que não há mudança nenhuma. E há. Não é uma mudança de intenções, e sim na prática. Apesar de algumas mortes divulgadas recentemente, as UPPs fizeram diminuir efetivamente o número de mortos, a letalidade. E diminuiu outra coisa também importantíssima: a visibilidade das armas. Não sou ingênuo para imaginar que as armas acabaram, que os traficantes de fato abandonaram suas armas, mas acabou a visibilidade delas, e isso tem um enorme impacto na vida social, nas relações sociais, no sentimento de segurança em relação à possibilidade de continuar a vida. Isso é muito importante, porque mudando a quantidade de mortos e a visibilidade das armas, desafogam-se as relações sociais, diminui o medo, aumentam as possibilidades de interações menos conflituosas entre as pessoas, a população comum. E com as UPPs há uma chance de que ocorra algo – e se isso ocorrer, será o estabelecimento de um círculo virtuoso: é o conjunto da sociedade, mesmo a parte dela não diretamente envolvida com a atividade policial, passar a se interessar pela atividade policial. Isso, se ocorrer, será uma inovação monumental, e talvez possa produzir uma transformação nas linguagens correntes. Por quê? Bem, o que a polícia sempre fez foi exercer o que ela imaginava ser uma missão a ela tacitamente delegada pelas camadas dominantes, para operar na atividade que ela considera sua principal, a atividade repressiva. Com essa delegação tácita, com o funcionamento da polícia a partir dessa suposta delegação, temos uma situação não extrema, mas lamentável. Porque a polícia passa a fazer um trabalho sujo, uma vez que se esperaria coletivamente que ela o fizesse, com a contenção das camadas populares na base da repressão. Fazendo isso, a sociedade desqualifica a atividade policial: ao atribuir à polícia o trabalho sujo, você suja a polícia. E, por isso, você se afasta

do controle que idealmente, ou pelo menos formalmente, legalmente, deveria haver sobre a atividade policial. Em um quadro como esse, a sociedade delega e se afasta. Com o sucesso das UPPs, representado pela redução da letalidade e a retirada dos armamentos da visibilidade aberta, a sociedade – o conjunto da sociedade, e não apenas os pobres e os diretamente envolvidos – poderia passar a se interessar pela atividade policial, o que significa que passaria a ser possível que a polícia fosse fiscalizada. E se ela passa a ser fiscalizada, efetivamente terá que, internamente, se reorganizar. E se reorganizar significa se racionalizar. E se racionalizar significa se tornar uma burocracia moderna, o que ela nunca foi e não é. De modo que acredito que esse é o horizonte virtuoso da atividade policial. Há muito mais a dizer sobre isso, mas não teríamos espaço nesta entrevista.

#### **WERNECK: E as UPPs Sociais?**

É um horizonte em um outro cenário, mas que também faz parte desse quadro. Porque os policiais das UPPs, espontaneamente, sem pretenderem isso, nem os moradores pretenderem, passaram a desempenhar as funções de mediação antes desempenhadas pelas associações de moradores, que estão, por uma série de processos, muito enfraquecidas, até pela presença do tráfico. As relações sociais nas favelas estão muito desgastadas por conta do medo, da insegurança etc. As associações, para funcionar nessas condições já muito precárias, sempre precisaram ter relações com o tráfico para atuar. Poder desarmado é obrigado a negociar. E, quando negocia, se suja, para fora e para dentro da comunidade. Com isso, esse papel de mediação começou a passar para os policiais. Aí, vem o Ricardo Henriques [*ex-secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, atual diretor do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, idealizador do programa UPP Social em nível estadual e atual responsável por sua implementação em nível municipal no Rio de Janeiro*], com quem nunca conversei para reconstituir o processo de concepção da ideia, mas que muito provavelmente deve ter imaginado: “Isso não pode continuar assim. Vamos montar uma ‘UPP Social’, um ente que se coloque no meio da relação direta entre a polícia e a demanda dos moradores, para passar a receber essa demanda”. É claro que ele enxergou a possibilidade de embarcar na ideia de UPP, até porque ninguém

poderia, especialmente no interior dos governos estadual e municipal, ser contra ela. E construiu esse ente com esse nome, essa grife, “UPP Social”, para ocupar o lugar de intermediário entre as comunidades e o Estado. Mas evidentemente não se sabe até que ponto isso será bem-sucedido. Porque a situação em relação à UPP Social é complicadíssima, e não temos informação suficiente ainda.

**ZALUAR: Há muito tempo essa intermediação não vinha sendo feita apenas pelas associações de moradores, mas também por ONGs independentes das associações e pelas organizações populares tradicionais da cidade. Essas ONGs permaneceram e algumas delas se tornaram até mais importantes que as associações de moradores. Além do mais, sempre houve, nas áreas em que o samba é mais forte, entidades como escolas de samba e blocos de carnaval, que também ocuparam esse lugar de intermediação. De maneira que o quadro que, primeiramente os policiais da UPP e, depois, os agentes da UPP Social encontraram já era bastante diversificado, bastante complexo. E acredito que as equipes da UPP Social nem sempre percebem isso. Há conflito entre essas ONGs, que tinham seus próprios projetos antigos, e as UPPs Sociais, com algumas das ONGs reclamando de marginalização. Até porque, o pessoal da UPP Social, que é governo, quer ter visibilidade e, em alguns locais, acabam apresentando projetos antigos como se fossem uma invenção nova. Claro que isso provoca disputa entre eles e revolta no pessoal das ONGs.**

Sim, essa é uma questão, porque a UPP social deveria estar promovendo a integração dos vários programas sociais dos diferentes agentes na favela. Mas acho que uma outra dimensão dessa parte viciosa é que – da mesma maneira que há aquela possibilidade virtuosa – há um risco de as polícias acabarem por se transformar em um ator político – o que ela sempre foi –, mas em um sentido muito específico: como mobilizadora de organização de base.

**MISSE: O que o pessoal está dizendo nas favelas é que a polícia está funcionando como controle moral. Na verdade, a lógica do território continuou: toda aquela lógica da territorialização, existente antes com o tráfico, continua agora com a polícia.**

**ZALUAR: Aposto mais justamente na sua ideia de uma necessidade de sempre haver um mediador. E acho importante você ter chamado a atenção para o fato de que o policial se tornou esse novo mediador, porque ele vai fazer a mediação com o Sistema de Justiça, vai exigir paz nos conflitos entre vizinhos, marido e mulher etc. É como era o dono do morro.**

**VIEIRA: Você poderia fazer uma avaliação das UPPs até agora, uma avaliação do ponto de vista histórico, à luz de sua experiência nos projetos de urbanização de favelas? A impressão que temos é que a entrada das UPPs até agora possibilitou o que não é novidade nenhuma, uma presença maior do Estado viabilizando serviços, regularizando-os e os formalizando, sobretudo. No caso do Santa Marta, por exemplo, que temos analisado mais de perto, a UPP chegou e, logo depois, entrou, por exemplo, a Light, operadora de energia, com um esquema já recorrente, mas desta vez bem mais agressivo na tentativa de regularizar os serviços e também do ponto de vista da urbanização. Tudo parece avançar no sentido de uma regularização generalizada. Você diria que não há nada de novo no horizonte? E quando o Misse diz que perdura a lógica do território, ele dialoga com algo que você já disse, que é haver a possibilidade de esses territórios deixarem de ser pensados como tais e serem incorporados à cidade formal. Então, de algum modo, essas tentativas agora articuladas às UPPs colocam alguma outra perspectiva nesse sentido?**

Acho que a categoria favela é um dispositivo de segregação, sempre foi e continua sendo. E as UPPs são um tipo de atividade que reapresenta esse dispositivo de segregação, porque, quer seja intencional quer não seja, a favela carrega um traço de uma obviedade absoluta: ela é uma forma urbana visível. Ela não se esconde, não tem como ser escondida. Ainda que ela seja socialmente muito heterogênea, não há como ocultar esse caráter de uma forma específica da cidade. Você olha a cidade e você vê a favela. E isso não teria problema nenhum a princípio. Estava conversando em um seminário com uma moça que estava sugerindo a ideia – como mera abstração, mas interessante – de as favelas passarem a entrar nos mapas

dos guias turísticos. Porque as favelas passaram a ser objeto de turismo, com aqueles passeios etc. Mas o que ela queria dizer, do ponto de vista simbólico, é que essa forma da produção de visibilidade seria uma maneira de apresentar a favela apenas do ponto de vista de sua diferença na forma urbana e não do ponto de vista de significados sociais segregadores.

**ZALUAR: Mas a favela melhorou muito. Agora, entre outras transformações, não tem mais barraco, é tudo alvenaria...**

Sim, houve muitas mudanças, melhorou muito em muitos sentidos. Nada disso, no entanto, modificou a posição relativa da favela na cidade, o lugar como exemplo paradigmático da segregação e de território da pobreza. Não é mais tão pobre, sempre foi muito heterogênea, mas continua com um padrão, uma mobilidade de integração do Estado muito particular nos territórios da pobreza, inclusive nos casos do Favela-Bairro, da UPP, e de boa parte das militâncias, que reproduzem pela crítica, de forma invertida, o mesmo padrão de segregação que estão denunciando. Então, do ponto de vista dos processos de segregação, não mudou nada. Mas do ponto de vista das condições de vida subjacentes a esse processo, mudou completamente. Quando morei em Pirambu, não havia nada lá, era só areia. Pois estive lá há uns quatro ou cinco anos e se transformou em um bairro, com tudo totalmente asfaltado. No entanto, continua sendo um território segregado...

**LEITE: Pois, então, nestes seus 70 anos, há algo importante a dizer: você vive dizendo que as coisas na sua vida aconteceram por acaso. Nesta entrevista, você disse várias dessas coisas – “caiu no meu colo”, “eu sou um maria-vai-com-as-outras” etc. E foi muito interessante essa recuperação, tanto por sua trajetória acadêmica e intelectual quanto por seu engajamento profissional, porque eles demonstram um eixo de consistência enorme. Você sempre trabalhou com conflitos, sempre discutiu a integração dos subalternos, a sociedade em uma integração conflituosa e as condições, seja especificamente na esfera do mercado de trabalho, seja na questão habitacional. Tudo isso deixa muito claro uma coerência empírica e teórica muito forte. Então pare de dizer que você é maria-vai-com-as-outras!**

**VIEIRA: Sim, fica muito clara uma trajetória, um projeto, que vai desenvolvendo aqui e ali... em um eixo claríssimo e interessante.**

Mas não é um projeto, nunca foi. A não ser que se entenda projeto do ponto de vista fenomenológico. O que não é, é um projeto orgânico como um programa de pesquisa que as pessoas que têm uma obra e merecem ser entrevistadas possuem. Nunca tive um programa de pesquisa. Acredito que tenho consistência em termos de interesses existenciais racionalizados, como disse no começo. E há consistência na relação com o objeto empírico, que eu não consigo abandonar. Não consigo abandonar, obviamente, porque gosto do que ele significa em termos humanos.

**MISSE: Desde que você morou naquela do Ceará, não larga mais a favela.**

Não consigo largar. Pois eu gostaria de dizer que fiquei extremamente honrado e emocionado com a intenção de me entrevistar, o que para mim foi uma homenagem imerecida no sentido mais trivial do termo. Só posso dizer que adorei a conversa. Ela foi muito enriquecedora para mim e só tenho a agradecer.

# A política na favela

Artigo originalmente publicado na revista  
'Cadernos Brasileiros', em 1967<sup>1</sup>

**Luiz Antônio Machado da Silva**

*Professor do Iesp e da UFRJ<sup>2</sup>*

A questão das favelas costuma ser estudada com finalidades pragmáticas sob dois tipos de análise: a que pretende propor “soluções” para o “problema social das favelas” e a que pretende traçar linhas de ação político-ideológicas – esta em muito menor quantidade.

O primeiro tipo geralmente parte do pressuposto – explícito ou não – de que é preciso “integrar” as favelas e os favelados à “comunidade nacional”, o que implica, obviamente, afirmar que as favelas são autônomas, com uma vida própria e mais ou menos independente. Em geral, essa ideia de autonomia é expressa em termos de “marginalidade” sociopolítica e econômica.

Não há dúvida de que, em certo sentido, a favela é de fato marginal. Ela é marginal, por exemplo, pela dificuldade de acesso a certos serviços urbanos, a certos tipos de bens de consumo durável, a certas formas de comunicação de massa etc., embora sempre desfrute, em diversos graus, de tudo isso. Mas essa abordagem é perigosa. Em primeiro lugar, porque tende a ignorar ou reduzir a importância das íntimas vinculações entre a favela e o sistema global. A favela não é uma comunidade isolada: sua própria existência depende muito mais de determinadas condições estruturais da sociedade global do que dos mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la. Em segundo, porque a noção de que a favela é uma “comunidade marginal” não passa de um julgamento de valor que, por um lado, dá origem a uma atitude paternalista e assistencialista e, por outro, fornece as bases “teóricas” para tentativas de imposição das normas e valores dos grupos de classe média que detêm o poder de escolha das “soluções” adotadas por eles (e não pelos próprios favelados), consideradas as mais adequadas para aquele “problema social das favelas”. Trata-se, assim, de uma visão deformada da realidade desses locais.

1 Cadernos Brasileiros, Ano IX, nº 41, 1967, pp. 35-47.

2 À época da primeira publicação deste artigo, o autor era pesquisador da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco) do Governo do Estado da Guanabara. Para mais informações sobre a biografia do autor, consultar a entrevista neste número, pp. 663-698.

O segundo tipo de análise considera o favelado como um grupo particular dentro de uma camada social, de modo que a favela é encarada de um ponto de vista muito mais global, como parte do *lumpenproletariat*. Portanto, não há propriamente, nesse caso, uma análise específica das condições das favelas, a não ser um mínimo necessário para a descoberta de palavras de ordem que possam atingir e polarizar toda a camada social (favelada e não favelada). Mas também essa perspectiva apresenta sérias deformações. Primeiro porque, sem se constituir em um sistema autônomo, autossuficiente e independente, a favela apresenta um grau de especificidade que não deve ser menosprezado. Ela possui formas de organização que parecem ser exclusivas, recursos econômicos próprios (embora na maioria criados e mantidos por fatores externos), que inevitavelmente afetam as atitudes e o comportamento político de seus moradores. Segundo porque a favela não é, de forma alguma, um grupo dentro de um estrato social. Não obstante muitos de seus moradores poderem ser incluídos, não sem certa impropriedade, no que se poderia chamar de subproletariado, não se deve ignorar o fato de existirem aí em quantidade operários qualificados, funcionários públicos, bancários, comerciários, além de um bom número de proprietários – isso para falar apenas em características socioeconômicas.

Apesar das flagrantes diferenças entre os dois tipos de análise, inclusive em suas bases ideológicas, há um ponto comum entre elas, talvez o maior responsável por suas deficiências: considerar a existência de um tipo único de favelado. Na medida em que as favelas são categorizadas e definidas como entidades especiais pela sociedade global e, em consequência, pelos seus próprios moradores, essa noção é, pelo menos parcialmente, aceitável. Se se pode falar em termos de “caráter nacional brasileiro”, apesar das notórias diferenças entre grupos e classes internos e de suas semelhanças com grupos e classes de outros países, talvez se pudesse falar também em um “caráter do favelado”. Ou seja, se é possível definir e identificar um brasileiro típico, o mesmo talvez pudesse acontecer com um morador de favela.

Entretanto, apesar da validade que essa perspectiva possa ter para certos estudos, no mais das vezes – e especialmente naquelas de conteúdo político –, ela não faz senão deformar a análise, uma vez que, além da va-

riedade de orientações que provêm dos estímulos e influências recebidos no desempenho de papéis definidos fora das favelas, não se pode ignorar que a organização desses espaços é de uma complexidade impressionante, proporcionando, assim, as bases internas para uma nítida diferenciação social. Qualquer análise do processo político nas favelas e das atitudes e comportamentos dos favelados que se pretenda objetiva deve partir da noção de que a favela é uma organização transversal<sup>3</sup>, isto é, tem uma base geográfica em geral bastante definida que envolve uma extensa gama de atividades e situações e apresenta profundas conexões com outras organizações e atividades, em uma extensão territorial mais ampla. É necessário enfatizar as bases geográficas definidas das favelas, porque elas permitem uma organização com pequeno grau de burocratização e impessoalidade.

Essas características organizacionais – a transversalidade e as relações pessoais – parecem fazer com que as favelas funcionem como espécies de agentes refratores de certos fatores da sociedade global que influenciam as atividades e os comportamentos políticos de seus moradores. Não é ocioso explicitar que, quando me refiro a tais atitudes e comportamentos, não quero dizer que eles sejam exclusivos dos favelados, mesmo porque não conheço quaisquer estudos comparativos entre favelas e outras organizações. Refiro-me apenas aos que podem ser empiricamente identificados nos moradores da favela e que provavelmente são, pelo menos em parte, condicionados por sua forma de organização. Não é impossível, nem mesmo improvável, que atitudes e comportamentos semelhantes manifestem-se fora das favelas, provocados por outras formas de organização que influenciem seus membros de maneira semelhante.

Outro ponto a considerar em análises de conteúdo político é que a favela apresenta uma forma de organização tipicamente capitalista, com uma vitalidade econômica que chega a espantar aqueles que com ela se defrontam. As alternativas disponíveis na favela para investimento e acúmulo de capital – em uma palavra, os recursos internos – são as mais diversas, indo da criação de animais à especulação imobiliária e à produção de manufaturas.

3 Por organização transversal entenda-se a que envolve diversos setores de atividades, sem ênfase especial em nenhum. O termo é utilizado em oposição a “organização com objetivos”.

Esses recursos internos são a base sobre a qual se cristaliza, a partir de sua exploração econômica, uma diferenciação social bastante definida, com uma *burguesia favelada* monopolizando o acesso, o controle e a manipulação dos recursos econômicos, além das decisões e dos contatos políticos. Raciocinar, pelo menos em uma análise política, em termos de um tipo único de favelado é, portanto, um verdadeiro absurdo, da mesma forma que o é imaginar que a favela possa assumir, em termos de atividades políticas nos âmbitos estadual ou federal<sup>4</sup>, uma linha de ação homogênea (exceto em certos casos excepcionais, em condições de crise ou no que se refere a determinados assuntos).

Resta ainda salientar como de suma importância o fato de que os recursos internos da favela, e em consequência sua própria estratificação, dependem em grande parte de fatores externos, como veremos de forma resumida mais adiante. Desse modo, parece que o poder político da burguesia favelada no nível estadual e no federal – derivado fundamentalmente de sua potência eleitoral que, aliás, parece ser, de certo modo, supervalorizada – é canalizado e restrito a meras condições de barganha de votos por acréscimo ou manutenção dos recursos internos, isso é, de sua posição na estratificação da favela. Os recursos, por sua vez, parece que só podem ser considerados como tais na medida em que a favela permanecer uma organização com as características acima descritas, pois, do contrário, os empreendimentos internos seriam esmagados pelo volume e pela qualidade dos demais empreendimentos urbanos congêneres, ou por imposições de ordem jurídica e tributária.

De maneira geral, pode-se dizer que apenas os favelados do estrato superior – os que controlam os recursos internos – desenvolvem atividades políticas. Mesmo assim, muitos deles são inteiramente alheios a elas. Salvo raras exceções, os favelados dos estratos mais baixos representam apenas “massa de manobra”, padecendo de uma permanente exploração de impressionante intensidade, disfarçada por relações pessoais e mais ou menos íntimas. Tudo indica que estes favelados não tenham a menor consciência política, seja em termos “de classe”, seja mesmo sobre os problemas internos de suas pró-

prias favelas. Mesmo nos raros casos em que se pode constatar uma certa atitude de inconformismo contra determinados fatos, ela dificilmente chega a dar origem a uma ação ou uma tomada de posição política. Via de regra, não passa de uma revolta difusa, e poucas vezes chega a cristalizar-se em um indivíduo (muito menos em um grupo). Nunca assume a forma de um projeto que oriente a ação, nem sequer o caráter de simples denúncia. O máximo a que parecem chegar os estratos inferiores é uma posição de passividade defensiva. Como exemplo, citamos o caso do representante da burguesia favelada que se queixou de que sua ideia de criar na favela uma espécie de cooperativa de crédito não teve a menor repercussão “porque sempre que eu falava nisso, eles pensavam logo que a gente ia roubá-los”. O sentimento de estarem sendo explorados é tão difuso nos estratos mais baixos, que a defesa não vai além da inação.

Isso não significa, entretanto, que não haja verdadeiras tempestades na política interna da favela. De fato, são raras as favelas em que não haja sucessivas crises políticas. Mas elas parecem ser sempre fomentadas e resolvidas na cúpula, e dificilmente mobilizam os demais estratos. Desse modo, a possibilidade de mudança dos quadros políticos é quase inexistente. Não obstante, muitas candidaturas apoiam-se em slogans que enfatizam a renovação: são, porém, indivíduos ou grupos que se encontram na oposição, mas que também pertencem ao estrato dominante.

A falta de participação pode ser facilmente comprovada, na grande maioria das favelas, pela baixa percentagem de sócios das associações de moradores (que funcionam como uma espécie de centro de decisões políticas, tanto de natureza interna quanto externa), cujas diretorias em geral são eleitas com votações ridículas se comparadas com o número do corpo eleitoral potencial. A ausência de renovação torna-se evidente se consideradas, entre outras formas, as eleições com chapa única, bastante comuns; a apresentação de chapas em que há apenas um mero rodízio de cargos, já que todos ou quase todos os candidatos exerciam mandatos no período anterior; os diversos casos em que o presidente é reeleito indefinidamente.

4 O autor se refere a essas esferas de governo – o que se repetirá ao longo do texto – considerando um contexto anterior à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (ocorrida em 1975), o que transformou este último (criado poucos antes, com a ida da capital federal para Brasília) no município do Rio de Janeiro, inserindo, então, mais um nível institucional a esse debate. (N.T.)



Ainda que encaremos o problema da participação política dos favelados em um nível supralocal<sup>5</sup> (estadual e/ou federal), o panorama permanece inalterado. Mesmo em épocas de eleições, em que há uma verdadeira invasão de candidatos, os contatos e as campanhas são feitos por intermédio da burguesia favelada, que monopoliza quase todas as relações dos candidatos com a população local, por meio de um impressionante volume de “conchavos” entre seus representantes e candidatos. Estes, entretanto, não atuam de uma maneira homogênea e compacta. As relações entre candidatos e favelados são em geral duais. Por vezes o mesmo candidato tem mais de um cabo eleitoral ou “poleiro” em uma mesma favela.

Tal situação, por um lado, torna impossível que as promessas do período eleitoral sejam cobradas aos candidatos eleitos pela favela como um todo, o que lhes facilita a saída demagógica; por outro, faz com que os políticos favelados se integrem em diferentes “panelinhas” supralocais – que muito pouco têm a ver com as favelas –, uma vez que as camadas inferiores não exercem a menor pressão contra esses acordos políticos “espúrios” ou pelo menos “inautênticos”. Assim, a própria “tirania” exercida pela burguesia favelada, isso é, a ausência de *feedback*, de qualquer controle das camadas inferiores sobre os acordos com os grupos políticos supralocais, contribuiu de maneira decisiva para a dominação da própria camada social superior da favela pelos grupos e políticos supralocais.

Os acordos são, via de regra, limitados e/ou de caráter pessoal, e sua enorme diversidade pulveriza a capacidade dos grupos dominantes da favela de pressionar, no sentido de fazer os políticos supralocais cumprirem os compromissos assumidos (comparem-se essas afirmativas com as referências, feitas no final do presente artigo, à contraposição entre os “políticos favelados” e os “políticos de nível supralocal”). Figurativamente, poder-se-ia dizer que as relações de dominação-subordinação apresentam o aspecto de um verdadeiro funil de intensidade crescente.

Por outro lado, não se deve ignorar que, apesar de tudo, há um aspecto positivo nesse estado de coisas, pelo menos nas condições atuais. É que, se os políticos da burguesia favelada não tivessem o controle quase total das camadas inferiores, por intermédio do qual funcionam como mediadores quase

inevitáveis das relações entre os grupos políticos estaduais e/ou federais e a grande massa dos favelados, a situação seria ainda pior. Isso porque os acordos políticos estariam em um nível ainda mais primitivo. Muito provavelmente, os candidatos de nível supralocal constituiriam o respectivo eleitorado por uma mera compra de votos, em espécie ou por intermédio de pequenos favores pessoais. Um presidente de associação, com grande expressão política – segundo ele próprio, “possui” 2 mil votos –, disse, por exemplo, em um desabafo, que só apoiaria o candidato que lhe ofertasse um Impala. Outro político, de expressão bem menor, procurou um candidato que lhe resolvesse um caso de bigamia na Justiça para “despejar” “seus” trinta e tantos votos. Da forma como presentemente a política interna se articula com a supralocal, os acordos, embora extremamente desvantajosos para os favelados e quase sempre muito limitados e personalistas, assumem um caráter muito mais amplo e permanente do que os dois exemplos citados acima. Como será visto mais adiante, não é à toa que se multiplicam os órgãos “administrativos” que atuam em favelas e que funcionam como prolongamentos da política partidária nas “entressafras” eleitorais.

O controle político da burguesia favelada sobre as camadas inferiores é percebido de maneira mais ou menos difusa pelos próprios candidatos a postos estaduais e federais. Aparentemente, eles não demonstram grande preocupação (o que é, aliás, muito sintomático desse controle) com o fato de que, mesmo nos contatos mais amplos com os favelados, as reuniões, inclusive nas grandes favelas, raramente apresentam mais de 50 ou 60 pessoas, número que não é grandemente aumentado mesmo naquelas a que são convocados todos os moradores. Além dessa aparente despreocupação, é visível que os comícios dentro das favelas são quase inexistentes, como se a propaganda eleitoral por esse meio fosse desnecessária, improdutiva ou mesmo perigosa em se tratando de favelas. Sobre os possíveis riscos de reuniões públicas como veículos de propaganda eleitoral, é sintomática a observação de um amigo: “Atualmente, nas reuniões com os candidatos, não ficamos mais só ouvindo. Fazemos que eles respondam a uma porção de perguntas e, muitas vezes, eles se atrapalham.” Fica claro que, nessas condições, os acordos de cúpula ou “conchavos” são muito mais tranquilos para o candidato.

<sup>5</sup> Entende-se por “supralocal”, neste artigo, todas as atividades, situações, objetivos, interesses etc. que excedam os limites da favela, sejam de âmbito nacional, regional ou da cidade como um todo. Assim, por exemplo, “político de nível supralocal” é aquele cujos compromissos e interesses não se restringem às favelas e aos favelados. São, portanto, o deputado estadual, o postulante a um mandato federal, um governador etc.

Sobre esse assunto, é interessante notar que as formas de controle político eleitoral vigentes fora das favelas – o personalismo carismático, as palavras de ordem demagógicas etc. – são substituídas, ou pelo menos reforçadas internamente, pela influência e pelo prestígio derivados de relações pessoais de caráter mais ou menos íntimo (que também têm influência fora das favelas, mas de modo muitíssimo menos intenso, ao que parece). Assim, a violenta exploração econômica e política é temperada por uma série de atividades e relações paralelas, desde o ensino das etapas burocráticas necessárias para conseguir documentos até conselhos sobre os mais variados assuntos, que representam, até certo ponto, uma espécie de recompensa ou contrapartida pela exploração sofrida.

Tal fato apresenta pelo menos duas consequências contrastantes. Em primeiro lugar, embora esses pequenos favores se constituam em um dos pilares do controle político da burguesia, favelada, eles perdem o caráter de mera recompensa pelo voto do favorecido (como certamente aconteceria se fossem prestados diretamente pelos políticos supralocais), uma vez que estão baseados ou decorrem de relações de amizade. Sua capitalização política é, ao mesmo tempo, muito mais sutil e envolvente, e não caracteriza o provável mercenarismo dos favores prestados. Em segundo lugar, não há dúvida de que esse mesmo fato é um importantíssimo fator de resistência à conscientização. É difícil percebermos que nosso vizinho, com quem tomamos uma ou outra cachaca e a quem pedimos instruções e mesmo conselhos, nos explora política e economicamente até a exaustão. Assim, uma tomada de consciência mais ampla é ainda mais difícil, uma vez que esse vizinho e muitas vezes amigo monopoliza contatos, informações e atividades cotidianas que talvez nos despertassem de nosso desinteresse e até nos abrissem os olhos, ampliando e aprofundando nossa visão da realidade.

Na camada dominante, no entanto, o problema da consciência e da participação política apresenta-se de forma sensivelmente diversa. Antes de mais nada, é preciso dizer que parece existir uma relação muito íntima entre a posição do indivíduo na estratificação da favela e a na sociedade global ou, em outras palavras, a hierarquia das posições na sociedade global não é alterada nem interrompida pela organização da favela. Tudo indica que a burguesia favelada seja formada

pelos indivíduos que, na estratificação da sociedade global, ocupam as mais altas posições, considerada a população da favela. É grande, por exemplo, o número de militares subalternos, funcionários públicos, operários qualificados etc. entre os diretores das associações de moradores, e quase inexistentes os biscateiros ou desempregados. Tal situação se explica na medida em que a base de diferenciação – a exploração dos recursos internos – depende, por um lado, do poder de poupança, que, por sua vez, parte da remuneração do trabalho na maioria dos casos e, por outro, dos conhecimentos, do discernimento, do desembaraço – em uma palavra, do know-how em seu sentido mais amplo – para a aplicação do dinheiro acumulado. E tanto a capacidade de poupança quanto o know-how diminui à medida que se desce na escala social. Por sua vez, a carreira política tem como prerrequisitos o acesso às fontes de informação, contatos etc., que estão profundamente vinculados à própria posição socioeconômica do indivíduo, tanto do ponto de vista interno quanto do externo. Ora, nessas condições, não deve parecer estranho nem inexplicável que a burguesia favelada adote uma série de atitudes e um estilo de comportamento – não apenas nos aspectos políticos, diga-se de passagem – bastante próximos da pequena burguesia “comum”, não favelada. Pelo menos a burguesia favelada não se identifica com os estratos inferiores, como se desprende dos qualificativos e da própria maneira como se referem aos moradores que não pertencem ao grupo dominante: “apáticos”, “desinteressados”, “ignorantes”, “não querem nada”, “não se esforçam”, etc. Além disso, alguns representantes do grupo dominante têm planos de se mudar (geralmente “porque os filhos estão em idade de se casar” ou porque ficam com vergonha de convidar os amigos para visitá-los), não obstante tudo indique que a maioria não tenha projetos definidos de abandonar suas favelas, contentando-se em considerá-las como bairros.

Além disso, é preciso notar que grande parte da organização social da favela baseia-se, como foi dito, nos recursos internos de que dispõe. Acontece, porém, que muitos deles existem em função de fatores externos, embora qualquer generalização nesse sentido tenha que ser muito cuidadosa devido às grandes diferenças de natureza, proveniência e intensidade de exploração de recursos de favela para favela. Não

obstante essa ressalva, alguns deles parecem ser encontrados em quase todas as favelas, e sua exploração econômica é altamente rentável: é o caso, por exemplo, das redes de água e luz e do comércio interno. Esses, além de muitos outros menos generalizados, só podem funcionar como recursos na medida em que se mantiver o *status quo*, isto é, em que a organização da favela não sofra mudanças muito profundas, que a transformariam em um bairro. Caso isso acontecesse, cessaria a possibilidade, por exemplo, de as biroscas continuarem funcionando com alvarás a título precário, ou mesmo sem nenhum. Desapareceriam, também, os proprietários de relógios de luz (ao assumir o controle da luz nas favelas por intermédio das Comissões de Luz formadas por moradores responsáveis por ela, a atuação da Comissão Estadual de Energia<sup>6</sup> vem destruindo um dos recursos internos mais rentáveis e generalizados desses locais). Isso para não falar nos recursos que a favela, nas atuais condições, consegue carrear dos órgãos governamentais e privados que nelas atuam, e das contribuições em espécie, material ou de outro tipo, que, especialmente em época de eleições, provêm dos políticos de nível supralocal. Para resumir, pode-se afirmar que uma boa parte dos recursos internos, sobre os quais se baseia a organização da favela, depende de fatores externos e da própria continuidade de certas características de sua organização.

Os dois fatores acima considerados – certas semelhanças de estilos de comportamento e atitudes entre a burguesia favelada e a pequena-burguesia não favelada, e a necessidade de preservar uma organização que proteja a viabilidade da exploração econômica dos recursos internos – indicam que a camada dominante da favela está inevitavelmente comprometida com o *status quo*, tanto internamente quanto do ponto de vista das próprias relações com a sociedade global. Mesmo quando se consideram os projetos de urbanização elaborados pelos favelados, essa afirmativa só é desmentida aparentemente.

1) Os favelados são pessoas realistas. Eles veem que quase todos os recursos destinados a solucionar o “problema da favela” estão sob a forma de empréstimos, assistência técnica, materiais, etc. para executar projetos de urbanização. Naturalmente, eles elaboram um plano de urbanização a fim de canalizar alguns desses recursos para sua própria favela.

2) Os favelados querem a urbanização especialmente quando é colocada a escolha entre urbanização e remoção.

3) As associações de favela que desenvolvem esses planos serão fortalecidas e perpetuadas se executarem um plano de urbanização. Os diretores de tal plano lidarão com grandes somas de dinheiro e podem incrementar seu prestígio político dentro e fora da favela.<sup>7</sup>

Assim, os próprios planos globais de urbanização reafirmam o comprometimento do grupo dominante com o *status quo*, pois tudo indica que não passam de procedimentos altamente refinados cuja finalidade é manter a organização da favela e/ou sua disponibilidade de recursos e o prestígio político dos moradores envolvidos.

Por outro lado, a citação aponta para o fato de que esse comportamento é reforçado pela atuação dos órgãos supralocais, tanto os públicos quanto os privados. Não é preciso dizer que a influência de órgãos públicos é muito maior, não só por abranger quase todas as favelas, como também por dispor de muito mais recursos. Sua influência manifesta-se, inclusive, sobre as próprias instituições privadas. Por exemplo, uma instituição religiosa que atua em determinado morro conta com serviço médico e odontológico mantido por um órgão governamental<sup>8</sup>. Desde a criação das associações de moradores, o Estado procurou controlá-las, limitando-as a atividades de natureza administrativa e pretendendo torná-las meros colaboradores executivos dos planos e projetos traçados pelos órgãos oficiais. Assim, em documento elaborado pela antiga Coordenação de Serviços Sociais<sup>9</sup>, lê-se:

As associações de favelas do Estado da Guanabara não terão caráter político-partidário, não admitindo manifestações idênticas, e ainda racial ou religiosas, considerando contrários aos seus interesses quaisquer compromissos ou acordos que visem, direta ou indiretamente, proselitismo político-eleitoral ou de fundo sectário.

7 O'NEIL, Charles (s/d). Some Problems of Urbanization and Removal of Rio Favelas, mimeo.

8 Por esses motivos, e devido ao pouco conhecimento que tenho dos órgãos privados, só me referirei no presente artigo aos públicos.

9 Órgão do governo do estado da Guanabara que coordenava as ações sociais do estado e que nascera da coordenação federal anteriormente em operação na cidade quando capital. (N.E.)

6 A Comissão Estadual de Energia foi criada em 1962 pelo governo do estado da Guanabara, a partir da Coordenação dos Serviços de Energia Elétrica, que, no novo formato, passava a ter atribuição de fiscalização dos serviços. Em 1967, com a submissão das associações de moradores à Secretaria de Serviços Sociais, foram criadas as Comissões de Luz, subordinadas justamente à CEE. Esse desenho se manteve até 1975, com a fusão Rio-Guanabara, quando a CEE vira municipal, tornando-se CME, indo até 1990, com a criação da Companhia Municipal de Energia e Iluminação (Rioluz). (N.E.)

Sobre suas finalidades, quase todos os artigos falam em “colaborar”, “contribuir”, “cooperar” com os poderes públicos, “quando autorizado”.

De sua organização – A Associação fixará as contribuições dos moradores, aplicando a receita, especialmente em melhorias para o local, responsabilizando-se por sua destinação e *submetendo-se ao visto do Estado*.<sup>10</sup>

De sua dissolução – A Associação poderá ser dissolvida: (...) Quando deixar de cumprir determinações do Estado.

Entretanto, as cláusulas estatutárias impostas pelo Estado por si sós seriam provavelmente incapazes de limitar as atividades das associações. Os órgãos públicos não possuem recursos suficientes, o que lhes exige decisões sobre quais favelas devem ser beneficiadas. E, como tais decisões assumem quase sempre um caráter político, grande parte do esforço das associações é carreado para a política administrativa. Para que não seja supervalorizada a influência dos políticos favelados, é muito importante notar o nível de controle que podem ter as favelas sobre o montante e a alocação de dinheiro público. Eles não têm nenhum poder na determinação do volume dos recursos globais destinados às favelas – que variam em função de acordos até de âmbito internacional, como é o caso, por exemplo, dos convênios do governo estadual com a Usaid<sup>11</sup> para o desenvolvimento de comunidades, urbanização, etc. – nem nos objetivos gerais a serem atingidos. Só depois que as verbas são encaminhadas para os órgãos que tratam diretamente com as favelas e dos respectivos planos básicos estarem definidos é que a possibilidade de atuação dos políticos favelados começa a se manifestar.

Assim, de certa maneira, o Estado viu coroada de êxito sua tentativa de limitar e canalizar as atividades das associações de moradores para a política administrativa ou, mais precisamente, para as relações com órgãos administrativos que atuam diretamente nas favelas. Mas não se pode esquecer que esses órgãos se vinculam de duas maneiras à política partidária: em primeiro lugar, por estarem subordinados à linha de ação do governo, que é quase sempre traçada segundo critérios político-partidários – daí, por exemplo, as constantes reclamações contra a “descontinui-

dade administrativa”; em segundo lugar, essa vinculação existe na medida em que a política de ação governamental é utilizada – e, não raras vezes, distorcida – por políticos profissionais com finalidade eleitorais, e em que os cargos administrativos podem servir como canal de penetração nas atividades legislativas. Por exemplo, um “candidato a candidato” acenou a um político favelado com a possibilidade de construção de uma estrada em troca de apoio eleitoral, “tão logo fosse nomeado certo administrador” para a região administrativa onde se localiza a favela. Em outro caso, o ex-diretor de um dos órgãos estaduais que atuam em favelas foi “candidato a candidato” a deputado estadual.

O papel das associações de moradores e das agências supralocais no processo político é da maior importância. É claro que elas não monopolizam completamente as atividades políticas das favelas. Existe um número razoável de acordos e contatos desenvolvidos diretamente entre os políticos favelados e os de nível supralocal, especialmente em períodos pré-eleitorais. Mesmo do ponto de vista interno, esses entendimentos (ou desentendimentos) nem sempre giram em torno das associações. Entretanto, parece não haver dúvida de que elas são os pontos centrais do processo político interno, enquanto as agências supralocais representam o ponto central das relações políticas entre a favela e a sociedade global. Daí a necessidade de controlar as atividades das associações e o grande interesse dos partidos nos órgãos “administrativos”.

Mas já deve ter ficado claro que apenas aparentemente o governo conseguiu seu intento, uma vez que, devido ao próprio caráter político de seus órgãos administrativos e do poder de barganha das favelas – derivado fundamentalmente de sua potência eleitoral –, as atividades das associações de moradores são sempre políticas. Entretanto, apesar de o governo não ter conseguido evitar que as associações se transformassem em agências políticas, pelo menos parte de seus objetivos foi atingida. Muitas das articulações políticas, tanto do ponto de vista interno quanto do externo, prendem-se a melhoramentos urbanos, em geral de pequena monta, não obstante existam alguns planos globais de urbanização elaborados pelos próprios favelados. É evidente que, para isso, muito

10 Grifo do autor.

11 United States Agency for International Development.

contribui o fato de que quase todas as agências supralocais que atuam nessas áreas identificam, explicitamente ou não, “favelas” com “problema habitacional”, sendo seus recursos, portanto, canalizados a elas (as demais agências, em geral, preocupam-se com serviços assistenciais).

Ora, sé já existe, por parte da burguesia favelada, um comprometimento com o *status quo* – lembremos as já referidas semelhança entre algumas de suas atitudes e estilos de comportamento com os da pequena-burguesia não favelada e a necessidade de preservar uma organização que proteja a exploração econômica dos recursos internos –, as características da própria prática política acima descritas, bem como sua fundamentação “teórica”. (favela como reflexo do problema habitacional decorrente da urbanização acelerada), contribuem decisivamente para cristalizar no estrato dominante uma atividade política compartimentalizada e de estilo conservador.

Acresce-se a tudo isso a distância entre o processo político das favelas e a política sindical. Se existem relações entre os dois, elas não são mais do que espasmódicas, e mesmo assim se verificam por intermédio de políticos favelados que já transcenderam o nível local e que, portanto, estão mais orientados para a política diretamente partidária. Um amigo, por exemplo, procurou o apoio de um deputado estadual para anular as eleições para um sindicato, que, segundo ele, foram fraudadas. Entretanto, não apenas esse amigo há muito havia transcendido o nível local, como parece que suas relações com a chapa derrotada eram apenas de amizade, e os contatos políticos não assumiram caráter de permanência.

Na realidade, as relações entre a política das favelas e a sindical – ou pelo menos as conexões institucionais permanentes e mais ou menos formalizadas – são muito problemáticas: as associações de moradores são organizações horizontais de base geográfica, enquanto os sindicatos são organizações verticais de base funcional. De qualquer forma, não seria ligeiro e sem base empírica afirmar que a existência de vinculações entre o processo político nos sindicatos e nas favelas seria muito importante na “descompartimentalização” da prática política da burguesia favelada, e que a criação desses vínculos, embora complexa, não

é impossível. Portanto, a atividade dos políticos favelados não se orienta de acordo com a consideração de que a favela é resultado de certas condições estruturais do sistema global (com reflexos profundos, por exemplo, no mercado de trabalho) de que as condições habitacionais que costumam identificar as favelas parecem ser simples consequências. E, como foi dito acima, seu estilo de atuação se desenvolve segundo os moldes tradicionais: entendimentos “de cúpula”, participação em “panelinhas”, em suma, a imersão plena no jogo político-partidário.

Entretanto, distinguir se isso se deve a uma falta de visão ou a uma escolha consciente é um problema de extrema complexidade: em minha opinião – não mais do que opinião até o presente –, aos favelados dos estratos inferiores falta, realmente, perspectiva para compreender que seus problemas não se resolverão pela simples melhoria das condições habitacionais, e que a importância política das agências supralocais está muito além do que elas realmente podem fazer – e fazem – pelas favelas. Quanto à burguesia favelada, a situação parece-me muito diferente. Ela percebe muito claramente que o problema das favelas tem amplitude e profundidade muitíssimo maiores do que o mero problema habitacional, mas também compreende que sua capacidade de influência política está longe de lhe permitir influir eficazmente no nível estrutural. Ela percebe, além disso, que os acordos políticos trazem benefícios realmente muito pequenos e muitas vezes apenas pessoais. De qualquer maneira, pode conseguir algumas vantagens quase imediatamente. Em consequência, opta por uma ação política em curto prazo e imediatista<sup>12</sup>.

Mesmo que essa opinião não seja válida, uma coisa é certa: a burguesia favelada não apresenta, em absoluto, a falta de compreensão da realidade que a maioria das pessoas – políticos, administradores, técnicos etc. – insiste em lhe imputar. Isso não passa de um estereótipo, e está profundamente ligado à deformação básica a que me referi quando, no início do artigo, falei das duas abordagens correntes na análise das favelas: a ideia de que existe um tipo único de favelado. É muito significativa a referência feita por um político favelado sobre um chamado que recebeu do diretor de uma agência supralocal:

12 Se nessa opção pelo curto prazo está contida uma certa ingenuidade ou não, isso é outro problema, cuja discussão não me parece caber neste artigo. O importante no momento é notar que é feita uma escolha pelo curto prazo.

O diretor disse que queria me avisar que eu estava sendo usado pelo deputado. (...) Eu respondi que não, que eu é que estava usando o deputado. Só que eu não disse que quem estava sendo usado pelo deputado era o diretor.

Outro político favelado só se refere aos políticos de nível supralocal por “esses políticos de favela, esses vira-latas”. De fato, parece-me que a percepção da existência permanente de interesses pessoais em jogo é muito mais presente no político favelado do que nos políticos de nível supralocal. A consciência da existência de grupos, subgrupos e “panelinhas” políticas e de suas rivalidades também é flagrante. Um amigo, por exemplo, disse-me:

Quando a gente entra lá [*nas dependências de determinado órgão do governo*], precisa tomar muito cuidado. Se eu apertar a mão de uma pessoa com mais força, fico logo queimado com o pessoal do outro grupo.

Outro aspecto da compartimentalização da ação política do favelado é sua característica local. Na verdade, até aqui – exceção feita à rápida menção das relações entre a política das favelas e a dos sindicatos – tenho sempre contraposto o “político de nível supralocal” ao “político favelado”. Isso pode parecer estranho porque, de um ponto de vista lógico, não há nenhum impedimento de que o político favelado exerça suas atividades no nível supralocal, pelo menos no estadual, e mais ainda se for considerada a existência de um órgão de cúpula como a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg)<sup>13</sup>.

De fato, além de alguns políticos favelados (embora poucos) conseguirem atuar acima do nível meramente local, a atividade cotidiana do político tende sempre a ampliar-lhe a rede de relações e influências, fazendo-o transcender o nível anterior de atuação. Nesse sentido, todo e qualquer político favelado – tanto como o não favelado – teria potencialmente condições de superar sua referência local, o que realmente acontece com alguns. Entretanto, à medida que se amplia sua área de atuação, maior é a vinculação do político com grupos partidários, e também maior a dependência em relação a eles. Desse modo, quanto mais transcende o nível

local, cada vez mais amplos e profundos são os compromissos com as “panelinhas” político-partidárias supralocais, de modo que as ações são cada vez menos orientadas e referidas especificamente às favelas. Na verdade, a atuação de um político favelado de nível supralocal tem pouca diferença em relação à de um político (seja candidato ou parlamentar) não favelado cuja base eleitoral sejam as favelas.

Parece-me que a característica fundamental do político favelado seja sua condição de membro periférico e mais ou menos independente dos grupos e subgrupos partidários (o que não significa, em absoluto, a ausência de relações e mesmo de vínculos ou acordos com eles, como se verá a seguir), além da orientação local de suas atividades. A necessidade de “união entre as favelas” para a “discussão e resolução de problemas comuns” é constantemente salientada pela burguesia favelada. Pode-se mesmo dizer que ela tem uma base concreta bastante sólida (composta pelo sentimento de que a favela não se define apenas pelas condições locais de habitação, mas também pelos laços de amizade e parentesco entre uma imensa quantidade de moradores de favelas diversas, a aquisição regular de mercadorias em uma favela para serem revendidas em outras, etc.). Mas daí à elaboração de um projeto concreto e viável de união política há uma distância muito grande que parece não ter sido transposta. Para isso, muito contribui a potência eleitoral das favelas, pois, se por um lado ela é um dos pilares de sua força política, por outro implica o interesse de um grande número de grupos políticos externos cuja ação na favela se reflete na divisão interna dos políticos favelados, que procuram se beneficiar daquele interesse, já que não existe pressão de massa –, ou seja, dos estratos inferiores da favela – sobre os acordos realizados. Isso dificulta não apenas uma ação homogênea de cada favela individualmente como também a unificação política de todas as favelas. Raras são as situações em que as favelas assumem uma posição unívoca, e tudo indica que, mesmo nessas exceções, não existe propriamente uma união, mas um compromisso transitório, devido à convergência de interesses específicos. Assim, por exemplo, em determinada favela, onde surgiu uma ameaça bastante concreta de a remoção, devido a problemas sobre a propriedade do terreno, a diretoria da associação constituiu uma “Comissão do En-

13 Criada em 1963, a Fafeg congregava as entidades representativas dos favelados em sua relação com o Estado.

tendimento”, que incluía representantes de todos os grupos políticos da favela, para manter contatos com as autoridades a fim de evitar a remoção; porém, mesmo durante a crise, houve muitas reclamações de que a oposição estava se utilizando da “Comissão de Entendimentos” para projetar-se politicamente, interna e externamente.

Embora o presente artigo pretenda apenas descrever alguns aspectos do problema do processo político nas favelas e seus reflexos nas atitudes, no comportamento e na visão política do favelado, sem defender propriamente uma tese, algumas conclusões gerais podem ser tiradas:

1) Qualquer raciocínio sobre favelas, não importa quais as premissas que adote, tem necessariamente que levar na devida conta a diferenciação interna e as relações pessoais e mais ou menos íntimas como pontos fundamentais.

2) O político favelado (de nível local ou supralocal) não é absolutamente ingênuo nem inábil – pelo contrário, é extremamente perspicaz – e adota uma atitude que poderia ser qualificada de “realista”, cuja principal característica é orientar-se para os resultados em curto prazo. Qualquer tentativa de ampliar sua percepção tem que partir da ampliação das perspectivas da prática política cotidiana (como, por exemplo, a introdução de relações políticas permanentes entre as favelas e destas com os sindicatos).

3) Qualquer tentativa de ação política nas favelas, para ser eficaz, tem necessariamente que abordar as múltiplas vinculações entre a política interna, as atividades partidárias e a política administrativa.

4) Qualquer tentativa de proposição de soluções “técnicas” para os problemas das favelas – seja em que nível for – tem necessariamente de levar em consideração que sua execução ficará, direta ou indiretamente, a cargo das agências supralocais, sobre as quais é profunda a influência político-partidária.

# Normas para publicação

**Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** recebe contribuições científicas inéditas na forma de artigos, resenhas, traduções e entrevistas. O periódico acadêmico trimestral de ciências sociais (prioritariamente sociologia e antropologia) é centrado nos assuntos da grande temática dos conflitos e do controle social em ciências sociais, tais como:

- Comportamentos Desviantes
- Violências
- Criminalidade
- Moralidade
- Movimentos Sociais e Ação Coletiva
- Conflitos Urbanos
- Justiça Criminal
- Segurança Pública
- Instituições Públicas e Privadas de Controle Social

As colaborações devem ser trabalhos próprios a uma publicação acadêmica e contemplar a linguagem e a abordagem típicas a esse meio.

Os textos devem ser enviados por e-mail, em formato digital, preferencialmente em MS-Word (serão aceitos trabalhos em outros processadores de texto consagrados, como WordPerfect), para o endereço: [editor@revistadilemas.com](mailto:editor@revistadilemas.com)

Todas as colaborações serão submetidas a avaliadores independentes, preservadas as identidades tanto de autores quanto de responsáveis por pareceres. Cada artigo será sempre submetido a pelo menos duas avaliações. Todos os autores receberão cópias dos pareceres de seus artigos, com os comentários dos pareceristas e, eventualmente, do comitê editorial e/ou dos editores de **Dilemas**. A publicação é dependente da aprovação pelos avaliadores.

**Dilemas** publica textos em português, salvo no caso de artigos originais redigidos em espanhol, inglês ou francês, situação em que os textos serão publicados na língua original, com resumos nesta língua, além de em português e inglês.

Ao submeter um texto, o(s) autor(r) concomitantemente declara aceitar todos os termos e condições da revista e cede seus direitos autorais a **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, tomando inclusive ciência de que ele circulará livre e gratuitamente, em versão digital. A revista não se responsabiliza por opiniões, informações e/ou conceitos apresentados nos textos que publica; estes são de total responsabilidade de seus autores. Os editores se reservam o direito de fazer alterações exclusivamente de forma nos artigos, a fim de garantir a clareza e o respeito aos padrões da publicação.



## DEFINIÇÕES

**Artigo (paper):** contribuição no formato de um texto inédito que relata uma pesquisa nova ou introduz uma discussão teórica original. Pode ser assinado por mais de um autor.

**Tradução:** contribuição na forma de um artigo de outro autor ou do próprio contribuinte, produzido originalmente em língua não portuguesa e traduzido para o português, sempre nas áreas temáticas de interesse de **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Podem ser traduzidos artigos e capítulos de livros, desde que devidamente autorizados por seus autores e/ou detentores de direitos. As traduções podem ser assinadas por um autor.

**Entrevista:** contribuição na forma da transcrição de uma conversa, apresentada no formato perguntas e respostas (pingue-pongue), com um personagem de interesse para a temática de **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. As entrevistas podem ser assinadas por mais de um autor.

**Resenha (review):** contribuição no formato de um texto analítico e/ou opinativo a respeito de uma obra (escrita, dramática ou audiovisual) recém-publicada na área temática concernente à revista. Deve ser assinada por apenas um autor.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

As colaborações devem obedecer aos seguintes critérios formais:

### Padrões gerais:

**Folha de rosto:** todas as colaborações devem vir acompanhadas de uma folha de rosto, trazendo um resumo de 650 toques (contados os espaços), em português e em inglês (*abstract*); cinco palavras-chave (igualmente nas duas línguas); e um breve resumo do curriculum do autor, discriminando sua formação e sua filiação institucional, bem como seus contatos (nome completo, endereço, telefone e e-mail).

**Citações:** devem ser apresentadas, como tradicionalmente, entre aspas, até o limite de três linhas no texto. Se excederem esse tamanho, devem vir em um bloco separado, com uma linha de espaço antes e depois em relação ao texto, em corpo 10 (dez) pts, com recuo de 1 (um) cm à esquerda e entrelinha simples.

**Referências bibliográficas:** no texto, devem ser apresentadas sempre entre parênteses, no formato: (AUTOR, ano, p. número da página), como exemplo: (WEBER, 2004, p. 117). Se as páginas citadas formarem uma sequência, usa-se “pp.”, seguido de página inicial-página final, conforme o exemplo: (BECKER, 2008, pp. 256-258).

Na listagem de referências, elas devem seguir os seguintes padrões:

### **Livros:**

SOBRENOME, Nome. (ano), Título do livro: Subtítulo. Cidade, Editora.

Obs.: sempre que uma referência de qualquer tipo chegar à segunda linha, esta será iniciada alinhada à terceira letra da primeira linha, como no exemplo:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. (2002), Direito legal e insulto moral: Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia Política.

### **Capítulos de livros:**

SOBRENOME, Nome. (ano), “Título do capítulo: Subtítulo”. Em: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro: Subtítulo. Cidade, Editora, pp. página inicial-página final.

### **Artigos em periódicos:**

SOBRENOME, Nome. (ano), “Título do artigo: Subtítulo”. Publicação, Vol. N, nº, pp. página inicial-página final.

### **Artigos em periódicos online:**

*Se o periódico tiver versão impressa:*

SOBRENOME, Nome. (ano), “Título do artigo: Subtítulo”. Publicação (on-line), Vol. N, nº, pp. página inicial-página final. Disponível (on-line) em: endereço.

*Se o periódico não tiver versão impressa:*

SOBRENOME, Nome. (ano), “Título do artigo: Subtítulo”. Publicação (on-line), Vol. N, nº. Disponível (on-line) em: endereço.

*Textos em jornais e revistas:*

SOBRENOME, Nome. (Data), “Título da matéria”. Publicação, seção, pp. página inicial-página final.

**Imagens:** podem figurar no corpo do artigo, mas devem ser igualmente enviadas em arquivos separados, preferentemente no formato JPEG (com 300 dpi de resolução). Se forem usados gráficos e/ou tabelas, eles devem vir acompanhados dos arquivos de imagem que a eles correspondam e, se possível, das planilhas que lhes deram origem.

## **Padrões específicos:**

**Artigos:** de 20 (vinte) a 30 (trinta) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts e entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a três por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto.

**Resenhas:** de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). As notas devem ser limitadas a três por página e conter apenas comentários estritamente necessários ao texto. A abertura do texto deve trazer a referência bibliográfica referente à obra resenhada.

**Entrevistas:** até 20 (vinte) laudas, digitadas com fonte Times New Roman, 12 (doze) pts, entrelinha 1,5 (um e meio). A entrevista deve ser apresentada no formato “pingue-pongue” (perguntas e respostas) e vir precedida de uma introdução explicativa de até uma lauda (incluída no limite total), dando conta do tema e do curriculum do entrevistado.

Dúvidas, sugestões, comentários e casos omissos devem ser enviados para:  
[editor@revistadilemas.com](mailto:editor@revistadilemas.com)